

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CULTURA E SUJEITO: o papel das crenças na
organização do pensamento humano**

Autora: CRISTINA SATIÊ DE OLIVEIRA PÁTARO

Orientador: Prof. Dr. Ulisses Ferreira de Araújo

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 13/02/2006

Assinatura: _____

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNICAMP**

P27c Pátaro, Cristina Satiê de Oliveira.
Cultura e sujeito : o papel das crenças na organização do pensamento humano / Cristina Satiê de Oliveira Pátaro. -- Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Ulisses Ferreira de Araújo
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Crença. 2. Pensamento. 3. Cultura. 4. Religião. 5. Sexualidade. I. Araújo, Ulisses Ferreira de II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-005-BFE

Keywords: Beliefs; Thinking; Culture; Religion; Sexuality

Área de concentração: Ensino Avaliação e Formação de Professores.

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof. Dr. Ulisses Ferreira de Araújo
Profa. Dra. Ana Archangelo
Profa. Dra. Valéria Amorim Arantes
Profa. Dra. Angela Fátima Soligo
Profa. Dra. Patrícia Junqueira Grandino

Data da defesa: 13/02/2006

A

Ricardo e João Victor,

Por todas as horas “roubadas” com a confecção deste trabalho, e por todo o carinho e incentivo – sem os quais não se concretizariam nossos sonhos...

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ulisses Ferreira de Araújo que, desde a graduação, sempre me apoiou, incentivando-me a estudar e a pesquisar cada vez mais. Por seus ensinamentos, orientação, paciência e competência, que tornaram possível a concretização deste estudo, e, principalmente, pela confiança que sempre depositou em meu trabalho.

À Profa. Dra. Valéria Amorim Arantes, pelas importantes contribuições teóricas e pela grande disponibilidade e colaboração no processo de organização e análise dos dados da pesquisa.

Às Profas. Dras. Ana Archangelo e Luci Banks Leite, pelas sugestões e questionamentos, que contribuíram para o amadurecimento das idéias e para a confecção deste trabalho.

À Issana, que acompanhou de perto toda esta trajetória, pela amizade e carinho com que compartilhou de minhas angústias e conquistas durante este período.

Aos sujeitos da pesquisa, sem os quais este estudo não seria possível, pela colaboração, disponibilidade e seriedade com que responderam às questões da investigação.

A todos os meus amigos e amigas, pelo afeto e incentivo, e que, direta ou indiretamente, contribuíram com todo este processo.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo estudar o funcionamento psíquico do ser humano, em sua complexidade, e está embasado na Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, segundo a qual os processos relativos ao pensamento envolvem não apenas aspectos cognitivos, mas também de outra natureza, como afetiva e sociocultural.

Em vista de estudar até que ponto os elementos culturais podem influenciar o funcionamento psíquico e mental do ser humano, buscou-se investigar em que medida as crenças religiosas podem influenciar os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos diante de questões relativas à sexualidade humana.

O método de investigação envolveu a aplicação de um questionário a um total de 100 sujeitos, divididos em 4 grupos: 25 católicos, 25 adventistas, 25 espíritas e 25 estudantes universitários dentre os quais não se levou em conta a religião. O questionário empregado versou sobre temáticas de sexualidade diante das quais o sujeito deveria colocar, primeiramente, seu posicionamento pessoal e, em seguida, a postura de sua religião.

Os resultados demonstraram que os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos incorporaram elementos relativos às crenças religiosas, indicando que estas de fato influenciaram a organização do pensamento. Foi verificado, entretanto, que a influência das crenças religiosas na organização do pensamento atuou em conjunto a outras variáveis concernentes ao funcionamento psíquico dos sujeitos em questão.

ABSTRACT

The present research work aimed to study the psychological functioning of human being, and it was based on the “Organizing Models of Thinking” Theory. By this theory the process related to human thinking involves not only the cognitive aspects but also other ones such as affective and cultural.

In order to study the influences of cultural elements on psychological and mental functioning of human being, our investigation aimed to detect the possible influences of religious beliefs on organizing models applied by a person toward questions related to human sexuality.

The methodology used was written interview applied to 100 individuals divided in 4 groups. The groups included 25 Catholics, 25 Adventists, 25 Spiritualists and a fourth group including 25 university students where no religious beliefs were considered. The questionnaire involved questions where each one answered firstly considering the personal positioning, and then it was asked the positioning of his religion.

The results indicated that the organizing models applied by subjects incorporated elements related to his religious beliefs, which indicated the real influence in the personal thinking. The results indicated also that the influences of the religious beliefs were affected by other elements related to psychological functioning of subjects.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: <i>MITHOS</i> E <i>LOGOS</i> : AS CRENÇAS E O PENSAMENTO HUMANO.....	
Multidimensionalidade e incertezas do conhecimento.....	19
Construindo a investigação	24
CAPÍTULO II: CRENÇA, CULTURA E INTERNALIZAÇÃO	
Crenças e Filosofia.....	27
Crenças e Psicologia.....	28
Sintetizando: o que entendemos por crença	30
A cultura e o indivíduo	46
Modelos de transmissão cultural	50
Internalização da cultura.....	54
CAPÍTULO III: O SUJEITO PSICOLÓGICO E A ORGANIZAÇÃO DO PENSAMENTO	
Teoria da Complexidade.....	63
O sujeito psicológico.....	63
As crenças e as dimensões constituintes do sujeito.....	67
A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento	71
CAPÍTULO IV: A SEXUALIDADE NA HISTÓRIA E EM DIFERENTES RELIGIÕES	
A sexualidade na história.....	85
A sexualidade e as diferentes religiões	86
Sintetizando: diferentes crenças, diferentes abordagens	90
CAPÍTULO V: O PLANO DA INVESTIGAÇÃO	
Objetivos da pesquisa	101
Metodologia da pesquisa.....	101
Amostra	104
CAPÍTULO VI: APRESENTAÇÃO DOS MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO E RESULTADOS	
1. Apresentação dos Modelos Organizadores do Pensamento.....	111
	112

1.1. Modelos Organizadores do Pensamento relativos à Questão 01	113
1.1.1. Descrição dos Modelos Organizadores	113
1.1.2. Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados	124
1.2. Modelos Organizadores do Pensamento relativos à Questão 05	126
1.2.1. Descrição dos Modelos Organizadores	126
1.2.2. Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados	132
2. Análise das perguntas da pesquisa	134
2.1. Em que medida os modelos organizadores do pensamento que as pessoas aplicam em temáticas de sexualidade são influenciados pelas diferentes crenças religiosas?	134
2.1.1. Análise dos resultados da Questão 01	134
2.1.2. Análise dos resultados da Questão 05	143
2.2. De que maneira a crença religiosa de uma pessoa influencia a organização de seu pensamento sobre temáticas de sexualidade? ...	150
2.2.1. Análise dos resultados das duas questões consideradas....	151
2.2.1.1. Comparação sobre o total da amostra.....	153
2.2.1.2. Comparação dentro dos diferentes grupos entrevistados	156
2.2.2. Variação intrapessoal dos modelos organizadores aplicados.....	158
2.2.2.1. Análise sobre o total da amostra	158
2.2.2.2. Análise dentro dos diferentes grupos entrevistados	163
2.3. As diferentes crenças religiosas influenciam da mesma maneira a organização do pensamento dos sujeitos diante de temáticas de sexualidade?.....	167
 CAPÍTULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
Pontos de partida	173
Crenças e modelos organizadores	177
Considerações finais: cultura e sujeito	182
 BIBLIOGRAFIA	185

Introdução

O trabalho de pesquisa que se apresenta a seguir tem como objetivo estudar as possíveis influências das crenças pessoais e da cultura na organização do pensamento humano. Para tanto, nossa proposta será a de investigar em que medida as crenças religiosas podem vir a influenciar a forma como os sujeitos encaram questões relacionadas à sexualidade humana.

Antes porém de dar início às nossas discussões, é preciso deixar claro nosso recorte epistemológico.

A presente dissertação insere-se na área da Psicologia, tratando do funcionamento psicológico do ser humano e dos fatores que influenciam a organização do pensamento do sujeito, à luz da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento.

Tal teoria pressupõe que o sujeito constrói modelos da realidade em sua interação com os objetos, pessoas e relações presentes ao seu redor, e também consigo mesmo. Os Modelos Organizadores do Pensamento, que são construídos com base em fatores externos bem como em fatores internos ao sujeito, influenciam sua forma de agir, pensar, ser e sentir, assim como a própria construção do conhecimento.

O referencial que usamos, portanto, parte de um ponto de vista construtivista e interacionista, fundamentado nas idéias do epistemólogo Jean Piaget, o qual defendia que o sujeito constrói seu conhecimento através de suas ações sobre a realidade ao seu redor.

A partir de tais idéias, consideramos que todo o conhecimento do sujeito é antes uma re-construção do mundo objetivo, e não uma cópia exata da realidade externa. Esse processo tem como foco a *interação* entre o sujeito (ativo) e o objeto do conhecimento, e ocorre na medida em que o primeiro interage com a realidade, com os objetos, pessoas e acontecimentos ao seu redor.

Um segundo ponto em que se fundamenta nossa investigação, e que será tratado de forma mais aprofundada no Capítulo III, são os princípios da Teoria da Complexidade. De acordo com esta teoria, na concepção do francês Edgar Morin, a complexidade do mundo real, dos objetos e fenômenos da natureza, só podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva multidimensional (em lugar de unidimensional) e que tenha em vista as incertezas e incompletudes de todo o conhecimento. Nesse sentido, a perspectiva de complexidade considera, na compreensão do mundo real, a ordem, a certeza e a regularidade tanto quanto a desordem, a incerteza, as não-regularidades, e busca conhecer as partes sem desvinculá-las da existência de um todo e vice-versa. Leva em conta, assim, as grandes quantidades de interações e unidades existentes na realidade, de forma que as determinações e previsões dão lugar às indeterminações, às possibilidades e aos fenômenos aleatórios.

Ao embasarmos nosso trabalho no modelo epistemológico da complexidade, deixamos de lado toda uma visão de ciência reducionista e determinista. Isso exige que alguns conceitos vinculados a este paradigma de Ciência sejam redefinidos. Assim, neste momento faz-se conveniente que deixemos bastante claro nossa visão de *sujeito*, *subjetividade* bem como de *realidade* e *objetividade*. Tais termos serão bastante empregados no presente trabalho e, levando em conta o referencial que utilizamos, podemos citar Najmanovich:

“Não devemos confundir o sujeito com a subjetividade. Esta é a forma peculiar que adota o vínculo humano-mundo em cada um de nós, é o espaço de liberdade e criatividade, o espaço da ética. Mas o sujeito não é somente onde se assenta a subjetividade, senão uma organização complexa capaz também de objetivar, quer dizer, de se compor, de estabelecer acordos no seio da comunidade, de produzir um imaginário comum e, portanto, de construir sua realidade. O que os positivistas chamam de ‘o mundo objetivo’ é para as ciências da complexidade uma realidade construída a partir de um imaginário social compartilhado por sujeitos que são parte indissociável desse mundo. O mundo em que vivemos é um mundo humano, mundo simbólico, mundo construído em nossa interação com o real, com o que está fora da linguagem, com o mistério que opõe resistência às

nossas criações e ao mesmo tempo é a condição de suas possibilidades.” (Najmanovich, 2001, p.94)

Voltando aos objetivos do trabalho que aqui se constrói, a compreensão e o esclarecimento do referencial epistemológico que utilizamos na presente investigação são fundamentais para a discussão que traremos acerca da definição de crença, e também para a compreensão dos processos de internalização destas pelo sujeito – ou seja, da forma como as crenças pessoais, enquanto elemento relacionado à cultura, passam a fazer parte da individualidade do ser humano.

Os pressupostos construtivista e interacionista e os princípios de complexidade também estão por detrás de nossa compreensão do psiquismo humano, de nossa perspectiva de funcionamento do sujeito psicológico e das dimensões que o constituem, bem como da relação entre as crenças pessoais e tais dimensões. É, portanto, a partir de tais referenciais que nosso trabalho deve ser lido e compreendido.

O Capítulo I traz, a partir desta perspectiva, uma discussão bastante sucinta acerca do conhecimento humano e suas limitações. Neste sentido, busca demonstrar que o pensamento humano pode e deve ser encarado como resultado de processos que envolvam não apenas a razão, o raciocínio lógico-matemático. Tais colocações são o ponto de partida de nosso trabalho que segue, diante disso tudo, para o estudo das crenças, encaradas como aspectos relacionados à cultura das sociedades, e que influenciam igualmente a organização do pensamento humano.

Em seguida, no Capítulo II, apresentaremos uma discussão acerca das definições do termo *crença* nos campos de estudo da Filosofia e Psicologia, sendo dentro desta última que situaremos a definição de crença que será utilizada ao longo do presente trabalho. Posteriormente, buscaremos demonstrar de que forma as crenças relacionam-se à cultura e passam a ser internalizadas pelos sujeitos de determinada sociedade ou grupo.

No Capítulo III, enfocaremos mais especificamente como estamos concebendo o sujeito psicológico, sua constituição e os fatores que atuam em seu funcionamento intra e interpsíquico. Diante disso, nosso propósito será o de

demonstrar de que forma as crenças podem estar relacionadas ao funcionamento psicológico, em especial ao funcionamento mental do ser humano. Neste sentido, abordaremos também os princípios da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, a qual rege teórica e metodologicamente nosso trabalho de investigação.

O Capítulo IV versa sobre as diferentes abordagens que a questão da sexualidade humana e do papel da relação sexual vem recebendo, no decorrer da História, em nossa cultura Ocidental e cristã, e sobre a maneira como cada uma das três religiões com as quais trabalharemos (Adventista do Sétimo Dia, Catolicismo e Espiritismo) encara este mesmo tema.

No Capítulo V trataremos de nosso plano de investigação, das definições e justificativas da pesquisa, e igualmente dos instrumentos e procedimentos metodológicos que, de acordo com o quadro teórico apresentado, utilizamos para compô-la.

A análise e apresentação dos dados obtidos com nossa investigação serão realizadas no Capítulo VI, ao longo do qual discutiremos os resultados encontrados, tendo em vista os objetivos de nossa pesquisa. Assim, articularemos tais dados com nossas fundamentações teóricas, apresentadas nos quatro primeiros capítulos de nosso trabalho, no intuito de responder objetivamente as questões às quais nos propusemos.

No sétimo e último capítulo, exporemos algumas discussões e considerações finais advindas dos dados encontrados, evidenciando as conclusões e alguns novos questionamentos obtidos com o presente trabalho.

Capítulo I

Mithos e Logos: as crenças e o pensamento humano

“Los filósofos del siglo XVIII tenían, en nombre de la razón, una visión muy poco racional acerca de lo que eran los mitos y la religión. Creían que la religión y los dioses habían sido inventados por los clérigos para burlar a la gente. No se daban cuenta de la profundidad y de la realidad de la fuerza religiosa y mitológica en el ser humano.”
(Edgar Morin, 1997, p.103)

Multidimensionalidade e incertezas do conhecimento

Ao tecer suas considerações acerca da mente humana, o francês Edgar Morin destaca o exercício de dois tipos de pensamento: o pensamento racional (*logos*) e o pensamento mítico (*mithos*) (Morin, 2002b, p.103). O primeiro diz respeito ao pensamento lógico, à idéia e ao cálculo, e às estratégias cognitivas desenvolvidas na relação do sujeito com o mundo. O segundo está relacionado a uma esfera mitológica, que se utiliza do imaginário, das analogias e dos símbolos.

De acordo com Morin, a racionalidade, do *logos*, experimentou, através das ciências, da filosofia e da técnica, um notável desenvolvimento ao longo da história e, em especial, nos últimos séculos. Entretanto, racionalidade e técnica, freqüentemente tidas como características do ser humano, já estavam presentes antes do *homo sapiens*, e podem ser encontradas também nos comportamentos dos animais em busca da sobrevivência. É desta forma que, para Morin (2002b),

“(...) a originalidade humana manifesta-se na explosão da mitologia e da magia, denunciadas pela ciência como irracionalidade, fazendo, contudo, parte da humanidade assim como a racionalidade. (...) Tão importante quanto a técnica para a humanidade são a criação de um universo imaginário e a multiplicação fabulosa dos mitos, crenças,

religiões; o desenvolvimento técnico e racional, de resto, mostrou-se, até hoje, muito pouco apto a eliminá-los.” (p.41-42)

Prosseguindo, o autor destaca que a própria perspectiva da Modernidade, por mais racionalista que se tenha pretendido, não foi capaz de expulsar a esfera mitológica do ser humano e manter apenas o pensamento racional:

“Os Modernos acreditaram ter entrado na era racional e positiva. Mas as religiões sobreviverão; cresceu, nos séculos XIX e XX, o formidável mito do Estado nacional; uma esfera mitológica/mágica permanece nos alicerces psíquicos dos indivíduos; as crenças em espíritos, fantasmas, feitiços, continuam mais ou menos intensas; novas formas de mitologia espalharam-se através de filmes e das ‘estrelas’. Enfim, o mito, sobretudo, introduziu-se no pensamento racional no momento em que este pensava tê-lo expulsado: a própria idéia de Razão tornou-se um mito quando um formidável animismo deu-lhe vida e poder, fazendo dela uma entidade onisciente e providencial.” (idem, p.42)

Isto significa que o pensamento racional é, para o ser humano, tão importante quanto a esfera imaginária, das crenças, religiões e mitos, de forma que não se pode privilegiar uma delas em detrimento de outra. Sendo assim, acreditamos que colocar a razão à frente de outros aspectos do ser humano (crenças, por exemplo) é tratar de forma unidimensional uma realidade complexa, na qual influenciam inúmeros fatores.

Diante destas idéias, Edgar Morin afirma que a mente humana trabalha tanto com a esfera do pensamento racional quanto do pensamento mítico, e tais processos, inclusive, em muitos casos, misturam-se. Assim sendo, de acordo com a perspectiva proposta pelo autor, o ser humano deve ser compreendido em sua multidimensionalidade. É a partir deste ponto que Morin (1999) propõe que compreendamos o conhecimento humano. Vejamos.

Segundo o autor, todo conhecimento comporta uma competência – compreendida enquanto aptidão para produzir conhecimento –, uma atividade cognitiva, e um saber. As competências e atividades cognitivas necessitam, por um lado, de um aparelho cognitivo: o cérebro. Por outro lado, a produção do conhecimento, do saber, só acontece no seio de uma cultura, uma vez que este

processo de elaboração e organização do conhecimento ocorre a partir dos meios culturais disponíveis (linguagem, lógica, capital de saberes, critérios de verdade). É assim que, para Morin,

“todo acontecimento cognitivo necessita da conjunção de processos energéticos, elétricos, químicos, fisiológicos, cerebrais, existenciais, psicológicos, culturais, lingüísticos, lógicos, ideais, individuais, coletivos, pessoais, transpessoais e impessoais, que se encaixam uns nos outros. O conhecimento é, portanto, um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural, social.” (Morin, 1999, p.18)

Desta forma, Morin considera que o conhecimento, enquanto processo cognitivo, só se faz possível a partir de uma conjunção de fatores não apenas cerebral e mental, mas também físico, biológico, psicológico e, inclusive, cultural e social.

De acordo com Morin, a mente humana é responsável pela organização do conhecimento e das atividades do sujeito, e se desenvolve na relação entre a atividade cerebral e a cultura. O cérebro, contudo, encontra-se fechado na caixa craniana, e seu contato com o mundo exterior só acontece por meio dos sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar), através de informações que são transmitidas às diversas regiões do cérebro; este, por sua vez, traduz estas informações, transformando-as em percepção. Desta maneira, fica claro que todo o conhecimento é sempre uma tradução e uma reconstrução do real, e não uma cópia exata deste, um espelho das coisas ou do mundo externo.

Neste sentido, segundo o que nos traz o autor, cabe à atividade racional do ser humano distinguir a alucinação da percepção, o sonho da vigília, o imaginário do real, o objetivo do subjetivo, uma vez que não existe nenhum dispositivo cerebral que permita tal verificação. *“Em outras palavras,”* – nos traz Morin – *“a racionalidade pode ser definida como o conjunto de qualidades de verificação, controle, coerência, adequação, que permite assegurar a objetividade do mundo exterior e operar a distinção e a distância entre nós e o mundo.”* (Morin, 2002b, p.97).

Desta forma, uma vez que o conhecimento é sempre uma reconstrução, uma interpretação, e que é, portanto, permeado pelas “fermentações fantasmáticas”, Morin afirma que o erro e a ilusão fazem parte dos processos cognitivos da mente humana. Nas palavras do próprio autor:

“A despeito das suas capacidades de controle e de verificação, o conhecimento humano correu e corre sempre riscos formidáveis de erro e de ilusão. (...) São de ordem individual (self-deception ou mentira para si mesmo, falsas lembranças, recalcamientos inconscientes, alucinações, racionalizações abusivas, etc.); cultural ou social (registro na mente de certezas, normas, tabus de uma cultura); paradigmática (quando o princípio organizador do conhecimento impõe a dissociação onde há unidade, a unidade onde há pluralidade, a simplicidade onde há complexidade); noológica (quando um deus, um mito ou uma idéia apropriam-se de um indivíduo que se torna possuído).” (idem, p.97)

E, mais adiante:

“Como o erro e a ilusão acompanham sem trégua a atividade mental do ser humano, a racionalidade está obrigada a operar continuamente para lutar contra eles; mas, também sem trégua, a brecha aberta entre nosso espírito e o real é recoberta por novos erros ou ilusões.” (ibidem, p.97).

Neste sentido, considerando que todo o conhecimento corre o risco do erro e da ilusão, Morin alerta para a importância de se conhecer os limites, incertezas e cegueiras do conhecimento. Estes limites e incertezas decorrem de diversos fatores, dentre os quais, no presente trabalho, é oportuno citar (Morin, 1999; 2002c):

- as incertezas e aleatoriedades do próprio meio e de fenômenos da natureza, os quais, em sua ambigüidade, tornam-se difíceis (ou impossíveis) ao conhecimento humano;
- as limitações do próprio raciocínio lógico e racional, quando da tendência em encerrar todo o real em um sistema coerente de idéias – o

que Morin denomina *racionalização*, e que, em sua perspectiva, é reducionista;

- as incertezas geradas pelas interações e interferências inconscientes entre as esferas de pensamento racional/empírico e simbólico/mitológico (*logos e mitos*);
- as incertezas provenientes dos fenômenos de *self-deception* (auto-engano, ou mentira para si mesmo), que levam o ser humano muitas vezes – diante de seu egocentrismo e sua necessidade de auto-justificativa – a mentir para si mesmo, sem contudo ser capaz de detectar a própria mentira.
- as ilusões resultantes do fenômeno de Possessão, em que, de acordo com Morin, nossa mente é “guiada” por gênios, deuses, doutrinas ou ideologias. Sobre este aspecto, coloca o autor:

“(...) as crenças e as idéias não são somente produtos da mente, são também seres mentais que têm vida e poder. Dessa maneira, podem possuir-nos (...), arrastam-nos, submergem nossa consciência, tornam-nos inconscientes, ao mesmo tempo em que nos dão a ilusão de ser hiperconscientes.” (Morin, 2002c, p.28-29).

De acordo com Morin, acreditar que o conhecimento é ilimitado e “verdadeiro” é o maior limite para o próprio conhecimento. Por outro lado, conhecer os limites e as incertezas do conhecimento traz conseqüências ilimitadas, leva-nos a perceber que a realidade existente é muito mais do que nossas possibilidades de conhecimento.

Desta forma, Edgar Morin encara os limites, as incertezas e as cegueiras do conhecimento como processos inerentes ao ato de conhecer, e não como barreiras a serem eliminadas e superadas.

Para sintetizar, a partir do que nos traz Morin, nossa leitura é a de que o conhecimento não se encerra em sua racionalidade e lógica, mas é continuamente

permeado pelos “erros e ilusões”, dentre os quais, consideramos, podem fazer parte as *crenças*.

Assim sendo, nossa hipótese é de que as crenças do sujeito – enquanto elemento que se relaciona à cultura dos indivíduos em sociedade e que é em certa medida, portanto, fruto da “*criação de um universo imaginário*”, da esfera do “*pensamento mítico*” – influenciam continuamente os processos relacionados à organização do pensamento e à construção do conhecimento humano.

Construindo a investigação

A breve discussão posta até aqui levanta algumas questões que, do nosso ponto de vista, ajudam-nos a compreender melhor nosso tema e as opções teóricas que fizemos no desenvolvimento de nossa investigação, já expostos na introdução do presente trabalho.

É a partir destas idéias que nosso estudo deve ser visto e compreendido. Em busca de estudar o funcionamento psicológico do ser humano, tentaremos demonstrar que as crenças pessoais e a religião – assim como a cognição – podem atuar tanto nos processos referentes ao pensamento humano quanto na própria construção do conhecimento.

A despeito de termos a intenção de estudar as crenças a partir da religião, não é nosso intuito discutir ou valorar as diferentes religiões em si; mesmo porque – embora tenhamos nossa própria opção religiosa – acreditamos não ser o nosso papel o de julgar as diferentes crenças ou estabelecer o que pode ser melhor ou pior em termos de religião, se é que tal valoração é de fato possível.

A trajetória de nossas discussões inicia-se já com este primeiro capítulo, no qual, além de delinear algumas das preocupações que conduziram ao nosso tema de investigação, tivemos a intenção de demonstrar que o conhecimento e pensamento humano podem e devem ser encarados a partir de outras perspectivas, não apenas pelo viés do raciocínio lógico-matemático. Nos próximos

capítulos, o intuito é apresentar as fundamentações teóricas sobre as quais se baseiam nossas investigações.

Para falarmos de crenças, entretanto, devemos inicialmente conceituar o termo, identificar de que forma elas se relacionam à cultura e ao sujeito, e como passam a fazer parte de sua individualidade. Esse, portanto, é um dos objetivos do Capítulo II, a seguir.

Capítulo II

Crença, cultura e internalização

A utilização do termo *crença* pode ser verificada em diversas áreas do conhecimento, incluindo a Filosofia, Psicologia, Sociologia e Antropologia. Desta forma, fica fácil compreender que a definição deste conceito pode apresentar divergências entre os diferentes campos em que é empregado e que necessitamos, antes de tudo, delimitar a área de nossa investigação e, por conseguinte, em quais termos o conceito de *crença* é aqui utilizado.

Uma vez que nosso trabalho insere-se na área da Psicologia, considerando um referencial construtivista e interacionista, articulados à perspectiva da complexidade, será sob tal olhar que centraremos nossas discussões e a definição do termo a ser aplicado no decorrer deste trabalho, ainda que venhamos a situar sucintamente o conceito de crença para a Filosofia e a Psicologia Social.

Na primeira parte deste capítulo, apresentaremos a definição do conceito de crença dentro do campo da Filosofia. Em seguida, entraremos especificamente na Psicologia, centrando nosso olhar em um primeiro momento para a Psicologia Social, por considerarmos que há, nesta corrente, uma vasta discussão a respeito das crenças e sua relação com o sujeito e seu modo de agir em sociedade. Posteriormente, prosseguiremos apresentando as contribuições de outros autores dentro da Psicologia, para que, ao final, façamos uma síntese com o objetivo de retomar alguns dos pontos importantes levantados e de situar de que forma o termo crença passará a ser empregado no presente trabalho.

Na segunda parte do capítulo que se segue, nosso objetivo será o de apresentar uma discussão sobre as relações entre o indivíduo e a cultura, explicitando, à luz de diversos autores, nossa compreensão de cultura e dos processos através dos quais esta exerce sua influência na constituição dos indivíduos e dos grupos.

Crenças e Filosofia

Iniciemos pela Filosofia, para apresentarmos de que forma este campo de conhecimento encara o conceito de crenças. De acordo com o *“Dicionário de Filosofia”* de G. Legrand (1983), os termos *“crer e crença”* referem-se a um grau mais fraco de assentimento ou opinião (*“creio que amanhã fará bom tempo”*), mas podem estar também relacionados a um conhecimento verdadeiro que, adquirido externamente, não foi posto em questão pelo sujeito (*“toda a gente acredita hoje em dia que a Terra gira em torno do Sol”*). Por seu caráter subjetivo, a crença possui sempre uma certa dose de afetividade, *“a mesma que na fé encontraremos no grau mais elevado”* (Legrand, 1983).

A subjetividade da crença, na visão da Filosofia, conduz a uma discussão quanto aos conflitos entre crença (subjetiva) e razão (objetiva) na compreensão do mundo. É neste sentido que Ferrater Mora (1998), em seu *“Dicionário de Filosofia”* coloca que durante a Idade Média houve, entre os filósofos, um grande debate acerca da relação entre crença e ciência, crença e saber, crença e razão. Diante deste confronto, emergiram, de acordo com o autor, três vertentes distintas:

- Para alguns filósofos, os conflitos existentes entre crença e razão podem ser solucionados na medida em que se use corretamente a razão, partindo da crença como fundamento, mas caminhando em direção à racionalidade daquilo em que se crê.
- Outros autores defenderam que, diante dos conflitos entre crença e razão, deve-se abandonar a última para entregar-se à primeira.
- Já para o terceiro grupo de filósofos, este embate entre crença e razão reflete a existência de dois tipos de “verdades”: as “verdades” de crença e as racionais; é a chamada *“verdade dupla”*.

Este debate que surge do confronto entre crença e razão evidencia a existência, na Filosofia, de uma preocupação quanto à busca pela verdade (ou

verdades) na compreensão da realidade e do mundo objetivo que cerca o ser humano.

Ainda na tentativa de apresentar o conceito de crenças no campo da Filosofia, trazemos aqui a abordagem de Aranha & Martins (1993). Embora as autoras não tragam diretamente uma definição do conceito, encontramos a crença relacionada ao mito e ao senso comum, que são, conforme Aranha & Martins, formas de conhecer e organizar o mundo opostas ao saber científico e ao conhecimento.

O senso comum, nas palavras das autoras, é assim definido: *“o senso comum não é refletido e se encontra misturado a crenças e preconceitos. É um conhecimento ingênuo (não-crítico), fragmentário (porque difuso, assistemático e muitas vezes sujeito a incoerências) e conservador (resiste a mudanças).”* (Aranha & Martins, 1993, p.35). O senso comum é encarado como o primeiro estágio de conhecimento, e deve ser superado, em direção ao *bom senso*. O bom senso não necessariamente está relacionado às *“formas mais requintadas de conhecer”* (que seriam a ciência ou a filosofia), mas deve ser entendido, conforme as autoras, enquanto uma elaboração coerente do saber e explicitação das intenções conscientes dos indivíduos livres (idem, p.35).

Já o mito, um segundo conceito ao qual a crença aparece relacionada, Aranha & Martins definem como sendo uma *“intuição compreensiva da realidade, é uma forma espontânea de o homem situar-se no mundo.”* (ibidem, p.55). Neste caso, as crenças são o caminho através do qual o sujeito chega até o mito, ocupando o lugar da lógica e da evidência racional. Assim, segundo as autoras, por estar embasado em crenças, o mito é uma interpretação do mundo, fundamentada não em explicações lógicas e racionais, mas na realidade pré-reflexiva, das emoções e da afetividade.

Em ambos os casos aqui relatados, a crença aparece associada a uma visão de mundo não sistematizada, não refletida, relacionada às emoções e afetividade, em detrimento da lógica e da razão. Embora tais características associadas às crenças acabem por situá-las em uma posição oposta ao conhecimento e saber científico, Aranha & Martins reconhecem o valor das

crenças na forma de pensar do “*homem comum*”, e nas interpretações que este faz do mundo que o cerca.

Retomando o que vimos até agora, na Filosofia a crença é definida por seu caráter subjetivo, pois é tomada como verdade por aquele que a aceita, mas não necessariamente possui uma correspondência exata com relação às entidades da realidade externa. Em oposição à razão ou ao conhecimento, prescinde de racionalidade, objetividade ou verificação empírica daquilo em que se crê.

Na Filosofia, as discussões acerca das crenças estão, principalmente, no embate entre crença e razão, a partir de um enfoque que prega a busca pela verdade, ou verdades.

Devemos deixar claro, mais uma vez, que o campo de nossa investigação situa-se na Psicologia e, assim sendo, consideramos que as crenças desempenham seu papel no funcionamento do ser humano e em sua forma de pensar, agir e lidar com as situações cotidianas. Dessa forma, nossa meta é menos a de discutir sobre a falta de objetividade da crença e mais a de compreender as relações entre as crenças e as ações do sujeito, suas percepções e representação da realidade.

Crenças e Psicologia

➤ Psicologia Social

O estudo das crenças possui grande importância na Psicologia Social, que, dentre outros fatores, busca compreender os fenômenos que envolvem os indivíduos em sociedade. Antes, porém, de apresentarmos de que forma este conceito é definido neste campo de conhecimento, é necessário destacarmos aqui que identificamos, dentro da Psicologia Social, duas vertentes de origens e embasamento epistemológico distintos.

Desde o momento em que se constituiu enquanto área autônoma na Psicologia, a Psicologia Social vem recebendo influências de suas duas disciplinas

de origem – a Psicologia e a Sociologia (Assmar, 2000). É de suas origens, portanto, que advêm as divergências que encontramos, ao menos entre os autores aos quais recorreremos para aqui abordar a definição de crenças. Assim sendo, assumimos como uma primeira vertente da Psicologia Social a de origem norte-americana, que poderíamos denominar “*Psicologia Social psicológica*” (Assmar, 2000, p.497); já a segunda abordagem refere-se à “*Psicologia Social sociológica*”, proveniente dos estudos europeus.

a) Psicologia Social norte-americana

Iniciemos, assim, nossa incursão pela Psicologia Social norte-americana, focando nossas discussões nos estudos relacionados às atitudes. Esta perspectiva, que Eagly & Chaiken (1993) denominam “*Psicologia das Atitudes*”, aborda amplamente o conceito de crenças e, para que possamos situar este conceito, faz-se necessário esclarecermos, primeiro, o que vem a ser uma *atitude*.

Neste sentido, recorreremos a Eagly & Chaiken (1993) que, na obra “*The Psychology of Attitudes*” / “*A Psicologia das Atitudes*”, têm o objetivo de reunir as pesquisas e as contribuições de diversos autores estudiosos do tema ao longo dos últimos anos e na atualidade.

De acordo com Eagly & Chaiken, para os estudiosos das atitudes, há pouco consenso e muita discussão acerca das definições de atitude e crença, mas, de uma maneira geral, uma atitude pode ser definida como uma “*pré-disposição*” do sujeito diante de determinada entidade. Esta “*pré-disposição*” está relacionada a afetos (positivos e negativos) e também à ação (favorável e desfavorável).

Assim, ao se deparar com determinada entidade ou objeto, o sujeito realiza uma *avaliação* – no nível psicológico – cujo resultado é então a atitude (positiva ou negativa, favorável ou desfavorável) com relação a tal entidade ou objeto. Em outras palavras, buscando simplificar o conceito, podemos comparar a atitude do sujeito para com determinado objeto como um “*gostar*” ou “*não gostar*” de tal objeto, de forma que o conceito de atitude aparece relacionado ao campo da afetividade.

Nesse sentido, a *avaliação* que o sujeito faz de determinado objeto ou fenômeno é, em um sentido geral e abstrato, o núcleo central do conceito de atitude, e pode estar relacionada a um ou mais dos três diferentes tipos de experiências vivenciadas por tal sujeito, as quais: a experiência cognitiva, a afetiva e a comportamental. São, desta forma, estas respostas avaliativas que sustentam uma determinada atitude de um sujeito, e é neste ponto que assinalamos o papel das crenças: uma crença é, na perspectiva do estudo das atitudes, a experiência de natureza cognitiva, e, portanto, uma das formas de resposta avaliativa que sustenta as atitudes. Assim, a atitude de um sujeito pode ser fundamentada em uma crença que ele possui. Por exemplo: a *crença* de um sujeito nos prejuízos causados ao corpo pelo uso do cigarro leva este mesmo sujeito a ter uma *atitude* negativa com relação ao tabagismo.

Embora haja muita discussão e pouco consenso entre os autores e pesquisadores da “Psicologia das Atitudes” a respeito das definições específicas de crença e atitude, para esta perspectiva, o conceito de crença não deve ser apartado do conceito de atitude, pois, como vimos, as inter-relações entre ambos são intensas. Eagly & Chaiken recorrem às palavras de Fishbein & Ajzen (1975), os quais colocam que as crenças devem ser compreendidas enquanto: *“associations or linkages that people establish between the attitude object and various attributes.”* / *“associações ou ligações que o sujeito estabelece entre o objeto da atitude e vários atributos.”* (p.11).

O campo de estudo das atitudes, dentro da Psicologia Social, abriga uma grande quantidade de pesquisas que visam compreender a estrutura psicológica das crenças e das atitudes, as técnicas e os processos de persuasão, formação e mudança de atitudes. Contudo, iremos nos ater a poucos aspectos de tal perspectiva, visto que as concepções e fundamentações teóricas do presente trabalho são outras que não esta.

O que acabamos de colocar a respeito de atitudes e crenças, dentro desta perspectiva da Psicologia Social, ajuda-nos a compreender melhor o que nos propõe Daryl J. Bem (1970; s/d), psicólogo, autor de diversos estudos a respeito de crenças.

De acordo com Bem, as crenças são premissas que consideramos como verdadeiras, fundamentadas em nossos sentidos, nossas experiências no mundo, nas informações que recebemos de autoridades externas (pai e mãe, religião, cultura) e também das inferências que fazemos.

Já as atitudes estão relacionadas às nossas preferências, nossas reações favoráveis ou desfavoráveis com relação aos objetos, pessoas, situações, idéias e outros aspectos do mundo. Para Bem, as atitudes são sentimentos, embora com freqüência se apoiem em “crenças avaliativas”. É assim que na maior parte das vezes, de acordo com o autor, preferimos (processo afetivo) aquilo que avaliamos positivamente (processo cognitivo) e rejeitamos o que avaliamos de forma negativa; por este motivo, nestes casos fica difícil a distinção clara entre a crença (cognitiva) e a atitude (afetiva).

Assim, crença e atitude, nesta perspectiva, são vistas como fatores cognitivo e afetivo, respectivamente, que influenciam nossa maneira de lidar com o mundo que nos cerca. Entretanto, o que aqui de fato nos interessa são as contribuições que podem nos trazer a discussão na qual se busca compreender a função psíquica das crenças e atitudes no ser humano. Afinal, qual o papel das crenças e atitudes na percepção e na interação do sujeito com o mundo?

De acordo com Bem, muitas são as funções psicológicas desempenhadas pelas crenças e atitudes no ser humano. Neste sentido, diferentes sujeitos podem possuir as mesmas crenças por motivos diversos. Apesar das diferentes funções já discutidas na literatura deste campo em Psicologia Social, Bem opta por apresentar cinco delas, propondo que uma dada crença ou atitude de um determinado sujeito desempenha ao menos uma das funções a seguir:

- *Função instrumental ou utilitária*: parte do princípio de que o sujeito tende a evitar punições e a buscar as compensações em suas realizações. Assim, a crença ou atitude utilitária reflete a tendência do sujeito em evitar aquilo que lhe é prejudicial e em defender o que lhe traz mais benefícios.

- *Função de conhecimento:* sustentada pela premissa de que o sujeito necessita de uma visão estável e organizada do mundo que o cerca. Aqui, as crenças e atitudes desempenham um papel de simplificar e organizar a percepção do sujeito sobre a realidade, que é complexa e, muitas vezes, até ambígua.
- *Função de auto-defesa:* as crenças e atitudes que desempenham um papel de auto-defesa auxiliam o indivíduo a lidar com conflitos emocionais e defender sua auto-imagem de ameaças internas e externas. O conceito de auto-defesa provém da teoria psicanalítica de Freud, na qual um dos mecanismos de auto-defesa é a projeção. Nesse caso, o sujeito procura reprimir seus impulsos indesejáveis projetando-os em outrem, de forma que passa a hostilizar o outro que possui os mesmos impulsos. Assim sendo, o preconceito contra grupos minoritários é considerado um exemplo de crença/atitude de auto-defesa, através do qual o sujeito reforça sua auto-imagem ao sentir-se superior ao diferente.
- *Função de expressão de valor:* as crenças e atitudes que desempenham esta função têm um papel de expressar os valores e outros aspectos do auto-conceito, refletindo, assim, a necessidade do sujeito de clarificar e afirmar seus próprios princípios. Neste caso, as crenças e atitudes tendem a ser coerentes com os valores defendidos pelo indivíduo.
- *Função de ajustamento social:* existem algumas crenças e atitudes que fazem com que o indivíduo sintam-se parte de determinado grupo social. Neste caso, o vínculo social que o sujeito estabelece com o grupo ao qual pertence é mais importante do que o próprio conteúdo da crença ou atitude em si. Um exemplo deste papel de ajustamento social é quando o sujeito é levado a seguir determinadas crenças e atitudes relacionadas a uma religião ou grupo político apenas porque seus amigos e familiares as adotam. Crenças e atitudes que desempenham, em primeira instância, o

papel de ajustamento social podem ser facilmente modificadas, caso haja mudanças nas normas sociais, nos princípios que regem o grupo social em questão.

As cinco funções apresentadas por Bem ajudam-nos a compreender um pouco melhor as crenças e de que forma elas fazem parte da maneira como o sujeito vê a realidade externa e lida com ela. É importante notar que, embora as funções aqui priorizadas estejam relacionadas a um certo “equilíbrio psicológico” e portanto centradas em aspectos internos ao sujeito, a função de “*ajustamento social*” ajuda-nos a demonstrar mais claramente que as crenças são também responsáveis por um tipo de “equilíbrio social”, referenciando aspectos externos ao sujeito, como o meio social em que este se insere. Ou seja, embora idiossincráticas e subjetivamente assentidas, as crenças possuem, de certa forma, um embasamento sociocultural, relacionado aos grupos com os quais o sujeito mantém contato e a toda a cultura que o cerca.

b) Psicologia Social europeia

Para abordarmos a questão das crenças a partir de um referencial da Psicologia Social europeia, elegemos a *Teoria das Representações Sociais* (Moscovici, 1978; Arruda, 2002; Spink, 1993). Esta teoria foi inicialmente proposta por Serge Moscovici e, posteriormente, aprofundada por Denise Jodelet. Embora não aborde a questão das crenças diretamente, tal teoria nos traz uma compreensão acerca do pensamento social e das formas de conhecer o mundo e estes, por sua vez, fundamentam-se, dentre outros aspectos, em elementos culturais e ideológicos, opiniões, valores e crenças.

Atualmente, a definição mais consensual das Representações Sociais entre os pesquisadores do campo é a de Denise Jodelet, a seguir: “*As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.*” (Jodelet, 2002, p.22 apud Arruda, 2002). Assim, as

representações sociais devem ser vistas como uma forma de saber prático que é construído socialmente. Ainda segundo Jodelet, dentre os aspectos constituintes da representação estão informações, imagens, elementos culturais, ideológicos, opiniões, valores e crenças. É deste modo que, para situarmos as crenças a partir da perspectiva que aqui abordamos, é necessário aprofundarmos um pouco mais em nossas considerações a respeito da teoria das Representações Sociais.

Esta teoria foi inicialmente proposta pelo psicólogo francês Serge Moscovici no início da década de 60, mas passou a ser reconhecida e aprofundada apenas a partir dos anos 80 (Arruda, 2002). Parte do conceito de *representações coletivas* de Durkheim, as quais, abrangendo todo o universo de crenças, mitos, imagens, e também idioma, direito, religião e tradições, eram vistas como estáveis e estanques. O que faz Moscovici é tentar atualizar o conceito de Durkheim, adaptando às condições das sociedades contemporâneas,

“sociedades em que a velocidade da informação não lhes outorga o tempo de sedimentar-se em tradição, na quais se impõe um processamento constante da novidade, nas quais se conhece por delegação, uma vez que ninguém tem acesso a todo o saber.” (Arruda, 2002).

Outros autores também trouxeram grandes contribuições ao trabalho de Moscovici, dentre os quais se destacam Piaget, Lévy-Bruhl e Freud. O primeiro, ao tratar do desenvolvimento e estruturação do pensamento infantil, que se dá a partir de fragmentos daquilo que a criança já conhece para configurar o que ela desconhece. O segundo, através de seus estudos a respeito do pensamento místico, demonstrando que há outras formas para se pensar o mundo, diferentes das existentes no mundo ocidental. Já as contribuições de Freud vieram das teorias sexuais das crianças, mostrando a forma como elas elaboram suas próprias teorias para compreender a realidade, influenciadas pelas experiências vividas no seu grupo, na sociedade, e no diálogo com as outras crianças.

Os estudos de Piaget, Lévy-Bruhl e Freud foram fundamentais para que Moscovici constituísse sua teoria acerca das Representações Sociais, para explicar de que forma essas representações são construídas pelos sujeitos, os

quais, em sua interação com a realidade e o mundo social, elaboram uma forma de conhecimento prático fundamentada no conhecimento e experiência que já possuem.

Assim, para a perspectiva de Moscovici, que busca compreender o pensamento social em sua dinâmica e diversidade, existem formas distintas de conhecer e compreender o mundo. A teoria reconhece duas destas formas, existentes em nossa sociedade, e que não devem ser encaradas de forma isolada ou hierarquizada: a consensual e a científica. De acordo com Arruda (2002), que trata das idéias de Moscovici:

“O universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. Ambas, portanto, apesar de terem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para a vida humana. As representações sociais constroem-se mais freqüentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques.” (Arruda, 2002).

Podemos destacar, a partir do texto aqui citado, que as Representações Sociais, enquanto teoria que reconhece as formas de conhecimento prático e informal, apresenta um rompimento com as versões clássicas, em que todo o conhecimento deve estar alicerçado em um saber formalizado, científico. Neste caso, o senso comum – que até então era considerado confuso, inconsistente e equivocado – também passa a fazer parte das formas de conhecimento humano, tornando-se indispensável aos indivíduos; ademais, não existe a hierarquia entre senso comum e saber científico – presente, como vimos anteriormente, nas abordagens da Filosofia – pois cada qual, por desempenhar papéis diferentes na compreensão que o sujeito faz do mundo, possui sua importância e merece reconhecimento.

Mary Jane Spink (1993), ao analisar a obra de Moscovici, vai ainda mais longe. Segundo a autora, a teoria das Representações Sociais, ao romper com as teorias clássicas – no sentido de passar a dar importância ao senso comum, às idéias do ser humano comum – rompe com o *“estatuto da objetividade e da busca*

da verdade”, até então vigente nos estudos científicos (Spink, 1993). Isso significa que, segundo a autora, o estudo das representações sociais pode ser situado em um movimento de contestação da “retórica da verdade”, característica do pensamento moderno. De acordo com a autora:

“Esta contestação da retórica da verdade pode ser visualizada como um movimento em três tempos: da epistemologia clássica à incorporação do social, com a conseqüente relativização da objetividade, e, no terceiro momento, à ampliação do olhar, de modo a ver o senso comum não mais como cidadão de segunda classe, mas como conhecimento legítimo e motor das transformações sociais.” (Spink, 1993).

Assim sendo, a partir destas colocações, temos que às representações sociais – e, por extensão, às crenças, enquanto constituintes desta forma de conhecimento – é conferido um poder de criação da realidade social, mais do que apenas de compreensão e representação. Isto nos dá a dimensão da importância atribuída à Representação Social na interação entre os indivíduos e na dinâmica das sociedades.

A partir do que foi dito até agora, vemos que as crenças, na teoria das Representações Sociais, são vistas como constituintes de uma forma de conhecimento prático, compartilhado pelos indivíduos de determinado grupo social. Esta forma de conhecimento desempenha seu papel não apenas ao constituir-se como modo de compreensão e interpretação do real, mas também enquanto meio criativo, motor das próprias transformações sociais. É assim que ao “ser humano comum”, em suas opiniões, ideologias e crenças, é dado o poder também de influenciar a dinâmica social.

Isto se dá porque o sujeito do conhecimento, para a teoria das Representações Sociais, é visto como um sujeito ativo e criativo. A representação social é uma construção que o sujeito realiza em seu contato com a realidade e o mundo social, de forma que deve ser assim considerada: “(...) não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma

versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel.” (Arruda, 2002).

É por este motivo que, ao tratar da teoria das Representações Sociais, Arruda afirma que esta diferencia-se de outras tradições da Psicologia Social pela forma como encara os fenômenos psicológicos e as relações entre indivíduo e sociedade. Segundo a autora:

“Percebe-se, dessa maneira, o quanto essa teoria se diferencia de outras tradições da Psicologia Social, que sempre se ocuparam de fenômenos psicológicos como percepção, pensamento ou aprendizagem como tópicos isolados e tomados independentemente do que era percebido, pensado ou aprendido na sociedade e na cultura em que acontecem.” (idem)

Prosseguindo, a autora afirma que esta diferença na abordagem dos fenômenos psicológicos constitui-se enquanto uma das principais contraposições entre as formas sociológica (como o é a teoria de Moscovici) e psicológica (hoje dominante nos Estados Unidos) da Psicologia Social. A partir do que já afirmamos no início desta discussão, estamos de acordo com esta visão e foi por este motivo que optamos por abordar separadamente estas duas vertentes da Psicologia Social.

Retomando nossas discussões, para concluir, pensamos que a teoria das Representações Sociais nos traz duas importantes contribuições para a discussão acerca de crenças. A primeira, ao permitir-nos considerar que as crenças fazem parte do pensamento humano, desempenhando seu papel na forma como o sujeito compreende a realidade, e que como tal devem ser reconhecidas e estudadas. A segunda, ao demonstrar que as crenças são resultado de um processo de interação entre indivíduo e cultura, no qual a realidade não é imposta ao sujeito, mas sim interpretada e reconstruída; e este, por sua vez, pode inclusive influenciar a própria cultura e a vida da sociedade. Mais adiante, como veremos, estas idéias serão aprofundadas.

➤ Crenças e Psicologia: outras leituras

Para abordarmos o conceito de crenças na Psicologia, recorreremos inicialmente à obra *“Emotions and Beliefs” / “Emoções e Crenças”* (2000), de Frijda, Manstead e Bem (orgs). Este recente trabalho reúne artigos de diversos autores versando sobre crenças e suas relações com as emoções e afetos. Dentre todos os que compõem esta obra, para delinear nossa discussão selecionamos os trabalhos de Frijda, Manstead e Bem (2000), Forgas (2000) e Frijda & Mesquita (2000).

Assim sendo, Frijda, Manstead e Bem (2000), em *“The influence of emotions on beliefs” / “A influência das emoções em crenças”*, apresentam a seguinte definição de crenças: *“Beliefs can be defined as states that link a person or group or object or concept with one or more attributes, and this is held by the believer to be true.” / “As crenças podem ser definidas como estados que ligam uma pessoa, grupo, objeto ou conceito a um ou mais atributos, e é tomada como verdade por quem acredita.”* (2000, p.5).

De acordo com estes autores, a crença possui um certo grau de subjetividade e não necessariamente corresponde exatamente à realidade que cerca o sujeito, embora esteja sempre fundamentada em elementos do mundo exterior. Entretanto, enquanto na Filosofia o foco da questão sobre as crenças está na discussão acerca de seu valor de verdade e objetividade, encontramos, na Psicologia, uma preocupação mais centrada na relação entre as crenças do sujeito e suas ações, sua percepção e representação do mundo.

Joseph Forgas (2000) traz uma definição para crenças que, em nossa opinião, vem complementar o que foi dito até agora. Segundo o autor:

“Beliefs are stable, enduring cognitive representations that have a fundamental influence on the way people perceive, construct and interpret the social world. (...) beliefs are also intensely personal, idiosyncratic creations.” / “Crenças são representações cognitivas estáveis e duradouras que exercem uma influência fundamental na forma como as pessoas percebem, constroem e interpretam o mundo

social. (...) as crenças são também intensamente pessoais, criações idiossincráticas.” (Forgas, 2000, p.108)

De acordo com Forgas, é possível afirmar, então, que existe uma influência exercida pelas crenças, enquanto construções individuais, na maneira como os sujeitos percebem o mundo. Assim sendo, temos que as crenças são uma forma subjetiva de representação, que não necessariamente representam a realidade de forma exata, e que influenciam a forma como o sujeito atua e interage com o mundo.

O terceiro artigo, “*Beliefs through emotions*” / “*Crenças através de emoções*”, de Frijda & Mesquita (2000), traz algumas contribuições que convêm ser apresentadas de forma mais aprofundada.

Ao abordarem as crenças enquanto uma premissa que o sujeito toma como verdade, Frijda & Mesquita afirmam que grande parte destas premissas não se limita apenas aos fatos observáveis, estendendo-se às causas, intenções e conseqüências dos fenômenos, bem como as particularidades que levam as pessoas ou objetos a se comportarem de determinada maneira. Isso significa que as crenças referem-se também à representação que um sujeito tem com relação a causas, intenções e conseqüências de determinado fenômeno ou ação de pessoas ou objetos.

As crenças do sujeito influenciam a maneira como este lida com a realidade que o cerca. Diante de novas informações e fenômenos, que podem ou não contradizer determinadas crenças, o sujeito faz uso do que Frijda & Mesquita denominam estimativas de probabilidade, plausibilidade e credibilidade. O julgamento realizado através destes processos permite ao sujeito interpretar a realidade de forma a ratificar suas crenças – mesmo diante de dados contraditórios – ou questioná-las, sugerindo, então, uma mudança em seu sistema de crenças.

De acordo com os autores, uma crença é *plausível* quando é coerente com a representação mental que o sujeito tem da entidade em questão, e também coerente com suas expectativas. Estas últimas são formadas, inclusive, a partir das opiniões presentes no meio social ao qual pertence o sujeito.

Quanto à estimativa de *probabilidade*, os autores associam ao conceito de “indubitabilidade da informação”, ou seja, em que medida o evento parece de fato ser real. Assim sendo, segundo Frijda & Mesquita, um evento que é aparente aos nossos sentidos não pode ser facilmente negado e é grande, portanto, sua estimativa de probabilidade. Da mesma maneira, sinais evidentes da iminência de determinado fenômeno também sugerem sua ocorrência ou existência, aumentando, mais uma vez, o grau de probabilidade.

A estimativa de *credibilidade* está diretamente relacionada à “força” da crença, ou seja, em que medida ela será subjetivamente conservada e aceita. Este processo passa pelo julgamento da credibilidade da fonte da informação recebida, de forma que descrer significa considerar a fonte de determinada informação como indigna de confiança: o novo evento ou fenômeno será, portanto, descartado. A estimativa de credibilidade torna-se, assim, uma das formas que o sujeito encontra para desconsiderar informações contraditórias e que coloquem em risco suas próprias crenças. Por outro lado, a credibilidade em determinada fonte de informação pode inclusive suprimir a necessidade de se analisar a validade da própria informação. Apenas como exemplo, a pregação de líderes ou representantes religiosos recebe, desta forma, forte aceitação por parte dos fiéis, devido à credibilidade atribuída àquele que prega a “verdade religiosa”.

Frijda & Mesquita afirmam ainda que as estimativas de probabilidade, credibilidade e plausibilidade são intuitivas, e dependem da quantidade de informações disponíveis e realmente acessadas pelo sujeito – o que significa que nem toda a informação disponível é realmente levada em conta pelo sujeito.

Retomando, temos que as estimativas de probabilidade, credibilidade e plausibilidade diante de um novo evento ou informação são fundamentadas nos pensamentos, preferências e informações que cada sujeito possui e, por isso, dependem de uma série de fatores: as expectativas do sujeito com relação aos fenômenos, seus sentimentos e emoções, a possibilidade de confirmá-los ou não no mundo real, a identificação do sujeito com a fonte da informação, os preconceitos e estereótipos que o sujeito e a sociedade construíram acerca de determinada pessoa, objeto ou evento. As estimativas de probabilidade,

credibilidade e plausibilidade influenciam a força com a qual o sujeito conserva subjetivamente determinada crença, ou seja, em que medida ela influencia seus pensamentos e ações e até que ponto permanece consolidada.

Diante deste quadro, de acordo com Frijda & Mesquita, uma vez que a crença é considerada como uma verdade, o sujeito tende a ignorar qualquer evidência que lhe pareça contraditória, acatando apenas as informações que lhe sejam coerentes – mesmo que postas em dúvida por outrem – e rejeitando outras que não condizem com suas crenças – mesmo que consideradas verdadeiras por um grande número de indivíduos. Disso verificamos que as crenças possuem uma certa estabilidade na representação que o sujeito faz do mundo, mesmo diante de contradições ou idéias divergentes.

As colocações de Frijda & Mesquita nos ajudam a ter uma noção de quão complexo é o nosso sistema de crenças e da quantidade de variáveis que influenciam a formação e manutenção das mesmas, além do grau de influência que as crenças exercem em nosso comportamento.

Ainda no campo da Psicologia, passemos agora à obra de Milton Rockeach (1968). Estudioso das crenças, o autor propôs uma perspectiva teórica fundamentada em diversas pesquisas e que trouxe importantes contribuições aos estudos relativos ao tema.

Segundo este autor, as crenças devem ser vistas como sendo aquilo que, para o sujeito, versa sobre o que é ou não verdadeiro, bom e belo com relação ao mundo que o cerca. Para Rockeach, crenças estão relacionadas não necessariamente ao que o sujeito expressa e/ou fala sobre, mas sim àquilo que ele realmente acredita, internamente, e que, por razões sociais ou pessoais, conscientes ou inconscientes, pode não ser verbalizado.

Assim sendo, segundo Rockeach, as crenças não podem ser diretamente observadas, mas sim inferidas a partir de tudo o que o sujeito não apenas diz, mas também faz – ou seja, através de seu comportamento.

Rockeach parte do princípio de que, a exemplo dos átomos, dos sistemas planetários e dos cromossomos e genes dos seres vivos, as crenças dos sujeitos

– que, sem dúvida somam uma quantidade extremamente grande – precisam estar de alguma maneira organizadas em um sistema (ou sistemas), com propriedades descritíveis, mensuráveis e observáveis. São assim formados os *sistemas de crenças* dos sujeitos.

No sistema de crenças, nem todas as crenças são igualmente importantes para o sujeito, de maneira que variam em uma “dimensão central-periférica” (Rockeach, 1968, p. 3), onde as crenças mais centrais constituem-se enquanto aquelas que possuem maior importância ao sujeito. Neste aspecto, quanto mais central for determinada crença, maior a sua “força”, sua influência no comportamento e maior sua resistência a mudanças.

Um último autor que iremos aqui discutir para delinear o conceito de crenças na Psicologia é Helmuth Krüger (1993), psicólogo e pesquisador do tema. Em seu texto *“Crenças e sistemas de crenças”* procura abordar o conceito de crenças, bem como sua importância aos estudos da Psicologia Cognitiva e Psicologia Social. Inicia a discussão definindo o termo crença para o campo da Psicologia, como sendo *“qualquer proposição que afirme ou negue uma relação entre dois objetos, reais ou ideais, ou entre um objeto e algum atributo deste, aceita por ao menos uma pessoa.”* (Krüger, 1993, p.7)

Krüger afirma que as crenças são indispensáveis à conduta do sujeito porque a norteiam, dando sentido e direção. Alega o autor:

“Podemos ser até socialmente irresponsáveis, desconsiderando qualquer preocupação com os efeitos práticos do nosso proceder, mas mesmo assim estaremos agindo em concordância com algumas crenças que com maior ou menor consciência aceitamos. Entre os elementos cognitivos dos valores, das atitudes e dos preconceitos, também se encontram crenças, e estas, como sabemos, influem em nossa personalidade e em nossa conduta ou ação social.” (idem, p.8)

E ainda:

“Tendemos a ser e a viver de acordo com nossas crenças. Obtemos-las através da experiência, sendo tanto mais robustas em sua

conservação subjetiva, rápidas no retorno à consciência imediata e eficazes em sua influência, quanto maior for a motivação investida no processo de sua obtenção e preservação. Elas se encontram na base de comportamentos e de ações, principalmente das últimas, pois se trata de condutas intencionais que exigem graus mais elevados de consciência para sua manifestação.” (ibidem, p.14)

É importante salientarmos, a partir dos trechos acima destacados, que as crenças, a despeito de exercerem forte influência em nossas ações e personalidade, não necessariamente são assentidas de maneira consciente. Isso significa que é possível um sujeito agir de acordo com determinadas crenças das quais tem pouca consciência.

Além disso, ainda a respeito do trecho apresentado, vemos que a conservação subjetiva da crença (ou seja, o grau de aceitação e sustentação de uma crença pelo sujeito) e sua influência no comportamento é, de acordo com Krüger, mediada por uma *motivação*. Esta motivação, do nosso ponto de vista, está estreitamente relacionada à afetividade, aos sentimentos e emoções do indivíduo, o que significa que as crenças recebem e exercem, em certa maneira, uma influência da e na dimensão afetiva do sujeito. Mas trataremos deste ponto no próximo capítulo.

Em conformidade com as contribuições de Rockeach que apresentamos anteriormente, Krüger também afirma que as crenças só podem ser verificadas indiretamente, através de indícios comportamentais, em especial os oferecidos pela linguagem. Ainda de maneira análoga a Rockeach, o autor considera que as crenças *“tendem à associação, formando sistemas de crenças”* (Krüger, 1993, p.14), as quais proporcionam ao sujeito uma organização da realidade e *“cujas propriedades lógicas e hierarquia de significado existencial vêm importando em pesquisas que visem explicar e compreender condutas sociais que praticamos e características de personalidade que conseguimos desenvolver.”* (idem, p.14)

Assim sendo, as crenças e sistemas de crenças fazem parte da maneira como o sujeito percebe o mundo, e:

“(...) nos oferecem uma imagem relativamente estável do mundo, da sociedade, de nós mesmos e dos outros. (...) orientamo-nos em nosso agir, inclusive moral, de acordo com tais representações, que se organizam sob a forma de teorias, códigos, ideologias, doutrinas e argumentos os mais diversos.” (ibidem, p.10)

Vimos até agora que as crenças são proposições que estabelecem relações entre dois objetos, ou entre um objeto e algum de seus atributos, que são aceitas e tomadas como verdade por ao menos um indivíduo. Em maior ou menor grau de consciência, o sujeito tende a agir de acordo com suas crenças, as quais podem estar agrupadas no que denominamos sistemas de crenças: teorias, religiões, ideologias, e que são veiculados pela cultura na qual se insere o indivíduo.

Ainda segundo Krüger, as crenças são construídas a partir da experiência do sujeito no mundo, de sua interação com os demais sujeitos e com o mundo social. Crenças e sistemas de crenças – que tomam a forma de projetos pessoais, doutrinas religiosas, teorias científicas, estereótipos, superstições, entre outros – são difundidos na sociedade através dos meios de comunicação, da religião, da publicidade comercial, além das instituições sociais como a família e a escola (Krüger, 1993, p.10). De acordo com Krüger, as crenças, desta forma, são: *“em grande parte responsáveis pela pronunciada homogeneidade no pensar e no agir dos membros dos diversos grupos, coletividades e classes sociais que, em conjunto, formam complexos sistemas socioculturais.”* (idem, p.10)

As colocações de Krüger nos permitem considerar que as crenças estão relacionadas à cultura na qual se insere o sujeito que as possui, o que significa que, apesar de sua dimensão idiossincrática, apesar de ser subjetivamente conservada e tomada pelo indivíduo como verdade, as crenças possuem uma origem na vida social, na cultura de um grupo ou de um povo.

Sintetizando: o que entendemos por crença

Realizamos até este ponto uma apresentação a respeito da definição de crença para os campos da Filosofia e Psicologia. Assim vimos, a partir da perspectiva de alguns autores que selecionamos, um pouco da contribuição de

cada uma destas correntes na compreensão deste conceito, de forma que cabe a nós agora, à luz das colocações até aqui apresentadas, delinear o que consideramos ser crenças e qual a definição que estaremos utilizando na construção do presente trabalho.

Por falarmos do lugar da Psicologia, entendida a partir de um pressuposto epistemológico construtivista, interacionista e coerente com as idéias de complexidade, nossa postura faz-nos refutar as perspectivas teóricas que encaram o sujeito de maneira fragmentada e reducionista, ou ainda, encaram de forma linear e determinista as relações entre o sujeito e o mundo externo.

Desta forma, para colocarmos o que entendemos por crença, iremos nos ater primordialmente às idéias de Krüger (1993), bem como às colocações presentes na obra de Frijda, Manstead e Bem (orgs., 2000). E, diante desta perspectiva, pensamos que as crenças podem ser vistas como premissas que são aceitas pelo sujeito e que, como afirma Krüger (1993), buscam estabelecer relações entre objetos e atributos do mundo externo, auxiliando o sujeito na compreensão da realidade.

Embora as crenças, em alguns casos, não apresentem total coerência e correspondência para com os fenômenos do mundo externo, o sujeito tende a aceitá-las como verdade na orientação de suas ações, o que confere a elas um certo grau de estabilidade subjetiva. Quanto maior for esta estabilidade, maior resistência o sujeito apresentará em modificar suas crenças e mesmo em aceitar informações que venham por contradizê-las (Frijda & Mesquita, 2000; Krüger, 1993).

O fato de não serem necessariamente fundamentadas no raciocínio lógico e na verificação empírica e objetiva, contudo, não afasta das crenças sua importância tanto no funcionamento psíquico do ser humano quanto na influência que exercem em sua forma de pensar, agir e perceber o mundo. Assim sendo, as crenças influenciam a maneira como o sujeito compreende a realidade e, por extensão, na maneira como este lida com o mundo externo e com as outras pessoas ao seu redor. Por este motivo, tendemos a agir de acordo com nossas crenças, mesmo que de forma pouco consciente (Krüger, 1993).

Isso se torna ainda mais claro se pensarmos que, por serem tomadas como verdade por quem as aceita, as crenças levam o sujeito a “selecionar” as informações e que é através delas que os fenômenos do mundo real são “explicados”. Assim, muitas vezes, o sujeito rejeita dados da realidade que não façam parte dela e que não estejam de acordo com suas crenças (Frijda & Mesquita, 2000).

As crenças podem ser agrupadas em sistemas de crenças e são construídas pelos sujeitos através de suas experiências e seu contato com o mundo. São internalizadas pelo sujeito, passando a fazer parte de sua individualidade. No sujeito, as crenças pessoais só podem ser verificadas indiretamente, através de indícios presentes em tudo aquilo que este diz ou faz (Krüger, 1993).

As crenças são difundidas pela sociedade através de ideologias, da mídia, das instituições sociais como escola, família, religião. Por este motivo, são compartilhadas por grupos de indivíduos e são em parte responsáveis pela homogeneidade no pensar e agir de coletividades e das sociedades (idem).

Por estarem relacionadas ao pensamento e à compreensão da realidade, a literatura até aqui discutida parece associar as crenças, em primeira instância, à dimensão cognitiva do sujeito. Como vimos na Psicologia Social norte-americana, no estudo das atitudes, embora tomados como estreitamente relacionados, o conceito de crença (cognitivo) aparece em oposição ao conceito de atitude (que é, então, associado à dimensão afetiva). Em outra perspectiva, mas de forma análoga, Frijda, Manstead & Bem (2000), já citados anteriormente, iniciam o artigo *“The influence of emotions on beliefs” / “As influências das emoções em crenças”* resgatando historicamente as relações entre cognição e afetividade, considerando, neste contexto, que as crenças estariam diretamente relacionadas à cognição.

Não estamos aqui negando que as crenças influenciem o pensamento e a construção do conhecimento, mas, considerando o funcionamento psicológico do

ser humano, estamos inclinados a considerar que estas estejam mais relacionadas a uma dimensão sociocultural do que propriamente à cognição.¹

Isto acontece porque não podemos deixar de considerar as vias através das quais as crenças são construídas pelos seres humanos. Construimos nossas crenças e sistemas de crenças através de nossa experiência com o mundo, com as outras pessoas e com a sociedade (Krüger, 1993), o que nos leva a crer que, embora aceitas e conservadas subjetivamente, a origem das crenças está relacionada à cultura do indivíduo que as possui.

Neste ponto estamos de acordo com o que foi dito na discussão sobre a teoria das representações sociais, a partir da qual vimos que, na visão dos autores que apresentamos, as crenças são tidas como resultantes de um processo de interação entre o indivíduo, de um lado, e a cultura e a sociedade, de outro. Nessa relação, o primeiro constrói suas crenças – enquanto componentes da representação – a partir de uma tradução que faz da realidade, da cultura e do meio social (Arruda, 2002).

Para esclarecer o que estamos tentando demonstrar, recorreremos à antropóloga Carmen Cinira Macedo (1989), estudiosa de crenças e, mais especificamente, das religiões. Em uma consideração a respeito das crenças que faz em seu livro *“Imagem do Eterno: religiões no Brasil”*, afirma:

“Certamente as crenças de cada um são as crenças de cada um – e como tal devem ser respeitadas – mas o caminho pelo qual se chega até elas é sempre um caminho social. (...) As crenças, bem como as opiniões, só podem existir através de indivíduos que as incorporem, mas é importante ter presente que elas só fazem sentido quando organizadas em sistemas que caracterizam a forma de vida de um povo. Estes sistemas compõem o ethos de um povo, ou seja, definem o tom, o caráter, a qualidade de sua vida, seu estilo de agir e suas disposições morais e estéticas. Constituem, assim, sua visão do mundo, o quadro de referência que torna possível o desenvolvimento das condutas de grupos e de indivíduos.” (Macedo, 1989, p.10-11)

¹ Evidente que, no funcionamento do sujeito psicológico, a dimensão sociocultural está intimamente relacionada à cognição, de forma que estes aspectos não podem ser vistos de maneira dissociada. Estas considerações serão melhor esclarecidas quando tratarmos, no próximo capítulo, do funcionamento psíquico do ser humano e da interação entre as diferentes dimensões que o constituem.

As colocações da antropóloga deixam claro que as crenças exercem seu papel na constituição da forma de vida de um grupo social. Elas são difundidas através dos sistemas que, entre outros fatores, definem o caráter, a forma de viver e de agir de um povo, e são “incorporadas” pelos indivíduos que fazem parte deste povo, que passam a agir de acordo com o que lhes traz este legado social.

Fica evidente, aqui, que as crenças dos sujeitos são fundamentadas pela cultura do grupo no qual se inserem, o que contribui com nossa hipótese de que as crenças estão, no sujeito psicológico, relacionadas a uma dimensão sociocultural. Estamos, portanto, de acordo com esta visão, de forma que não podemos falar em crenças e sistemas de crenças sem levar em conta o meio social e a cultura dos indivíduos que consideramos.

Por este motivo, faz-se necessário, para dar prosseguimento às nossas discussões, abordarmos o conceito de cultura e de que maneira o indivíduo está relacionado a ela, de que forma a vida social e o grupo exercem suas influências sobre o sujeito. É o que veremos, então, a seguir.

A cultura e o indivíduo

O ser humano não vive isolado. Está em constante interação com o mundo físico, com os fenômenos naturais, mas, principalmente, em uma relação intensa com outros sujeitos ao seu redor. É desta interação entre os seres humanos que nasce a cultura.

Própria da natureza humana e da vida coletiva, a cultura é definida por Edgar Morin (2002b) como sendo constituída pelo “conjunto de hábitos, costumes, práticas, *savoir-faire*, saberes, normas, interditos, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se perpetua de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo, gera e regenera a complexidade social.” (p.35). Em cada sociedade, de geração em geração a cultura é protegida, nutrida, regenerada, para que não seja destruída, não caia em extinção. Segundo o autor, da mesma forma que não existe cultura sem as competências proporcionadas pelo cérebro humano,

também não haveria linguagem ou pensamento sem a cultura, de modo que o ser humano poderia ser fatalmente comparado a um primata.

De acordo com Morin, a partir do advento da cultura, um novo rumo é dado à evolução da espécie humana. Centrada até então nas mudanças de natureza anatômica e fisiológica, passa a ocorrer através das transformações na cultura do ser humano:

“São as culturas que se tornam evolutivas, por inovações, absorção do aprendido, reorganizações; são as técnicas que se desenvolvem; são as crenças e os mitos que mudam; foram as sociedades que, a partir de pequenas comunidades arcaicas, se metamorfosearam em cidades, nações e impérios gigantes. No seio das culturas e das sociedades, os indivíduos evoluirão mental, psicológica, afetivamente.” (idem, p.35)

As relações entre a cultura e o indivíduo são estreitas e mútuas. Ao mesmo tempo em que o ser humano passa a evoluir através de sua cultura, é evidente que esta última só se constitui a partir das interações entre os indivíduos. Nas palavras de Morin,

“A cultura é indispensável para a emergência do espírito e para o desenvolvimento total do cérebro, os quais são indispensáveis à cultura e à sociedade humana, as quais só existem e ganham consistência na e pelas interações entre os espíritos/cérebros dos indivíduos.” (ibidem, p. 85).

Além disso, se a cultura depende da vida em sociedade, o ser humano, em sua individualidade, também possui muito da cultura à qual pertence. É assim que a cultura, proveniente das interações entre os indivíduos, passa, a partir de então, a fazer parte deles.

Essa “reprodução” da cultura em cada indivíduo, esta marca por ela deixada é o que Morin denomina *imprinting*. O termo foi inicialmente proposto por Konrad Lórenz (cf. Morin, 2002c, p.28), referindo-se à marca irreversível deixada pelas primeiras experiências do animal recém-nascido, como a pequena ave que toma por sua mãe o primeiro animal que avista. Assim sendo, na perspectiva de

Morin, o *imprinting* pode ser compreendido como uma marca, uma inscrição, imposta ao indivíduo pela cultura. Desde o nascimento, através da cultura familiar e, posteriormente, através da cultura social, o *imprinting* vai impondo sua marca no ser humano e, tal qual uma cicatriz, passa a fazer parte da sua constituição, sua individualidade, e com ele permanece continuamente. De acordo com Morin:

“O imprinting inscreve-se cerebralmente na primeira infância pela estabilização seletiva das sinapses, inscrições primeiras que vão marcar irreversivelmente o espírito individual no seu modo de conhecer e de agir. A isso se acrescenta e combina a aprendizagem, que elimina ipso facto outros modos possíveis de conhecer e de pensar.” (Morin, 2002b, p.302)

Isso nos permite considerar que a influência da cultura no ser humano é tão intensa que acaba até mesmo por repercutir na própria organização do pensamento e do conhecimento e na aprendizagem.

Ainda buscando abordar as influências da sociedade na constituição dos indivíduos, Edgar Morin propõe o conceito de *noosfera* (do grego: nóos-noûs, nóou-noû, que se refere à faculdade de pensar, pensamento, espírito), oriunda da vida em sociedade. Essa noosfera, de acordo com o autor, é a *“esfera das coisas do espírito, saberes, crenças, mitos, lendas, idéias, onde os seres nascidos do espírito, gênios, deuses, idéias-força, ganham vida a partir da crença e da fé.”* (Morin, 2002b, p.44)

Conforme nos traz Morin, a noosfera envolve os seres humanos, mas também faz parte deles. Divergente de uma cultura para outra, encadeia todas elas, todas as sociedades humanas. Ao mesmo tempo em que depende dos indivíduos e das culturas humanas, estabelece-se de maneira autônoma, reinando na sociedade e impondo-se na forma de idéias, crenças, deuses, ideologia.

Assim sendo, as entidades da noosfera – estas mesmas idéias, crenças, deuses, ideologia – reproduzem-se nos seres humanos e possuem um grande poder, impulsionadas pelos desejos e temores daqueles que nelas crêem. Da mesma forma que os indivíduos possuem seus deuses e religiões – e em nome

deles passam a agir e pensar, encontrando segurança e salvação –, os deuses e religiões, vivificados pela crença do próprio indivíduo, também o “possuem”.

Este conceito ajuda-nos a compreender ainda mais a força que nossas idéias, crenças e religião exercem sobre nossa forma de pensar, conhecer, lidar e agir no mundo. A cultura, assim, exerce suas influências não apenas externamente, impondo sua marca no sujeito, mas também internamente, fazendo emergir do próprio indivíduo o poder de suas idéias, suas crenças e paradigmas.

Em muitos casos, estas influências vão além da impressão de marcas, da transmissão de práticas, saberes, crenças, etc. A cultura – através das idéias por ela transmitidas, de suas influências em nosso pensamento e nossa visão de mundo – age também em outra direção: é ela que igualmente *“impede de aprender e de conhecer fora dos seus imperativos e das suas normas, havendo, então, antagonismo entre o espírito autônomo e sua cultura”* (Morin, 2002b, p.35).

E assim é que, segundo Morin,

“Ao determinismo de paradigmas e modelos explicativos, associa-se o determinismo de convicções e crenças, que, quando reinam em uma sociedade, impõem a todos e a cada um a força imperativa do sagrado, a força normalizadora do dogma, a força proibitiva do tabu. As doutrinas e ideologias dominantes dispõem, igualmente, da força imperativa que traz a evidência aos convencidos e da força coercitiva que suscita o medo inibidor nos outros.

O poder imperativo e proibitivo conjunto dos paradigmas, das crenças oficiais, das doutrinas reinantes e das verdades estabelecidas determina os estereótipos cognitivos, as idéias recebidas sem exame, as crenças estúpidas não-contestadas, os absurdos triunfantes, a rejeição de evidências em nome da evidência, e faz reinar em toda parte os conformismos cognitivos e intelectuais.” (2002c, p.27)

Fica evidente, portanto, que a cultura passa a fazer parte do indivíduo e, através de crenças, idéias, paradigmas e religiões, não imprime apenas suas marcas, seu *imprinting*, mas traz também consigo uma consignação de como deve o indivíduo organizar, conceber, lidar com o mundo ao seu redor e com os demais seres humanos com os quais interage.

Ora, se a crença possui suas raízes na cultura, temos então que o indivíduo, ao mesmo tempo em que possui determinadas crenças e tende a agir de acordo com elas, é também, em certa maneira, tomado por suas crenças, passando assim a pensar e a enxergar o mundo através delas. Neste aspecto, a crença é ao mesmo tempo uma forma de guiar as condutas e também de limitá-las.

É assim que, conforme já trouxemos anteriormente, algumas crenças são tão fortemente assentidas que o sujeito tende a ignorar determinados elementos da realidade ou criar formas de alterar a credibilidade de informações ou fenômenos que venham a contrariar sua crença.

Mas até que ponto as influências da cultura são tão determinantes na constituição dos indivíduos, direcionando sua visão de mundo, seu pensar e seu agir na sociedade? De que forma ocorre este *imprinting* do qual nos fala Morin, essa transmissão da cultura para o indivíduo? Vejamos a seguir.

Modelos de transmissão cultural

Martins & Branco (2001), referenciados em Jaan Valsiner, identificam a existência de dois modelos de compreensão da transmissão cultural.

Em uma primeira perspectiva, a transmissão da cultura é vista como um processo *unidirecional*, no qual o indivíduo recebe, da sociedade em que vive, um conjunto de crenças, valores, costumes. Neste caso, considera-se que os indivíduos “*pertencem à*” cultura (Valsiner, 2003), e que esta garante uma certa homogeneidade dos membros da sociedade ou grupo em questão. Na compreensão do modelo de transmissão cultural unidirecional, a cultura é transmitida de forma praticamente exata, sem modificações e sem que também o indivíduo passe por alterações relevantes ao longo deste processo. Às instituições como a escola e a família cabe a transmissão desta cultura, culminando na adaptação do indivíduo às normas que regem e organizam a sociedade.

O segundo modelo de transmissão cultural, oposto ao primeiro, fundamenta-se em um princípio de transmissão *bidirecional* da cultura. Isto significa que:

“(...) todos os participantes no processo de transmissão cultural estão ativamente transformando as mensagens culturais (Valsiner, 1994; Valsiner, Branco & Dantas, 1997). Emissor e receptor organizam e reorganizam ativamente a informação cultural de forma que a cultura se encontra continuamente em transformação mediante a ação de todos os participantes da experiência social.” (Martins & Branco, 2001)

Nesta perspectiva, fazem sentido os conceitos de “cultura pessoal” e “cultura coletiva”, propostos por Valsiner (apud Martins & Branco, 2001) para diferenciar os pólos do processo de transmissão bidirecional. Assim sendo, para Valsiner, a “cultura pessoal” está relacionada à visão de mundo de cada indivíduo, sua interpretação dos fatos e fenômenos em sua interação com a “cultura coletiva”, que se constitui, então, pelos significados historicamente construídos e partilhados pelos membros do grupo social.

Como podemos notar, o modelo de transmissão bidirecional amplia as possibilidades da relação entre indivíduo e cultura, abrindo espaço para a participação de ambos na construção do novo ao longo deste processo de constante interação. Esta segunda vertente de compreensão da transmissão da cultura é, em nossa opinião, mais coerente com nossos pressupostos e é, portanto, o modelo que defendemos.

Internalização da cultura

Prosseguindo em nossa discussão sobre as relações entre cultura e indivíduo, considerando que a transmissão cultural (o *imprinting*, de Morin) ocorre de maneira bidirecional, faz-se necessária a abordagem de um conceito importante para a compreensão deste fenômeno, que é o conceito de *internalização*. Como nos traz Martins & Branco (2001), internalização pode ser definida, em termos gerais, como sendo:

“[um] processo através do qual sugestões ou conteúdos externos ao indivíduo apresentados por um ‘outro social’ são trazidos para o domínio intra-psicológico (do pensar e do sentir subjetivos), passando a incorporar-se à subjetividade do indivíduo. Este ‘outro’ são pessoas, instituições sociais ou mesmo instrumentos mediados culturalmente.” (idem)

O conceito de *internalização* da cultura e do mundo social pelo indivíduo é discutido por diversos autores, em diversos campos do conhecimento. Vejamos algumas destas perspectivas.

Em seu livro *“Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística”*, o sociólogo Peter Berger (1986) dedica-se a discutir diferentes visões da Sociologia, suas dimensões e implicações. Nesta obra, o autor aborda o fenômeno da internalização ao pensar na relação entre o ser humano e a sociedade e busca aportes teóricos que expliquem de que forma a sociedade, sendo externa ao indivíduo, pode passar a fazer parte dele, a exercer suas formas de controle, influenciando inclusive as estruturas da consciência humana. Para esta perspectiva, segundo o autor, *“A sociedade determina não só o que fazemos, mas também o que somos. Em outras palavras, a localização social não afeta apenas nossa conduta; ela afeta também nosso ser.”* (Berger, 1986, p.107)

Discutindo a internalização do mundo social no ser humano, Berger coloca que a visão sociológica procura explicar de que forma a sociedade pode exercer seu controle e suas influências no sujeito, em seus pensamentos, em suas condutas e em sua visão de mundo. É através deste processo que o mundo social deixa de existir apenas externamente ao indivíduo, e passa a fazer parte dele, internamente. Essa internalização ocorre com a criança em socialização, mas pode ocorrer também com os adultos, em um grau mais fraco, a cada vez que estes se inserem em um novo contexto ou grupo social.

De acordo com o que nos traz Berger,

“A sociedade não só controla nossos movimentos, como ainda dá forma à nossa identidade, nosso pensamento e nossas emoções. As estruturas da sociedade tornam-se as estruturas de nossa própria consciência. A sociedade não se detém à superfície de nossa pele. Ela nos penetra, tanto quanto nos envolve. Nossa servidão para com a sociedade é estabelecida menos por conquista que por conluio. Às vezes, realmente, somos esmagados e subjugados. Com frequência muito maior caímos na armadilha engendrada por nossa própria natureza social. As paredes de nosso cárcere já existiam antes de entrarmos em cena, mas nós a reconstruímos eternamente. Somos aprisionados com nossa própria cooperação.” (idem, p.136)

Embora esta visão ajude-nos a compreender uma das faces da relação entre indivíduo e sociedade, ela parece-nos um tanto parcial e tende a ser coerente, em nossa opinião, com o modelo de transmissão cultural unidirecional, apresentada anteriormente. Contra-argumentada pelo próprio Berger no capítulo seguinte de sua obra, esta vertente poderia nos levar a crer que o ser humano “não tem saída” mediante as marcas impressas pela cultura – o que, em nossa opinião, não nos ajuda na compreensão da realidade.

Embasado na teoria do carisma de Max Weber (1864-1920), na qual um indivíduo torna-se um líder de um grupo de seguidores ao propor uma visão de mundo contrária à ordem estabelecida, Berger adiciona à visão sociológica que acabamos de apresentar uma dimensão subjetiva, procurando demonstrar que os controles internos e externos exercidos pelo mundo social não são assim tão infalíveis. Desta forma,

“(…) Weber sempre enfatiza os significados, as intenções e as interpretações subjetivas levadas a uma situação social pelos atores que dela participam. Weber, é claro, assinala também que aquilo que por fim acontece numa sociedade pode ser muito diferente do que esses atores tencionavam. Afirma, porém, que toda essa dimensão subjetiva deve ser tomada em consideração para uma adequada compreensão sociológica. Ou seja, a compreensão sociológica envolve a interpretação de significados presentes na sociedade.” (Berger, 1986, p.141)

Isto quer dizer que, às situações sociais de determinado grupo, são associados significados os quais, por tradição e consenso, são aceitos pelos

indivíduos de tal sociedade. Quanto mais fortemente este significado estiver estabelecido, maior dificuldade haverá para que seja dada uma definição discordante, uma nova interpretação para os fatos. Mas isto não significa que os indivíduos da sociedade não disponham dessa possibilidade, o que já nos traz indícios de que a capacidade de coerção dos significados aceitos pela maioria não é indestrutível. Em outras palavras, as marcas deixadas pela cultura no indivíduo – as formas de controle internos e externos, a visão de mundo, as crenças e costumes –, apesar de deixarem sua marca no sujeito, podem ser rompidas – e com freqüência o são – devido à dimensão subjetiva que deve ser levada em conta nesta relação entre indivíduo e sociedade.

O conceito de internalização é também discutido na Psicologia. Para o presente trabalho, traremos inicialmente algumas contribuições do psicólogo russo Lev S. Vygotsky (1896-1934). De acordo com Vygotsky (1998), a internalização é a reconstrução interna de uma operação externa ao sujeito e implica uma série de transformações psicológicas, a seguir:

- a) Uma operação externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente ao sujeito;
- b) Um processo inicialmente interpessoal torna-se intrapessoal. As funções superiores², segundo Vygotsky, originam-se das relações entre os indivíduos e, no desenvolvimento da criança, aparecem inicialmente no nível social, entre pessoas (interpsicológica) e posteriormente no nível individual, no interior da criança (intrapicológica).

² Para Vygotsky (1998), o termo *função psicológica superior* – utilizado para designar, dentre outras funções, o pensamento humano – está relacionado à “*combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica.*” (p.73). Esta definição surge da diferenciação que faz o autor entre as funções desempenhadas por instrumento e signo na atividade mediada. Assim, enquanto o *instrumento* serve como condutor da influência humana sobre o objeto, sendo orientado externamente e levando necessariamente a uma mudança no objeto da atividade, o *signo* é orientado internamente ao sujeito e não proporciona mudança no objeto da operação psicológica. Desta forma, de acordo com o Vygotsky, “*O uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda, fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções*

c) A transformação do processo interpessoal em intrapessoal vem como resultado de um longo processo de desenvolvimento. Nas palavras do autor,

“O processo, sendo transformado, continua a existir e a mudar como uma forma externa de atividade por um longo período de tempo, antes de internalizar-se definitivamente. (...) [as funções] somente adquirem o caráter de processos internos como resultado de um desenvolvimento prolongado. Sua transferência para dentro está ligada a mudanças nas leis que governam sua atividade; elas são incorporadas em um novo sistema com suas próprias leis.” (Vygotsky, 1998, p.75)

Martins & Branco (2001), já citados anteriormente, também abordam o conceito de internalização, em uma perspectiva sociocultural construtivista. Embora o estudo deste conceito venha recebendo a atenção de vários pesquisadores e de diferentes áreas do conhecimento, para Martins & Branco, a noção apresentada por Vygotsky é a que mais trouxe contribuições para o campo de pesquisa do desenvolvimento humano.

De acordo com estes autores, o conceito de internalização em Vygotsky aparece associado às discussões por ele levantadas acerca das relações entre linguagem e pensamento. Neste sentido, o psicólogo russo considera que os signos lingüísticos mediam o processo de internalização, à medida que, para a resolução de problemas, o sujeito faz uso da linguagem ao reconstruir mentalmente a realidade externa. (Martins & Branco, 2001; Vygotsky, 1993)

Martins & Branco trazem também uma compreensão do processo de internalização que evidencia a dinâmica entre indivíduo e cultura, demonstrando de que forma ocorrem as influências mútuas recebidas e exercidas por ambos os pólos desta relação:

“No que se refere ao indivíduo, a internalização de aspectos culturais é antecedida e orientada por elementos motivacionais, afetivos, que elegem e priorizam objetivos e conteúdos culturais, atribuindo-lhes

psicológicas podem operar.” (idem). Essas novas funções psicológicas, seriam, então, as funções superiores.

um significado próprio no interior de um universo amplo de possibilidades. Por outro lado, a cultura à qual o indivíduo está ligado, e na qual ele se constitui, orienta suas expectativas e comportamentos em uma certa direção, sem com isto impor-lhe, necessariamente, um padrão definido de crenças, valores e comportamentos. Em função de aspectos motivacionais próprios, o indivíduo pode se opor de forma mais ou menos intensa às orientações apontadas pelas sugestões sociais, dando origem à singularidade de sua constituição subjetiva e, em consequência, permitindo-lhe introduzir novos aspectos na cultura coletiva.” (Martins & Branco, 2001)

A esta altura, podemos fazer um paralelo entre estas colocações e as considerações de Edgar Morin que apresentamos no início desta discussão, a respeito da relação entre indivíduo e cultura. No trecho que acabamos de citar, tanto o indivíduo quanto a cultura estão abertos à transformação, à formação de novos significados, que ocorrerão em função da forma como se dá a relação entre ambos. Ou seja, não é possível considerarmos cultura sem indivíduo ou vice-versa.

De forma análoga, conforme nos trouxe Edgar Morin anteriormente, a cultura depende da interação entre os indivíduos e estes, em certa maneira, dela dependem para a vida em sociedade, além de serem fortemente influenciados por ela, através da imposição do *imprinting* cultural. E através do *imprinting*, a cultura inscreve no indivíduo um conjunto de práticas, saberes, crenças, valores, idéias, conhecimento, enfim, toda uma forma de pensar e conhecer o mundo (a “cultura coletiva”, de Valsiner), que influenciam o desenvolvimento da individualidade do sujeito. Mas evidentemente, embora todos os indivíduos de um determinado grupo sejam submetidos ao mesmo *imprinting* cultural, cada sujeito, em sua individualidade, irá constituir-se e construir-se de maneira diferente, uma vez que não é a cultura unicamente que influencia o ser humano, já que, para Morin, o ser humano deve ser considerado de maneira multidimensional, como um ser ao mesmo tempo físico, biológico, psíquico, afetivo, cultural e social (Morin, 2002b, 2002c). Ou seja, entram em ação, entre outros fatores, os “*aspectos motivacionais*” próprios de cada sujeito (Martins & Branco, que acabamos de

citar), que possibilitarão que os aspectos culturais sejam apreendidos pelo indivíduo adquirindo significado próprio, constituindo assim sua “cultura pessoal”.

Diante de todo o quadro exposto até agora, entendemos que uma compreensão das relações entre cultura e indivíduo, que leve em conta toda complexidade inerente a estes elementos, necessita, por um lado, de uma noção de cultura que esteja aberta a transformações, que exerça suas influências sobre o indivíduo em uma relação não-unilateral e não-determinista. Por outro lado, exige também uma noção de indivíduo ativo que, embora possua, em sua subjetividade, traços da cultura e da sociedade da qual participa, tenha possibilidades de (re)significar e (re)construir os aspectos culturais. Esta noção de indivíduo só se faz, do nosso ponto de vista, à medida que encaramos esse ser humano de forma multidimensional (como já nos propõe Morin), não apenas como receptor da cultura, mas também constituído de um organismo em funcionamento, dotado de afetos, de desejos e de possibilidade de criar. Em vista de tais considerações, apresentaremos, no próximo capítulo, nossa concepção de sujeito psicológico e seu funcionamento.

Capítulo III

O sujeito psicológico e a organização do pensamento

No capítulo anterior, apresentamos uma breve discussão a respeito do conceito de crenças e sistemas de crenças, e de que forma essas associações que fazemos entre as entidades e atributos da realidade que nos cerca influenciam nossa forma de interpretar, representar e atuar no mundo. Destacando o caráter sociocultural que possuem as crenças de um determinado indivíduo, grupo ou sociedade, buscamos compreender as relações entre indivíduo e cultura, indivíduo e sociedade, evidenciando o papel do meio social e da cultura na constituição de nossa individualidade.

Prosseguindo, colocaremos em foco nossa compreensão acerca do funcionamento psicológico do ser humano e dos processos que envolvem a organização do pensamento dos sujeitos. Com este capítulo, temos o objetivo de apresentar os pressupostos teóricos que fundamentam nosso posicionamento mediante estas questões e, em seguida, buscaremos traçar as possíveis influências e relações entre as crenças dos sujeitos, o funcionamento psíquico e a organização do pensamento humano.

É em vista destas colocações que partiremos, inicialmente, para a apresentação das idéias que compõem a Teoria da Complexidade. É preciso deixar claro que o pensamento complexo é nosso ponto de partida para a explicação do funcionamento psicológico do ser humano, de forma que abordaremos, a seguir, os principais aspectos a serem destacados a respeito desta teoria.

Teoria da Complexidade

Nossa referência para as idéias que configuram a Teoria da Complexidade é o trabalho de Edgar Morin (1994, 1997, 2002a).

O ponto de partida de Morin é a crítica a um modelo paradigmático que, por muito tempo, permeou as pesquisas científicas. Desde os tempos de Descartes e Newton, com a física clássica e a compreensão linear dos fenômenos, este paradigma, conforme nos traz o autor, tem como princípio a busca pela certeza, pela verdade universal, e propõe a existência de um mundo ordenado e lógico: é o *pensamento simplificador* (Morin, 1994).

O pensamento simplificador, na intenção de dominar e controlar a natureza, acaba por reduzir, desintegrar e tratar de maneira unidimensional a complexidade do mundo real. É orientado pelos princípios de *redução*, *disjunção* e *abstração*, ou seja, tende a fragmentar, simplificar e formalizar o real, compreendendo e determinando a natureza a partir do funcionamento de suas partes, vistas isoladamente.

Para Morin, este tipo de perspectiva corre o risco de nos levar a uma compreensão distorcida da realidade, na medida em que, ao fragmentar, simplificar, reduzir, não se leva em consideração a complexidade das entidades e fenômenos que nos cercam. Conforme o autor, *“Cremos ver a realidade; em realidade vemos o que o paradigma nos pede para ver e ocultamos o que o paradigma nos impõe a não ver.”* (Morin, 1994, p.276)

Em oposição ao pensamento simplificador, Morin defende o *pensamento complexo*, ou *paradigma da complexidade*, que propõe integrar o máximo possível os modos simplificados de pensar, ao mesmo tempo em que sugere uma perspectiva de multidimensionalidade. Assim, em lugar da compreensão linear dos fenômenos e das relações de causa-efeito, o pensamento complexo supõe considerar uma série de interações e interferências entre um número muito grande de unidades, o que, por conseguinte, faz com que as previsões e a possibilidade de cálculo dêem lugar à indeterminação, à incerteza, aos fenômenos aleatórios; é possível, apenas, considerar probabilidades.

O autor coloca ainda que *“o ponto de vista da complexidade diz-nos justamente que é uma loucura acreditar que se possa conhecer do ponto de vista da onisciência, de um trono supremo a partir do qual se contemplaria o universo. Não há um lugar possível de onisciência.”* (Morin, 1994, p.281).

Isso significa que lidar com o real a partir do paradigma da complexidade implica considerar que o conhecimento completo é impossível, ou seja, que o próprio conhecimento, em si, é incompleto e incerto.

Outra colocação apresentada por Morin com relação ao pensamento complexo – e que se faz particularmente importante ao presente trabalho – está relacionada à sua concepção de *sistema* e da idéia de *organização*.

Devemos primeiramente ter em mente a noção de sistema na perspectiva do pensamento complexo. Para o autor, este conceito aparece em substituição ao conceito de objeto – o qual se caracteriza como fechado, uniforme. A idéia de sistema amplia as possibilidades de compreensão, e implica observar que “*o próprio sistema pode ser considerado como parte de um polissistema e como se estivesse rodeado por um ecossistema*” (Morin, 1994, p.279). É o princípio do holograma, colocado por Morin: a parte está no todo, assim como o todo está na parte.

Um sistema, desta forma, deve ser concebido como uma “*unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos.*” (Morin, 2002a, p.132). Assim, este conceito abriga em si a idéia de unidade, por um lado, e, por outro, a idéia de diversidade ou multiplicidade (Morin, 2002a). O sistema é um todo constituído por diversos elementos, as partes, encaixados e articulados, e traz consigo um outro conceito: o de *organização*. Não há, portanto, sistema sem organização.

Entretanto, de acordo com o autor, a organização de um sistema pressupõe mais do que simplesmente a idéia de ordem, defendida pelo pensamento simplificador. No paradigma da complexidade, a *organização* deve ser compreendida como “*o que liga um sistema*” (Morin, 1994, p.278), isto é, que:

“(...) liga de maneira inter-relacional os elementos ou acontecimentos ou indivíduos diversos que desde então se tornam os componentes de um todo. Ela assegura solidariedade e solidez relativa a estas ligações, assegurando então ao sistema uma certa possibilidade de duração apesar das perturbações aleatórias.” (Morin, 2002a, p.133)

Com isso, Morin propõe que as idéias de sistema e de organização devem ser vistas de maneira associada, pois são sustentadas pelo que o autor destaca como sendo a idéia de *inter-relação*. O conceito de inter-relação compreende as diferentes formas e tipos de ligação entre os elementos/indivíduos do sistema, e entre estes e o todo, sendo que *“toda inter-relação dotada de alguma estabilidade ou regularidade adquire caráter organizacional e produz um sistema.”* (Morin, 2002a, p.134)

Nesta linha de pensamento, sistema, organização e inter-relação não podem ser considerados separadamente, pois são faces diferentes de um mesmo fenômeno. É preciso ficar claro que os princípios do pensamento complexo – incerteza, aleatoriedade, não-determinação e multiplicidade – devem permear a idéia de sistema, da organização e das inter-relações que se estabelecem.

Nesse sentido, o autor ingressa em uma discussão acerca das relações entre parte e todo, alegando que, ao abordar a organização dos sistemas, *“a idéia que destrói toda tentativa reducionista de explicação é que o todo tem uma quantidade de propriedades e qualidades que não têm as partes quando estão separadas.”* (Morin, 1994, p.278). Em outras palavras, considerar a complexidade de um sistema, sua organização e as inter-relações abrigadas significa considerar que o todo, constituído de partes, é, ao mesmo tempo, mais e menos do que a soma dessas partes. De acordo com o autor: *“O todo, portanto, é mais que a soma das partes. Mas, ao mesmo tempo, é menos que a soma das partes, porque a organização de um todo impõe restrições e inibições às partes que o formam, que já não têm tanta liberdade.”* (idem, p.278).

Os princípios da Teoria da Complexidade que apresentamos até aqui são a base para nossa compreensão do funcionamento psíquico do ser humano. São estas, portanto, as idéias que devem orientar nossa próxima abordagem, a seguir, a respeito da constituição do sujeito psicológico.

O sujeito psicológico

Compreender o psiquismo humano de uma forma que seja coerente com os princípios de complexidade exige que busquemos modelos teóricos que considerem o ser humano em sua totalidade, que expliquem o funcionamento psicológico do sujeito levando em conta os inúmeros elementos e relações que nele influenciam.

Encontramos essas características no trabalho de Araújo (1999; 2003; 2004). Seus estudos com relação ao funcionamento psíquico – os quais apresentaremos a seguir – estão embasados no pensamento complexo, e, conforme veremos, permitem considerar a complexidade do ser humano e os diversos fatores que influenciam seu funcionamento e suas relações com o meio.

Assim, a seguir, discorreremos brevemente acerca das idéias de Araújo e de seu modelo de compreensão do sujeito psicológico, buscando realizar um paralelo entre tais considerações e os princípios que permeiam a Teoria da Complexidade.

A necessidade de se estudar o sujeito psicológico e seu funcionamento em sua totalidade surgiu dos estudos de Araújo (1999) no campo da moralidade humana. Assim, em seu trabalho, encontramos uma preocupação em melhor compreender as relações entre o juízo e a ação moral. Para tanto, o autor destaca a necessidade de romper com teorias morais baseadas, de um lado, em princípios universais, em que a fonte da moral é rígida e deve ser seguida por todos os seres humanos; ou, por outro lado, em idéias relativistas, de que a moralidade é absolutamente variável, de acordo com o grupo social ou o momento histórico.

Diante disso, Araújo propõe que o estudo da moralidade deve superar tal dicotomia e, como um primeiro passo, deve partir em busca de modelos teóricos que contemplem a complexidade do ser humano, seu momento histórico e cultural, e que levem em conta seus interesses pessoais, sentimentos, desejos e suas relações com a realidade que o cerca. Para que isso ocorra, tal sujeito, bem como as relações que estabelece com o mundo ao seu redor, deve ser melhor

investigado, com o objetivo de compreendermos sua constituição, funcionamento, e a forma como se relaciona com o meio.

Com este intuito, Araújo sugere uma compreensão do funcionamento psíquico que considere a influência de fatores diversos, fatores tanto externos quanto internos ao sujeito. Nessa busca, o autor acaba por apresentar um modelo a partir do qual se fundamentam suas discussões posteriores e que tem como objetivo explicar o sujeito psicológico, sua constituição e funcionamento. Conforme dito anteriormente, é neste modelo de sujeito psicológico que se baseiam os estudos da presente pesquisa e é, portanto, este o foco das discussões que se seguem.

De acordo com o autor, as teorias psicológicas, de uma maneira geral, tendem a encarar cada sujeito de uma forma fragmentada, como um aparelho cognitivo, *ou* biológico *ou* afetivo *ou* sociocultural, o que, de seu ponto de vista, não confere a tais modelos uma noção de complexidade.

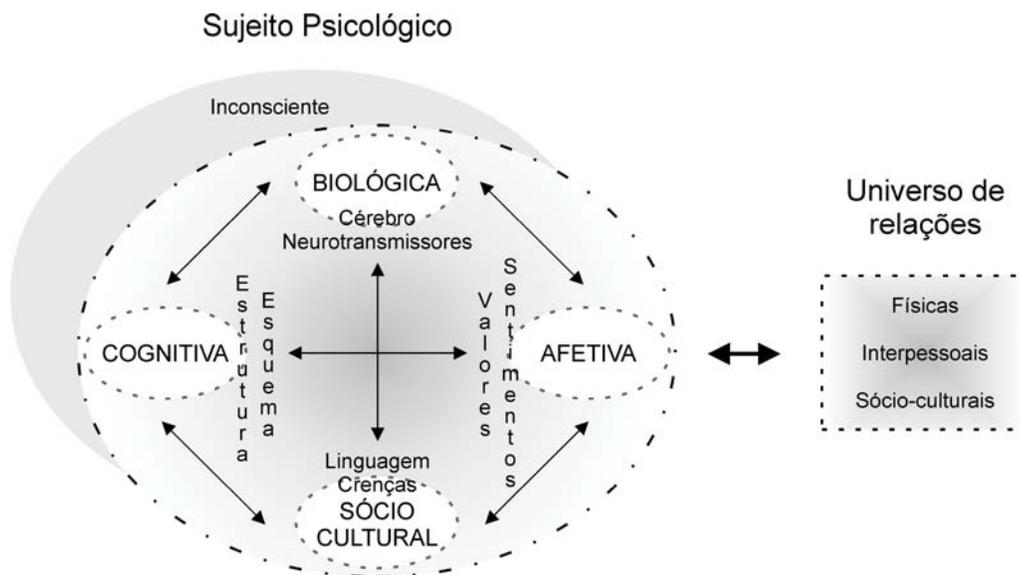
Desta forma, Araújo busca considerar o sujeito psicológico em sua totalidade. Para o autor, cada ser humano, seu modo de ser, agir, pensar e sentir, é resultado da interação de diferentes dimensões, com características específicas, mas que se inter-relacionam, e que, em conjunto, fazem parte de um sistema mais complexo que define a individualidade do sujeito.

O autor afirma que o sujeito psicológico é, ao mesmo tempo, um ser biológico, que sente fome, frio e sede, mas que também tem sentimentos, emoções, desejos. Este mesmo sujeito interage com a realidade externa (objetiva) e também interna (subjéctiva) e, nesta relação, constrói uma capacidade cognitiva de organizar suas experiências (Araújo, 2004). Todos os aspectos constituintes do sujeito (biológico, afetivo, sociocultural e cognitivo) atuam simultaneamente, influenciando a maneira de ser, pensar, agir e sentir de cada ser humano.

Adotar este modelo como explicação para o funcionamento psicológico do sujeito implica considerar que em qualquer situação da vida cotidiana entram em ação diferentes aspectos relativos às diferentes dimensões constituintes do sujeito: o funcionamento bio-fisiológico do organismo, as estruturas cognitivas, os

sentimentos, valores, crenças, representações sociais, desejos do indivíduo, bem como a inter-relação deste conjunto como um todo junto ao meio.

Segundo a representação de Araújo (2003, p.156), que colocamos a seguir, o sujeito psicológico é constituído por diferentes dimensões – cognitiva, afetiva, biológica e sociocultural – e seu funcionamento se dá a partir das inter-relações destas entre si e com o mundo externo – físico, interpessoal e sociocultural – com o qual o sujeito interage:



Os estudos feitos a partir deste modelo psicológico, de acordo com Araújo, não podem perder de vista a sua totalidade e a noção de organização interna e externa de cada uma das dimensões propostas. Isto significa que, para melhor compreendermos o funcionamento psíquico do ser humano, podemos estudar, separadamente, cada uma das dimensões – afetiva, cognitiva, sociocultural e biológica – mas não podemos deixar de considerar que estes aspectos se inter-relacionam e que esta dinâmica exerce e recebe influências da maneira como o sujeito psicológico lida e interage com o mundo interno e externo. Afinal, como afirma Araújo:

“cada sistema constituinte do sujeito psicológico é, por natureza, aberto e fechado ao mesmo tempo. Fechado enquanto sistema que possui um funcionamento com leis próprias e ao mesmo tempo

aberto porque se mantém em interação constante com os demais sistemas.” (Araújo, 1999, p.74)

É importante evidenciar que, ao propor este modelo de funcionamento psíquico do ser humano, Araújo tem a intenção de apresentar o sujeito psicológico a partir da ótica do pensamento complexo, segundo as idéias e princípios da Teoria da Complexidade (Morin, 1994; 1997; 2002a) abordados no tópico anterior.

Assim, se realizarmos um paralelo entre as idéias de Araújo e a perspectiva da complexidade, podemos dizer que o sujeito psicológico pode ser encarado como um *sistema*, retomando as definições de Morin (2002a), apresentadas anteriormente. De tal ponto de vista, esse sujeito, que se apresenta enquanto sistema, é constituído pelas diferentes dimensões – ou seja, por diferentes *partes* – que estão em constante *inter-relação*, conferindo ao sistema uma *organização*; tal organização envolve não apenas a ordem, mas igualmente a não-determinação e as incertezas.

Simultaneamente, cada uma das dimensões (afetiva, cognitiva, biológica e sociocultural) que, sendo partes de um todo, constituem o sujeito psicológico, devem ser vistas também como um sistema, com sua própria organização interna.

Dadas estas considerações, é possível dizer que o funcionamento psíquico ocorre a partir de um certo grau de previsibilidade, de certezas; ao mesmo tempo, entretanto, abre-se espaço ao inesperado, ao aleatório, à possibilidade de desordem e incerteza. Estes pontos são de fundamental importância se queremos uma teoria que explique o funcionamento psíquico, o sujeito da vida real, e que esteja de acordo com os princípios de complexidade.

Portanto, as influências que os aspectos das diferentes dimensões exercem sobre a maneira de ser, pensar, agir, sentir de cada ser humano, embora possuam uma certa regularidade, não são fechadas, determinadas. Para compreendermos a complexidade deste funcionamento, é preciso salientar que o comportamento do sujeito, embora por vezes previsível, não pode ser calculado ou dado como certo, pois há uma infinidade de fatores que o influenciam, e que podem variar de acordo com o contexto.

Retomando, compreender o funcionamento psíquico do ser humano a partir da ótica proposta por Araújo, e de maneira condizente com a Teoria da Complexidade, significa considerar que, apesar de constituído por diferentes dimensões, o sujeito psicológico deve ser encarado em sua totalidade, e as inter-relações entre as partes que o compõem, bem como a organização interna e externa das mesmas, não podem ser ignoradas, sob o risco de incorrer-se em redução, fragmentação ou simplificação do complexo sistema que configura a individualidade do ser humano.

A partir do modelo aqui apresentado, que se constitui como uma das bases para o presente trabalho, nosso próximo passo será, então, o de situar as crenças (nosso objeto de estudo) neste sujeito psicológico. Buscaremos, assim, compreender a influência das mesmas no funcionamento psíquico e na dinâmica da interação entre as dimensões constituintes do sujeito.

As crenças e as dimensões constituintes do sujeito

De acordo com o modelo que acabamos de apresentar (Araújo, 2003), o sujeito psicológico é constituído por diferentes dimensões (cognitiva, sociocultural, biológica e afetiva) que se inter-relacionam intensamente e cuja coordenação influencia o funcionamento inter e intrapsíquico do sujeito.

Vimos que o funcionamento do sujeito psicológico deve ser compreendido como o resultado da interação destas dimensões, as quais possuem características específicas mas estão intimamente relacionadas, atuam simultaneamente, e podem ser consideradas como sub-sistemas de um sistema maior e mais complexo, que define a individualidade do sujeito.

Para situarmos, agora, neste modelo, as crenças do sujeito, iniciemos por retomar nossa definição de crença.

Como apresentado no capítulo anterior, a crença de um sujeito estabelece relações entre os objetos/pessoas/fenômenos do mundo que o cerca, ou entre estes e algum atributo. São tomadas como verdade, mesmo quando não

comprovadas pela realidade objetiva, e influenciam a forma como o sujeito encara, lida, representa e interpreta o mundo.

Entretanto, o fundamento de uma crença é sempre o meio cultural e social. A cultura exerce um papel fundamental no processo de internalização das crenças e sistemas de crenças, pois é a partir dela que o sujeito – através das ideologias, da mídia e das instituições sociais – entra em contato com as crenças difundidas socialmente e passa a internalizá-las. Quando isso ocorre, elas passam a fazer parte da individualidade do sujeito, influenciando sua forma de pensar, agir e lidar com o mundo. Por este motivo, como vimos, as crenças possuem um caráter sociocultural e, desta maneira, tomando por base o sujeito psicológico e as dimensões que o constituem, podemos localizar as crenças na *dimensão sociocultural*.

Sendo as dimensões constituintes do sujeito estreitamente relacionadas – de modo que o funcionamento de cada uma delas influencia as demais, e também o funcionamento do sujeito como um todo – podemos afirmar que as crenças de um sujeito, associadas à dimensão sociocultural, podem influenciar o funcionamento psíquico e podem também exercer e receber influências do funcionamento das dimensões cognitiva, afetiva e biológica.

Assim, embora se posicionem na dimensão sociocultural, as crenças interagem também com as demais dimensões constituintes do sujeito psicológico. Para ilustrar esta dinâmica, podemos pensar em diferentes situações, a seguir.

Em um primeiro caso, pensemos em uma disfunção bioquímica ou neurológica, o que nos remete à dimensão biológica do ser humano. Assim, é possível que algumas crenças de determinado indivíduo sejam originárias de disfunções bioquímicas ou lesões neurológicas, levando o sujeito a, por exemplo, não contemplar dados da realidade social nas suas ações.

Para ilustrar o que acabamos de dizer, podemos recorrer aos estudos do neurologista António Damásio (1996). O autor traz o caso de Phineas Gage, o qual, após um acidente que lhe ocasionou uma lesão cerebral, apresentou grandes alterações em sua personalidade. De acordo com o relato de Damásio, os

aspectos cognitivos de Gage – inteligência, percepção, atenção, memória – permaneceram intactos. Entretanto, após o acidente, o mesmo deixou de observar, em sua conduta, tanto os princípios éticos quanto as convenções sociais, deixando claro que a consideração de tais aspectos culturais depende também, de certa forma, do funcionamento cerebral.

Em uma segunda situação de interação entre as crenças e as demais dimensões do sujeito psicológico, podemos considerar as diferenças entre as estruturas cognitivas de um adulto e de uma criança (dimensão cognitiva). Neste caso, é possível afirmar que a interpretação de um determinado dado cultural pode levar a crenças diferentes, ou seja, a interpretação de aspectos culturais dada por uma criança provavelmente será diferente daquela dada por um adulto, que possui estruturas cognitivas mais complexas.

Ainda com relação à dimensão cognitiva, podemos pensar na influência das crenças no processo de construção do conhecimento e de representação dos elementos da realidade. É muito comum, por exemplo, que as crenças religiosas de determinado sujeito influenciem a forma como o mesmo organiza seu conhecimento acerca do mundo ao seu redor. Sastre & Moreno (2003) trazem-nos uma boa ilustração deste tipo de situação, recorrendo ao episódio em que Galileu tentava demonstrar a seus colegas da universidade que a Lua possuía montanhas ao invés de uma superfície cristalina.

“A crença na perfeição lunar, que remonta aos pitagóricos, estava muito enraizada entre os astrônomos da época e muito ligada a suas crenças sobre a perfeição da criação. Aceitar o que Galileu pretendia mostrar-lhes deveria supor, para a mentalidade da época, pôr em xeque as crenças religiosas. Por isso se negaram a olhar pelo telescópio que Galileu havia construído, com o argumento de que aquele instrumento não podia acrescentar nada ao que já estava nos livros e que olhar através dele só lhes ia trazer confusão.” (Sastre & Moreno, 2003, p.32)

Por último, consideremos a dimensão afetiva do ser humano, a dimensão dos sentimentos e emoções. A relação entre as crenças e a afetividade é intensa,

e vem sendo estudada por diversos autores, a exemplo do livro *“Emotions and Beliefs” / “Emoções e Crenças”* (2000), de Frijda, Manstead & Bem (orgs.).

Em um artigo desta obra, Frijda & Mesquita (2000), ao abordarem as relações entre as crenças e a afetividade, afirmam que as crenças podem receber influências das emoções. De acordo com os autores, isto pode ocorrer de duas formas. Em um primeiro caso, as emoções podem ser responsáveis pelo surgimento de novas crenças, ou pela modificação de crenças já existentes. Em um segundo caso, as emoções podem aumentar ou diminuir a força com a qual determinada crença é aceita pelo sujeito.

Sastre & Moreno (2003), mais uma vez, ajudam-nos a complementar o que aqui afirmamos:

“Da mesma maneira que os sentimentos induzem a determinadas crenças (por exemplo, a crença na bondade de uma pessoa que amamos), as crenças induzem a determinados sentimentos (por exemplo, se acreditarmos que algo traz azar, teremos medo desse algo e iremos evitá-lo). Os sentimentos estão apoiados em crenças, e as crenças em sentimentos (...).” (idem, p.32)

Através destes exemplos, fica claro que o funcionamento do sujeito psicológico como um todo passa a levar em conta as diferentes dimensões que o constituem. Aqui, o ser humano não é apenas biológico, cognitivo, afetivo *ou* sociocultural. Seu funcionamento, ao contrário, é resultado da interação entre estas diferentes dimensões, que, sem qualquer tipo de hierarquia, estão inter-relacionadas e, ao mesmo tempo, relacionadas à interação que o sujeito estabelece com o mundo externo.

Tendo como base este modelo de funcionamento psíquico do sujeito, os exemplos aqui citados também deixam claro de que forma as crenças, pertencentes à dimensão sociocultural, influenciam as demais dimensões que constituem o ser humano e a relação deste com o mundo externo.

Portanto, de acordo com o modelo que apresentamos, é possível dizer que as crenças exercem um importante papel no funcionamento do sujeito psicológico. E é precisamente este um dos pontos de partida de nosso trabalho.

Nosso interesse, desta forma, recai primordialmente sobre a dimensão sociocultural, sendo objetivo da presente pesquisa verificar de que forma esta dimensão, através especificamente das crenças, pode influenciar a organização do pensamento humano. Dito de outra forma, nosso intuito é demonstrar que as crenças exercem efetivamente um papel no funcionamento do sujeito psicológico e, mais especificamente, nos processos envolvidos na organização de seu pensamento.

Para tanto, contudo, é necessária uma teoria que permita compreender o pensamento humano de uma maneira coerente com os pressupostos que embasam a perspectiva aqui adotada. Isso significa um modelo teórico que explique o funcionamento mental em uma perspectiva de complexidade, um modelo teórico que compreenda o pensamento humano como resultado de processos que envolvem mais do que simplesmente o raciocínio lógico-matemático.

Foi assim que – em busca de uma teoria que nos permitisse considerar, na organização mental, aspectos como os sentimentos, valores, desejos e as *crenças* do sujeito – adotamos como referencial a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (Moreno et al, 1999), que será explicitada a seguir.

A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento

A partir das discussões teóricas realizadas até agora no presente trabalho, acabamos por nos deparar com a necessidade de uma perspectiva teórica que considerasse, dentre os processos do pensamento humano, não apenas aqueles de ordem lógica, mas também de naturezas diferentes, abarcando a influência de aspectos cognitivos e racionais, mas também dos desejos, sentimentos e emoções, representações sociais, valores e crenças do sujeito na compreensão do raciocínio humano.

Esta necessidade procede de nossa visão do sujeito psíquico, encarado em sua multidimensionalidade, em sua complexidade, e não apenas como um ser

cognitivo ou afetivo ou biológico ou social, mas sim como resultado da interação de todos estes aspectos.

Neste sentido, discorreremos a partir de agora acerca das idéias da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (Moreno et al, 1999), que fundamenta este trabalho e constitui-se assim na base teórica e metodológica para o mesmo.

A teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento foi inicialmente proposta por Moreno, Sastre, Leal e Bovet (Moreno et al, 1999), e parte dos princípios da epistemologia genética de Jean Piaget, e também da teoria de modelos mentais de Johnson-Laird. Nos últimos anos, esta teoria tem feito parte de estudos também de outros autores, como Araújo (2004), Arantes (2000a, 2000b), Souza (2003) e Martins (2003). Vejamos a seguir as principais idéias em que se baseia a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento.

a) A teoria de Jean Piaget

Um primeiro ponto de partida para a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento situa-se nos trabalhos de Jean Piaget. Assim, inicialmente, Moreno et al (1999) discorrem acerca da teoria de Piaget, buscando apresentar as contribuições do autor, mas também suas limitações, sendo que, neste sentido, propõem-se a ampliar os estudos com relação ao funcionamento mental.

De acordo com as autoras, a teoria de Piaget, que tem como objetivo compreender os aspectos estruturais do pensamento e o funcionamento cognitivo, acaba por centrar-se no sujeito, colocando em segundo plano o meio com o qual este interage. Por apresentarem regularidades, foi possível a Piaget estudar as estruturas do pensamento e desenvolver uma teoria acerca dos estádios pelos quais passam o desenvolvimento cognitivo do ser humano.

Para Piaget, o desenvolvimento se dá a partir de uma sucessão de estádios, em que cada um deles se caracteriza pela aquisição de novos recursos operatórios que eram até então inexistentes. Entretanto, de acordo com Moreno et al, o desenvolvimento cognitivo, na perspectiva de Piaget, é tomado apenas a

partir do ponto de vista estrutural, sem dar muita atenção ao fato de que o emprego de determinadas operações depende não apenas dos estádios, mas também dos conteúdos aos quais se aplicam.

As autoras, entretanto, reconhecem a importância e abrangência dos estudos de Piaget, destacando como aspectos fundamentais dentro desta teoria:

“o papel do sujeito como organizador da realidade e a descrição que tal autor [Piaget] faz das formas que os sistemas organizadores adquirem, cada um deles gerado pelo precedente, em uma sucessão genética que lhes concede uma continuidade e graças à qual se tornam compreensíveis.” (Moreno et al, 1999, p.75)

E é justamente a partir destes aspectos presentes na teoria de Piaget, os quais citamos acima, que Moreno et al propõem desenvolver seus trabalhos. Neste sentido, as autoras têm a intenção de adotar uma perspectiva complementar à de Jean Piaget e, portanto, buscam uma compreensão do funcionamento mental em que se incluam não apenas os aspectos estruturais, internos ao sujeito, mas também, de maneira articulada, os *conteúdos* presentes na realidade – ou seja, os *elementos*, enquanto *“um produto da interpretação que o sujeito faz dos objetos e fatos perceptíveis.”* (Moreno et al, 1999, p.77).

Assim é que a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento configura-se como uma teoria que busca explicar o funcionamento mental a partir da articulação de aspectos internos e externos ao sujeito, como veremos mais adiante.

b) Modelos Mentais

Um segundo ponto de partida para a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento é a idéia, defendida pelo britânico Philip Johnson-Laird, de que o raciocínio humano opera por meio de *modelos mentais*.

De acordo com Halford (1993), em suas discussões sobre os estudos de Johnson-Laird acerca dos modelos mentais, esta concepção surge a partir de duas discussões teóricas. A primeira delas está relacionada à desilusão para com

a idéia de que o raciocínio humano pode ser explicado apenas em termos da lógica psíquica, uma vez que há evidências de que alguns raciocínios podem ser fundamentados em outros processos. Uma segunda discussão que impulsiona o desenvolvimento da teoria dos modelos mentais é a compreensão de que alguns conceitos podem ser elaborados pelos sujeitos a partir da experiência concreta, e não da lógica ou do conhecimento científico.

Para fundamentar seus estudos, Johnson-Laird realizou uma série de investigações com o objetivo de analisar o raciocínio humano. Assim, eram apresentados, aos sujeitos das pesquisas, enunciados verbais, a partir dos quais os mesmos deveriam realizar raciocínios dedutivos ou indutivos. O autor conclui, com este trabalho, que o raciocínio dos sujeitos não segue unicamente a lógica formal, mas envolve a compreensão de significados e a manipulação de modelos mentais. Desta forma,

“Johnson-Laird não aceita que o raciocínio humano se limite a um processo formal ou sintático e considera que nele ocupam um lugar muito importante a compreensão de significações e a manipulação de modelos mentais baseados nessas significações e nos conhecimentos em geral.” (Moreno et al, 1999, p.37)

Neste contexto, Johnson-Laird define o modelo mental como sendo *“uma representação interna de um estado de coisas do mundo exterior”*. (Johnson-Laird, 1993, apud Moreno et al, 1999, p.36). Por meio de modelos mentais, o ser humano representa a realidade que o cerca e é capaz de raciocinar, verificar hipóteses e alternativas. Para o autor, a *compreensão* envolve a elaboração de modelos do mundo, e o *raciocínio* consiste na manipulação de tais modelos. Desta forma, o papel da *representação* na teoria dos modelos mentais é de fundamental importância para explicar a elaboração dos modelos, bem como sua manipulação, que se dá através do pensamento.

A partir das idéias da teoria dos modelos mentais, articuladas com a epistemologia genética de Piaget – conforme destacamos – Moreno, Sastre, Leal e Bovet (Moreno et al, 1999) desenvolvem então a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento.

c) Os modelos organizadores do pensamento

A teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento parte do princípio de que o ser humano constrói modelos da realidade e é através deles que é capaz de orientar suas ações e pensamentos, e conhecer o mundo ao seu redor. Os modelos organizadores do pensamento são construídos com base não apenas em aspectos estruturais internos ao sujeito, mas abrangem também os aspectos externos a ele, ou seja, os conteúdos presentes na realidade.

Nas palavras das autoras, os Modelos Organizadores do Pensamento devem ser assim compreendidos:

“Concebemos um modelo organizador como uma particular organização que o sujeito realiza dos dados que seleciona e elabora a partir de uma determinada situação, do significado que lhes atribui e das implicações que deles se originam.

Tais dados procedem das percepções, das ações (tanto físicas como mentais) e do conhecimento em geral que o sujeito possui sobre uma certa situação, assim como das inferências que a partir de tudo isso realiza. O conjunto resultante é organizado por um sistema de relações que lhe confere uma coerência interna, a qual produz, no sujeito que o elaborou, a idéia de que mantém também uma coerência externa, ou seja, uma coerência com a situação do mundo real que representa.” (Moreno et al, 1999, p.78)

Um aspecto importante a ser destacado a partir da leitura deste trecho diz respeito à coerência entre o modelo organizador e a realidade externa por ele representada: como se trata de uma representação, de uma interpretação do sujeito diante dos elementos externos e internos, fica claro que nem sempre o modelo organizador corresponde exatamente à situação do mundo real. É nesse sentido que os modelos conferem ao sujeito uma *“coerência interna”*, a qual, por sua vez, *“produz a idéia de uma coerência externa”*, embora isso não signifique que o modelo construído corresponda exatamente à realidade que representa.

Assim é que Moreno (1988, apud Araújo, 2004) distingue a existência de dois tipos de realidade: a primeira externa ao sujeito, independente dele, e a

segunda, a realidade interna, resultado de suas interpretações. De acordo com Moreno, são elas:

“La realidad objetiva, exterior a nosotros, que tiene una existencia totalmente independiente de nuestras interpretaciones y la realidad subjetiva o conjunto de interpretaciones que realizamos de la realidad objetiva y que es el resultado del pasaje de ésta por nuestros sistemas de interpretaciones.” / “A realidade objetiva, exterior a nós, que tem uma existência totalmente independente de nossas interpretações, e a realidade subjetiva ou conjunto de interpretações que realizamos da realidade objetiva, e que é o resultado da passagem desta por nossos sistemas de interpretações.” (Moreno, 1988, p.13 apud Araújo, 2004)

Isto ocorre pela própria natureza dos processos cognitivos envolvidos na elaboração de um modelo organizador. De acordo com Moreno et al (1999), o sujeito constrói os modelos organizadores a partir da avaliação que faz diante de determinada situação do mundo real, processo em que estão envolvidas as seguintes atividades cognitivas:

- abstração de elementos: diante de determinado objeto ou fenômeno do mundo externo, o sujeito seleciona alguns elementos que constituirão o modelo organizador. Da mesma forma que nem todos os elementos da situação observada são necessariamente abstraídos, o modelo organizador pode ser baseado em elementos que não se encontram na realidade e que são, assim, inferidos pelo próprio sujeito.
- atribuição de significado aos elementos: aos elementos abstraídos, o sujeito associa significados, que farão parte do modelo construído. Segundo as autoras, contextos diferentes podem levar um mesmo sujeito a atribuir significados diferentes a um mesmo dado. De forma análoga, sujeitos diferentes podem atribuir significados diferentes diante de uma mesma situação. Os elementos da realidade que não são

considerados significativos não são levados em conta pelo sujeito, de forma que não estarão presentes no modelo organizador construído.

- estabelecimento de implicações e/ou relações: as implicações estabelecidas estão relacionadas às conseqüências que o sujeito atribui na relação entre elementos e significados do modelo em questão.

A construção do modelo depende de como estes três processos, que ocorrem simultaneamente, são articulados internamente pelo sujeito: um determinado elemento é abstraído em função do significado que lhe é atribuído no contexto da construção de um determinado modelo, e destes dois aspectos dependem as implicações estabelecidas.

Conforme dito anteriormente, nem todos os elementos da realidade são abstraídos pelo sujeito. O processo de abstração de elementos envolve uma seleção daqueles que serão retidos como significativos, e assim, em contrapartida, são desconsiderados aqueles que não são vistos como significativos ou pertinentes. Com isso, os elementos desconsiderados pelo sujeito passam a *não* fazer parte do modelo organizador elaborado.

Um outro aspecto importante a ser ressaltado acerca da teoria dos modelos organizadores do pensamento é que a construção dos modelos permite a imaginação do sujeito, a inferência de novos elementos, pois o modelo organizador pode ser constituído também de alguns elementos que não necessariamente constam da realidade. Neste processo, onde elementos que não fazem parte da realidade são imaginados pelo sujeito, estão envolvidos aspectos de natureza lógico-matemática, mas também de outra natureza, como sentimentos, emoções, desejos, representações sociais, valores, crenças.

Os elementos que não correspondem explicitamente à realidade observada, ou seja, aqueles que foram inferidos pelo sujeito, passam a integrar o modelo organizador construído, e adquirem tanta importância quanto os demais na constituição do modelo.

Todas estas considerações acerca das atividades mentais envolvidas na elaboração dos modelos organizadores do pensamento ajudam-nos a compreender a complexidade deste processo e a infinidade de variáveis que podem estar envolvidas na construção de um modelo organizador. Modelos organizadores diferentes levam a visões diferentes diante de uma mesma realidade. É por isso que sujeitos diferentes – devido a variações de natureza perceptiva e interpretativa, que influenciam os processos de abstração de elementos, atribuição de significados e estabelecimento de implicações – podem realizar representações distintas, e portanto elaborar modelos organizadores distintos, diante da observação de um mesmo objeto ou fenômeno.

Arantes (2000a; 2000b) desenvolve sua tese de doutorado embasada pela Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, buscando estudar as relações entre o estado de ânimo e a elaboração de modelos organizadores pelos sujeitos na resolução de conflitos morais. Ao discutir sobre esta teoria, a autora destaca algumas de suas principais características, e assim coloca:

- A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento constitui-se enquanto uma teoria que aborda o funcionamento mental e encara o pensamento humano como uma coordenação entre aspectos internos e externos ao sujeito.
- Os modelos organizadores do pensamento devem ser vistos como uma organização da representação que o sujeito elabora da realidade ao seu redor, a partir da qual este passa a compreender a realidade e a si mesmo. Esta organização dos modelos ocorre a partir da articulação entre forma e conteúdo, ou seja, da articulação entre os aspectos estruturais da cognição e os conteúdos presentes na realidade.
- O conhecimento construído a partir da elaboração dos modelos organizadores deve ser considerado como uma representação do sujeito, e não como uma cópia da realidade, uma vez que as atividades envolvidas no processo de organização dos modelos (abstração de elementos, atribuição de significados e estabelecimento de implicações) são permeadas pela interpretação que o sujeito faz da realidade.

- A partir da teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, o funcionamento mental passa a incluir elementos como a *imaginação*, já que nem todos os elementos que configuram o modelo organizador estão necessariamente presentes na realidade. Isto permite afirmar que outros aspectos de natureza não-lógica – como sentimentos, valores e crenças – podem atuar na organização mental, possibilitando ao sujeito a imaginação de elementos/relações sem correspondência direta com a realidade objetiva.

A partir destas colocações de Arantes, bem como dos pressupostos da teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, podemos compreender que esta perspectiva, a qual se constitui enquanto teoria que explica o funcionamento mental, considera que os processos envolvidos no pensamento humano abrangem mais do que o raciocínio lógico-matemático.

Uma vez que a construção de conhecimento e a organização do pensamento do sujeito dependem dos modelos organizadores elaborados em sua relação com o mundo, e que estes, por sua vez, dependem de atividades mentais que envolvem percepção, interpretação e imaginação, é possível dizer que a organização do pensamento está relacionada não apenas a aspectos cognitivos, mas também aos sentimentos e emoções, desejos, representações sociais e, em nosso caso específico, crenças, que influenciam os processos de seleção de elementos, atribuição de significados e estabelecimento de implicações.

A esta altura, é conveniente retomarmos as considerações de Araújo (2004). Em seu trabalho, o autor procura articular seu modelo de compreensão do sujeito psicológico – discutido anteriormente – à teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento.

Araújo parte da idéia de que, embora alguns modelos organizadores construídos pelos sujeitos possam ter uma estrutura lógico-matemática, a maioria dos modelos elaborados cotidianamente possui natureza diferente. Considerando que, em sua perspectiva, o sujeito psicológico configura-se como um sistema constituído por diferentes dimensões, o autor afirma que a elaboração dos modelos organizadores do pensamento pode basear-se não apenas no sistema

cognitivo, mas também no funcionamento das dimensões afetiva, cognitiva e sociocultural, bem como em suas inter-relações (Araújo, 2004). Nas palavras do autor:

“Assim, os ‘modelos organizadores’ que o sujeito constrói teriam como base os aspectos funcionais presentes no funcionamento psíquico dos diferentes sistemas, ou das diferentes dimensões, e seriam os instrumentos utilizados pela consciência para regular o funcionamento do sujeito com seu mundo interno e externo.” (Araújo, 2004)

Desta maneira, como nos sugere Araújo, a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento parece ser coerente com o modelo de funcionamento psíquico apresentado anteriormente.

Assim, a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento será uma das bases de fundamentação do presente trabalho, por permitir encarar a organização do pensamento como resultado de atividades que envolvem mais do que os aspectos estruturais da cognição, incluindo, na compreensão deste funcionamento mental, aspectos relacionados à percepção e interpretação que o sujeito realiza dos conteúdos presentes na realidade.

Isto nos permite considerar que, na organização do pensamento, estão envolvidos outros aspectos além daqueles relativos à lógica, como os sentimentos, emoções, desejos e crenças. Pensando na presente pesquisa, a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento ajuda-nos a compreender de que forma as crenças podem influenciar a organização do pensamento humano.

A partir desta perspectiva, podemos afirmar também que, sendo coerente com o modelo de funcionamento psíquico proposto por Araújo, a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento leva-nos a considerar que, no funcionamento mental, atuam aspectos relativos à dimensão cognitiva constituinte do sujeito psicológico, mas também aqueles pertencentes às outras dimensões, dentre elas a dimensão sociocultural – à qual associamos as crenças do sujeito.

Capítulo IV

A sexualidade na história e em diferentes religiões

Vimos, no Capítulo II, que as crenças são internalizadas pelo sujeito ao longo de sua vida, em sua interação com a cultura e com a sociedade. Neste sentido, estamos tomando por cultura, como posto anteriormente (cf. pág. 50 do presente trabalho), a definição posta por Morin (2002b), de acordo com a qual a cultura é um conjunto de hábitos, saberes, normas, idéias, crenças, etc., que nascem a partir da interação entre os seres humanos, no interior dos grupos e das sociedades. A cultura é passada de geração em geração, pelos indivíduos que a compõem, e neles imprime sua marca, influenciando a constituição da individualidade dos sujeitos. Tal influência dá-se de maneira bastante intensa, a ponto de fazer com que o sujeito passe a lidar com a realidade a partir daquilo que lhe é imposto pela cultura (Morin, 2002c) – embora isso não ocorra de maneira unilateral, já que, neste processo de transmissão cultural, o indivíduo, em sua subjetividade, organiza e reorganiza ativamente as informações recebidas da cultura, e pode inclusive transformá-la (Martins & Branco, 2001).

Diante destas considerações, para investigarmos se e de que forma as crenças pessoais e a cultura influenciam a organização do pensamento humano, analisaremos, neste trabalho, as possíveis influências que as *crenças religiosas* exercem no posicionamento dos sujeitos diante de temáticas de *sexualidade*.

Para que de fato possamos atingir nossos objetivos, pensamos ser necessário contextualizarmos, antes de qualquer coisa, os diferentes significados e elementos relacionados ao tema da sexualidade, tanto dentro de nosso contexto cultural e histórico, quanto igualmente dentro das diferentes religiões com as quais trabalharemos em nossa investigação.

Desta maneira, nossa intenção, no capítulo que se segue, será a de abordar um pouco mais de perto este tema, buscando levantar os diferentes aspectos a ele relacionados, bem como os vários significados que se atribui à

sexualidade humana no decorrer da História, e também segundo as diferentes religiões.

A questão da sexualidade foi escolhida justamente por entendermos que é um tema bastante discutido, controverso e que recebe diferentes abordagens dentro das várias religiões. São essas diferenças, em nossa opinião, que nos permitirão verificar até que ponto as crenças religiosas podem influenciar o pensamento dos sujeitos.

Optamos por trabalhar com três diferentes religiões: Adventista do Sétimo Dia, Católica e Espírita. Deste modo, é para podermos de fato analisar os dados obtidos a partir da presente pesquisa – isto é, para que seja possível buscarmos as relações entre as crenças referentes a cada uma das religiões e o pensamento dos sujeitos a elas vinculados, bem como as possíveis variações entre as diferentes crenças – que conheceremos um pouco mais de perto cada uma dessas religiões no que diz respeito ao assunto que iremos abordar: a sexualidade humana.

A par de tais considerações, apresentaremos em primeiro lugar, e de maneira bastante breve, como o tema da sexualidade veio sendo tratado dentro de alguns períodos históricos, no intuito de identificarmos elementos que fazem parte de nossa herança cultural, e que portanto se fazem presentes até hoje.

Em seguida, comentaremos de que forma cada uma das três religiões com as quais trabalharemos encara a sexualidade humana, mais especificamente, de que maneira é vista a relação sexual, e o papel que esta exerce no relacionamento entre um homem e uma mulher.

Ao final, serão tecidas algumas considerações a respeito das diferentes abordagens apresentadas, com o objetivo de estabelecer as relações existentes entre elas, aprofundando ainda mais nossos estudos sobre o tema.

A sexualidade na história

Para uma rápida aproximação acerca dos diferentes significados atribuídos à sexualidade humana no decorrer da História, recorreremos ao trabalho de

Camargo & Ribeiro. Na obra *“Sexualidade(s) e Infância(s)”* (1999) as autoras realizam um resgate da história sobre a criança e a infância ao longo dos séculos, articulada às interpretações que recebia a relação sexual dentro de cada período histórico. Para a presente discussão, buscaremos destacar apenas as considerações referentes à forma com a qual o papel da relação sexual foi sendo encarado no decorrer dos séculos. Temos aqui, entretanto, a intenção de abordar o tema de maneira bastante breve, sem maiores pretensões, apenas pontuando os significados relacionados à sexualidade dentro de alguns períodos históricos.

Na Antiguidade cristã, por exemplo, de acordo com Camargo & Ribeiro (1999), as relações entre homem e mulher eram permeadas pelos princípios religiosos da Igreja. Assim, os desejos da carne, o prazer, eram encarados como concupiscência humana, de modo que a relação sexual era vista como sinônimo da incapacidade humana em renunciar aos prazeres do mundo, como prova de sua impotência diante das vontades de Deus. *“Nesse quadro, o casamento tinha como função a propagação da espécie e não os prazeres carnis.”* (idem, p.19), o que significa que o papel da relação sexual centrava-se essencialmente na procriação, como dever do ser humano de propagar a espécie humana.

Já na Idade Média, podemos verificar os princípios do Catolicismo influenciando de maneira bastante vigorosa a cultura das sociedades. Neste contexto, a função da família era perpetuar a vida, os bens e os nomes, de modo que o papel da relação sexual permaneceu centrado em seu aspecto procriativo.

Durante o século XIX, com os avanços das ciências biológicas e humanas, bem como diante das novas descobertas feitas pela medicina, o que se observou foi a implantação de políticas denominadas higienistas, que ocasionaram profundas modificações na forma como passou a ser encarada a sexualidade.

Segundo Costa (1989, apud Camargo & Ribeiro, 1999), a política higienista surgiu a partir dos conhecimentos produzidos pelo naturalismo biológico do século XIX, constituindo-se em uma série de normas de conduta, as quais resultaram na *“fusão entre a aquisição da saúde individual, aquisição de status social e manipulação político-econômica dos indivíduos”* (Costa, 1989, apud Camargo & Ribeiro, 1999).

Um dos pontos centrais das políticas higienistas foi justamente a repressão da sexualidade, pois, à medida que o sexo era controlado, efetuava-se também o controle da população. Em contraposição ao que se propunha durante o período medieval, nas sociedades burguesas do século XIX (inclusive no Brasil) a sexualidade passou a ser *“idealizada, com o objetivo de unir sexo, amor, matrimônio e procriação. Qualquer outra manifestação da sexualidade fora desse ideal era interdita.”* (Camargo & Ribeiro, 1999, p.24). Os princípios religiosos auxiliavam neste controle, uma vez que doutrinavam os indivíduos justamente para condicionar o sexo ao amor, ao casamento e à procriação, sob pena de incorrer-se no pecado, na desobediência a Deus.

Com o advento do século XX e, juntamente, com os estudos de Freud sobre sua “teoria da sexualidade” – que versavam sobre o desenvolvimento psicosssexual do ser humano e de sua constante busca pelo prazer em todas as idades – o tema da sexualidade passou a fazer parte de estudos das mais diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a biologia, a psicanálise e a pedagogia.

“Se na Antiguidade ou mesmo na Idade Média e no século XVIII o sexo se destinava à reprodução da espécie com interesses voltados à manutenção e ao aumento do patrimônio familiar, desde os fins do século XIX, no Ocidente, o sexo e a sexualidade têm funções que vão muito além da procriação e até mesmo do prazer. A cultura contemporânea, da qual todos nós fazemos parte, tematiza intensamente a sexualidade e isso certamente não é gratuito.” (idem, p.28)

Para analisar as razões e interesses ocultos deste discurso sobre sexo, que passou, no século XX, a fazer parte da cultura contemporânea, Camargo & Ribeiro recorrem ao trabalho de Michel Foucault, filósofo francês que buscou direcionar seus estudos para a crítica da sociedade ocidental contemporânea.

Foucault, em sua *“História da Sexualidade: a vontade de saber”* (1988), ao questionar o intenso discurso sobre a sexualidade humana na sociedade contemporânea, afirma que:

“o ponto central (...) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a ‘colocação do sexo em discurso’. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas.” (Foucault, 1988, p.16)

Assim sendo, Foucault não nega que exista sem dúvida, em nossa cultura, uma forte repressão sexual, mas, ao mesmo tempo, questiona o fato de a sexualidade ser um tema tão fortemente presente na cultura e na sociedade. Desta forma, o autor busca analisar os motivos reais que levam a se abordar de maneira tão intensa o tema da sexualidade, e acredita na hipótese de que o “falar sobre sexo” já é em si um mecanismo de controle, que tem o objetivo de institucionalizar, vigiar e normatizar. Para Foucault, as estratégias de poder podem estar presentes também nos discursos e, com relação à sexualidade, considera que este tipo de controle e adestramento inerente à cultura Ocidental acaba acarretando a domesticação dos corpos e, conseqüentemente, do sexo nestes corpos.

Diante de tal perspectiva, retomando as considerações de Camargo & Ribeiro (1999), as autoras ressaltam que a cultura Ocidental tratou de associar à sexualidade humana idéias e termos como o pecado, a fornicação, a continência e a concupiscência. Este tipo de pensamento é, em parte, resultado desta domesticação dos corpos, à qual se remete Foucault, mas foi também fortalecido pelos princípios religiosos relacionados ao cristianismo, de forma que *“nossa herança cultural impregnou em nosso corpo a relação entre pecado e carne. Essa aprendizagem vem ocorrendo ao longo da história do Ocidente.”* (Camargo & Ribeiro, 1999, p.29)

Esta breve incursão pela história da sexualidade leva-nos a tecer algumas observações importantes. Verificamos que, durante alguns períodos da história, a

relação sexual veio sendo significada de maneiras diferentes, com funções específicas a serem desempenhadas, permeadas por elementos e contextos relativos a cada um dos momentos históricos de que tratamos aqui.

Em contrapartida, é possível identificar uma constante essencial: a influência do pensamento religioso cristão, mais especificamente vinculado à Igreja Católica, cujos princípios estão fortemente presentes desde as concepções de sexualidade na Idade Média até os dias atuais, o que certamente influencia a cultura contemporânea e a forma com que a sociedade ocidental atualmente encara a relação sexual e o(s) papel(éis) que esta desempenha dentro do relacionamento de um casal. Nesta perspectiva, dentre os elementos religiosos que estão tradicionalmente associados ao sexo, podemos citar aqueles relacionados à doutrina Católica, como a procriação, o pecado, o amor e o casamento.

Concluindo, com relação ao tema da sexualidade, é preciso considerar a influência que nosso contexto cultural recebe de todos estes elementos presentes na discussão aqui apresentada. Diante disso, ao estudarmos as influências das crenças e da cultura na organização do pensamento dos sujeitos – que é o objetivo de nosso trabalho –, e ao tomarmos por base a questão da sexualidade, pensamos que estes aspectos não podem ser deixados de lado.

A sexualidade e as diferentes religiões

Depois de apresentarmos de que forma o tema da sexualidade veio sendo encarado no decorrer da história, na intenção de levantar alguns aspectos importantes à discussão do presente trabalho, nosso percurso agora será o de identificar, dentro de cada uma das religiões que farão parte de nossa investigação, os princípios, elementos e significados que aparecem associados ao papel que a relação sexual exerce no relacionamento de um casal. Conforme já colocamos anteriormente, eis as religiões com as quais trabalharemos: Catolicismo, Igreja Adventista do Sétimo Dia e Espiritismo.

➤ **Catolicismo**

Para discutirmos sobre o Catolicismo, partimos inicialmente do *“Catecismo da Igreja Católica”* (1999), texto oficial desta religião, que contém os princípios religiosos explicitados minuciosamente e constitui-se como referência para o ensino da doutrina Católica.

A religião Católica destaca o sexo como sendo belo, bonito, assim como tudo aquilo que é criado por Deus. Está relacionado à vida e ao amor, trazendo união ao casal e permitindo a procriação. Assim:

“Salvaguardando estes dois aspectos essenciais, unitivo e procriador, o ato conjugal conserva integralmente o sentido de amor mútuo e verdadeiro e sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade.” (*“Catecismo da Igreja Católica”*, 1999, § 2369, p.614)

A relação sexual para o Catolicismo é encarada como um dom de Deus a serviço da vida e do amor, um encontro nobre e abençoado por Deus. Não deve haver relacionamento sexual sem a existência do Amor.

Para religião Católica, a sexualidade do ser humano – a qual está relacionada à afetividade e à capacidade de amar e procriar – é regida pelo que diz o sexto mandamento: *“Não cometerás adultério”* (*“Bíblia Sagrada”*, Êxodo 20, 14). Assim, para se obedecer a este mandamento da doutrina Católica, o homem ou mulher deve viver na castidade, virtude moral que significa a *“integração correta da sexualidade na pessoa e, com isso, a unidade interior do homem em seu ser corporal e espiritual.”* (*“Catecismo da Igreja Católica”*, 1999, § 2337, p.605-606).

Dentre outros fatores, a castidade da pessoa implica a abstinência de relações sexuais antes do casamento e, após o mesmo, a vivência da fidelidade e fecundidade junto ao marido ou mulher. Desta forma, de acordo com o Catolicismo, a relação sexual só deve ocorrer após o casal ter sido abençoado por Deus, através do sacramento do matrimônio.

O matrimônio é, assim, o sacramento Católico através do qual Deus abençoa o casal e os une por toda a vida, e deve ser visto como:

“uma maneira de imitar na carne a generosidade e a fecundidade do Criador: ‘O homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne’ (Gn 2, 24). Dessa união procedem todas as gerações humanas.” (‘Catecismo da Igreja Católica’, 1999, § 2335, p.607)

O sentido fundamental do casamento na religião Católica está na seguinte passagem: *“Frutificai e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a.” (‘Bíblia Sagrada’, Gênesis 1, 28)*. Esta passagem reflete qual deve ser a tônica do relacionamento entre um homem e uma mulher: o casal, em sua união, deve crescer (*“Frutificai”*) e, juntos, multiplicarem-se, gerarem filhos.

Felipe Aquino, em seu livro *“Sereis uma só carne”* (1994), ajuda-nos a melhor compreender o significado do casamento no Catolicismo e de que forma deve ser visto, neste contexto, o papel da relação sexual:

“Deus quer que o casal, na união profunda do amor, cresça e se multiplique nos seus filhos; e daí surge a família, a mais importante instituição da humanidade. A família é a célula principal do plano de Deus para os homens e ela surge com o matrimônio.” (Aquino, 1994, p.10)

Desta forma, se antes do casamento a relação sexual é vista como desobediência aos mandamentos da Igreja Católica, após o matrimônio seu papel é fundamental, desde que seja realizada apenas entre os cônjuges, pois é o meio pelo qual o casal se une e gera seus filhos. E assim,

“(…) o sexo até nos ajuda a ser mais imagem e semelhança de Deus. Deus é Pai e é Criador de tudo. Hoje eu também sou pai e co-criador com ele, por causa do sexo. Por isso, o sexo é belo, puro e santificador, quando usado de forma certa.” (Aquino, 1994, p.38)

Para concluir, podemos dizer que, ao nos remetemos à relação sexual e ao papel que desempenha no relacionamento de um casal, a procriação e a união do

casal (casado) aparecem como dois elementos bastante fortes segundo a definição da doutrina Católica.

➤ **Igreja Adventista do Sétimo Dia**

Os princípios religiosos da Igreja Adventista do Sétimo Dia baseiam-se primordialmente em passagens bíblicas, de maneira que estas serão bastante citadas ao longo do presente texto. Utilizamos, para a construção desta discussão, colocações de diferentes autores que estão de acordo com a religião Adventista e que elaboraram suas obras embasando-se nos princípios de tal doutrina.

A religião Adventista do Sétimo Dia define como objetivo maior da relação sexual o ato de dar(-se) ou doar(-se). O sexo em si próprio é a cerimônia do casamento, é um dom de Deus, que deve ser usado e desfrutado na forma como Ele ordena.

Em seu livro *“Sexo e Amor na Bíblia”* (1967), Willian Cole coloca que, à luz da doutrina Adventista, o verbo “conhecer” (*yada*), no Velho Testamento, aparece freqüentemente referenciando relações sexuais. Isso significa que, para esta religião, o que de fato se transmite na relação sexual é um conhecimento tanto de si próprio como também do outro. Este ato de conhecer inicia-se com o primeiro contato sexual entre o casal e estende-se por toda a vida, em um constante exercício de auto-conhecimento e de conhecimento do outro.

Assim é que Valéria Peixoto Meira, em sua obra *“Exercendo uma sexualidade plena”* (2002), afirma que o auto-conhecimento e o conhecimento do outro são aspectos importantes para que o sexo na vida do casal seja cada vez mais pleno.

A autora também coloca que a realização das relações sexuais, dentro da religião Adventista, deve estar de acordo com os ensinamentos e a vontade de Deus, que criou todos os seres humanos e criou também o sexo, colocando, porém, algumas condições fundamentais para que seja desfrutado pelo casal.

Desta maneira, de acordo com a concepção da Igreja Adventista do Sétimo Dia, duas condições essenciais devem ser observadas para que o casal pratique as relações sexuais: a presença do Amor e o matrimônio.

Conforme Jerry White (*"Honestidade, Moralidade e Consciência"*, 1990) o Amor, para a religião Adventista, é entendido como a doação total de si para agradar ao outro. O amor conjugal, entre marido e mulher, está referenciado na *"Bíblia Sagrada"*, em Efésios 5,25 (*"Maridos, amem suas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela;"*) e também em 1Coríntios 13 (o chamado *"capítulo do Amor"*), e assemelha-se ao amor que Jesus Cristo demonstra para com a Igreja, tendo como fim a entrega total de si ao outro. Este amor, entretanto, só tem sentido quando o casal decide-se pelo matrimônio, e, por este motivo, o casamento é visto também como condição para que o casal venha a iniciar sua vida sexual.

Nesta perspectiva, o matrimônio deve ser encarado como uma conseqüência da atração entre os sexos, significa a unidade do casal, e precisa necessariamente estar embasado no Amor, exemplificado pelo relacionamento de Cristo com seu corpo, a Igreja (*"Bíblia Sagrada"*, Efésios 5, 23-33). É apenas dentro do casamento que o casal deve iniciar sua vida sexual, de forma que a religião Adventista condena fortemente qualquer relacionamento sexual pré-conjugal ou extra-conjugal.

Charles Wittschiebe, em *"Os dois lados do sexo"* (2001), recorre ao Novo Testamento da *"Bíblia Sagrada"*, em Atos dos Apóstolos 15, 23-29, passagem na qual é definido o termo *fornicação*, que significa o ato sexual fora do casamento. Ainda referenciando a *"Bíblia Sagrada"*, Wittschiebe fundamenta-se também em 1Coríntios 6, 18-19, passagem escrita pelo apóstolo Paulo, para afirmar: *"O crente é um templo do Espírito Santo. Quando os cristãos unem seus corpos em fornicação, cometem sacrilégio contra o templo do Espírito Santo e contra o Senhor, a quem pertencem, de acordo com o argumento de Paulo."* (Wittschiebe, 2001, p.25).

Ponderando ainda acerca da dificuldade encontrada por muitos jovens em absterem-se das relações sexuais antes do casamento, Wittschiebe declara que

Deus não haveria de ordenar aos seres humanos algo que fosse impossível, e assim:

“Se uma vida pura fosse uma impossibilidade na prática, Deus, então, precisaria declarar-Se culpado, por ter dado a você um poderoso impulso que não seria possível controlar do jeito que Ele manda. Mas, Deus não é irrazoável. A verdade é que jovens amadurecidos podem abster-se do sexo antes do casamento, sem sofrerem carências físicas ou terem sua personalidade deformada.”
(Wittschiebe, 2001, p.26)

Nesta perspectiva, a doutrina da Igreja Adventista parte do princípio de que a Bíblia defende inteiramente a relação sexual dentro do casamento, enquanto condena-o categoricamente fora dele, conforme o trecho da *“Bíblia Sagrada”*, em Hebreus 13, 11: *“honrado seja entre todos o matrimônio e o leito sem mácula; pois os devassos e adúlteros, Deus os julgará.”*

➤ **Espiritismo**

A religião Espírita deve ser encarada como uma doutrina aberta ao diálogo, ao respeito às diferentes crenças, ao estudo e à busca de esclarecimentos, que não tem o objetivo de impor dogmas, mas antes prega princípios como da liberdade, do respeito e da responsabilidade.

Tudo isso pode ser encontrado no *“Livro dos Espíritos”*, de Allan Kardec (2002/1857), que contém as explicações e esclarecimentos em que se baseia a doutrina espírita. Podemos verificar, no prefácio de tal obra, as seguintes palavras:

“Os Espíritos anunciam que os tempos marcados pela Providência (...) são chegados, e que, sendo os ministros de Deus e os agentes de sua vontade, sua missão é instruir e esclarecer os homens, abrindo uma nova era para a regeneração da Humanidade. Este livro é a compilação dos seus ensinamentos. Foi escrito (...) para estabelecer os fundamentos de uma filosofia racional, livre dos preconceitos (...).” (Kardec, 2002/1857, p.43)

Assim, no *Livro Terceiro* do “*Livro dos Espíritos*”, encontramos as Leis Morais, que devem ser observadas pelos seres humanos ao guiarem seu pensamento e sua conduta. Dentre elas, podemos destacar algumas importantes à discussão acerca da sexualidade:

- Lei Divina ou Natural: *“A lei natural é a lei de Deus e a única verdadeira para a felicidade do homem. Ela lhe indica o que deve fazer e o que não deve fazer, e ele não é infeliz senão quando se afasta dela.”* (Kardec, 2002/1857, p.257)
- Lei de Reprodução: Através da reprodução dos seres vivos, que é uma lei da Natureza, os Espíritos têm a oportunidade de voltar em novos corpos para se aperfeiçoarem, dando, assim, continuidade à vida na Terra.
- Lei de Liberdade: O ser humano tem o livre arbítrio para pensar e agir. Essa liberdade, entretanto, deve ser exercida visando sempre ao Bem e respeitando-se a liberdade e os direitos alheios.
- Lei de Justiça, de Amor e de Caridade: O “*Livro dos Espíritos*” define: *“A justiça consiste no respeito aos direitos de cada um.”* (idem, p.338). E mais adiante:

“O amor e a caridade são o complemento da lei de justiça, porque amar ao próximo é fazer-lhe todo o bem que está ao nosso alcance e que gostaríamos nos fosse feito a nós mesmos. Tal é o sentido das palavras de Jesus: Amai-vos uns aos outros, como irmãos.” (ibidem, p.341)

É diante deste contexto que deve ser vista a relação sexual e o papel que desempenha na vida das pessoas, segundo o Espiritismo. Assim, a relação sexual desempenha múltiplas finalidades: está associada à lei do amor, ao mesmo tempo em que é através dela que se promove a lei da reprodução, essencial ao desenvolvimento da vida. Além disso, através da união dos corpos pela relação sexual, há a troca de energia amorosa de uma alma para outra.

De uma forma geral, é possível dizer que, se forem respeitadas as leis naturais, o direito dos outros e a dignidade, o sexo – evitando o seu abuso para que não se caia no vício e no egoísmo – não tem momento exato de acontecer.

Laylla Toledo, em seu artigo sobre “*Sexualidade na Adolescência*” (Revista Cristã de Espiritismo, Ano 2, nº 12, 2003), coloca sobre a importância na relação sexual no relacionamento de um casal, de acordo com a visão do Espiritismo:

“A relação sexual envolve a troca de fluidos de energia e amor, que invadem os campos áuricos do homem e da mulher. A troca irradia beleza, força e muita luz; a aura se expande. É por este e outro motivo que devemos incentivar a conscientização sexual. Ela só pode surgir através do amadurecimento, da responsabilidade e da liberdade de escolha.” (Toledo, 2003, p.13)

Assim, segundo a doutrina Espírita, a relação sexual, dentre outros fatores, deve ser vista através da concepção de responsabilidade. É esta responsabilidade que vai definir, claramente, o tempo certo de iniciar-se na vida sexual, a pessoa certa com quem dividir essa intimidade e os meios adequados para se atingir essa condição.

Finalizando, cabe aqui a colocação de Emmanuel, trazida através do trabalho de Francisco C. Xavier (1986), que mostra algumas diretrizes básicas para compreendermos a relação sexual dentro da doutrina Espírita:

“(...) concluiremos que, em torno do sexo, será justo sintetizarmos todas as digressões nas normas seguintes:

*Não proibição, mas educação;
Não abstinência imposta, mas emprego digno, com o devido respeito aos outros e a si mesmo;
Não indisciplina, mas controle;
Não impulso livre, mas responsabilidade;*

Fora disso, é teorizar simplesmente, para depois, aprender ou reaprender com a experiência.” (Xavier, 1986)

Sintetizando: diferentes crenças, diferentes abordagens

Vemos, ao compararmos as considerações acerca das três religiões apresentadas, que o papel da relação sexual no relacionamento de um casal é encarado de forma diferenciada. Fica claro que cada uma destas religiões aborda a questão da sexualidade enfocando um determinado aspecto que se faz mais coerente com a doutrina como um todo. Apesar disso, em contrapartida, ainda é possível verificarmos vários pontos convergentes entre as três concepções religiosas, principalmente entre as religiões Católica e Adventista, como veremos mais adiante.

De maneira bastante simplificada, podemos dizer que, enquanto a religião Adventista coloca em foco o amor, a doação e o casamento como condições para que um casal inicie-se no relacionamento sexual, o Catolicismo – que também considera o matrimônio – prefere evidenciar a relação sexual como sendo criação de Deus, e que cumpre seu papel mais sublime quando os membros de um casal unem-se e tornam-se ambos co-criadores com Deus, através da procriação. Por sua vez, a doutrina Espírita enfoca a reprodução – como sendo um fator que possibilita a geração de uma nova vida, proporcionando aos espíritos uma nova encarnação – ao mesmo tempo em que considera que a relação sexual consiste de uma troca intensa de energias, possível e permitida desde que haja respeito, controle dos impulsos e responsabilidade sobre o ato.

Com o objetivo de contribuir com nossas discussões, também pensamos ser necessário salientar algumas relações entre as diferentes religiões consideradas e nosso contexto cultural.

Desta maneira, retomando o que colocamos na primeira parte deste capítulo, quando versamos sobre os diferentes significados atribuídos à sexualidade no decorrer dos séculos, vimos que este tema, historicamente, recebeu forte influência do pensamento cristão, por via da Igreja Católica, o que até hoje traz reflexos a nosso contexto cultural. Assim, podemos dizer que os elementos relativos a esta religião – como a procriação, o amor, o pecado e o

matrimônio – constituem-se enquanto princípios religiosos tradicionais, uma vez que estão relacionados historicamente à nossa cultura.

A religião Adventista – embora em alguns aspectos apresente divergências com relação ao Catolicismo – incorpora, em certa medida, alguns dos elementos tradicionais já associados ao Catolicismo, principalmente relacionados ao amor e ao matrimônio, como aspectos que condicionam o início da vida sexual de um casal.

Já na religião Espírita, embora ainda se faça presente a premissa da procriação, podemos verificar também a existência de outros princípios religiosos, diferentes dos tradicionais, como por exemplo a alusão à liberdade, ao respeito e à responsabilidade do homem ou mulher sobre o ato sexual. Encontramos também, no Espiritismo, uma postura mais aberta, menos dogmática e impositiva.

Pensamos que estabelecer as relações entre as três religiões presentes em nossa investigação, bem como entre elas e o contexto cultural atual, constitui-se um dos fatores que nos permitirão identificar e analisar as influências de cada religião no raciocínio dos sujeitos em nossa investigação, acerca do tema da sexualidade. Assim sendo, estamos considerando que a religião constitui-se como um tipo de crença pessoal, e que, vinculada à individualidade dos sujeitos através da cultura, pode vir a influenciar a organização do pensamento dos mesmos, ao se posicionarem diante de temáticas de sexualidade.

Feito isso, passemos adiante.

Capítulo V

O Plano da investigação

Objetivos da pesquisa

O presente trabalho parte do princípio de que o funcionamento do pensamento humano não se encerra nos aspectos cognitivos do sujeito, e que este processo abarca muito mais do que o raciocínio puramente lógico-matemático.

Assim sendo, consideramos que o funcionamento psicológico do ser humano – este último encarado de maneira multidimensional, em uma perspectiva de complexidade – é o resultado da coordenação de diferentes dimensões: afetiva, cognitiva, biológica e sociocultural, que atuam simultaneamente, mas de forma inter-relacionada, regulando a dinâmica intra e interpessoal do sujeito psicológico.

Neste contexto, acreditamos que o funcionamento mental receba influências da dimensão cognitiva, mas também das demais dimensões constituintes do sujeito psicológico: afetiva, biológica e sociocultural.

Entendendo a organização do pensamento a partir da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, consideramos que, em sua interação com o mundo interno e externo, e também com as outras pessoas, o sujeito constrói modelos da realidade, a partir dos quais é capaz de compreender o mundo e nele atuar. A elaboração de tais modelos organizadores depende não apenas de processos lógicos subjacentes à cognição, mas também de outros fatores, como os desejos, valores, interesses pessoais, representações sociais e crenças.

Diante deste quadro, nossa pesquisa busca compreender a possível influência das *crenças* do sujeito na organização do pensamento, diante de questões da vida cotidiana.

Identificamos as crenças como sendo premissas que permeiam o meio cultural e social, e que são subjetivamente aceitas e tomadas como verdade por determinado indivíduo ou grupo, mesmo não apresentando total coerência e correspondência com os fenômenos e entidades da realidade externa.

Ao longo de sua vida, em interação com a cultura e a sociedade, o sujeito acaba por internalizar determinadas crenças, que passam a fazer parte de sua individualidade. No sujeito psicológico, consideramos que estas crenças estão associadas à dimensão sociocultural, e, no funcionamento psíquico, passam a influenciar a forma de ser, pensar, agir e sentir do sujeito.

Assim, nossa proposta é a de analisar em que medida estas crenças pessoais influenciam a organização do pensamento humano, ou seja, os modelos organizadores que as pessoas elaboram ao se depararem com as situações cotidianas, buscando investigar, de uma maneira geral, até que ponto os aspectos culturais, aqui representados pelas crenças, passam ou não a influenciar o pensamento dos sujeitos. Nosso problema central pode ser resumido da seguinte maneira:

Os modelos organizadores aplicados diante de situações da vida cotidiana estão de alguma forma relacionados às crenças do sujeito? Em que medida as crenças influenciam a organização do pensamento?

Para realizarmos esta investigação, o tipo de crença com o qual optamos trabalhar foi a *crença religiosa*, por entendermos que a religião, enquanto crença, está relacionada à cultura do grupo em que o indivíduo insere-se e que, portanto, na relação do sujeito com o mundo e com o grupo social, essas crenças religiosas vão sendo internalizadas ao longo de sua vida.

Assim sendo, buscaremos analisar, a partir dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos da pesquisa, em que medida as crenças religiosas aparecem relacionadas aos elementos abstraídos, significados atribuídos e implicações estabelecidas de cada modelo.

O conteúdo das situações que serão apresentadas aos sujeitos versa sobre questões relativas à sexualidade humana. Retomando o que foi dito no capítulo anterior, este tema foi escolhido justamente pelos variados enfoques que recebe dentro de diferentes religiões, o que nos auxilia na análise das influências que as crenças religiosas podem exercer no pensamento humano.

Diante da escolha do conteúdo (sexualidade) e dos objetivos aos quais nos propomos, optamos por trabalhar com três diferentes religiões: Católica, Adventista e Espírita. Conforme colocamos no Capítulo IV, onde discutimos acerca dos vários significados atribuídos à sexualidade humana dentro das três religiões citadas, e também no decorrer dos séculos (influenciando nosso contexto cultural atual), vimos que cada uma destas religiões encara de uma maneira diferenciada o papel da relação sexual e, ao mesmo tempo, relaciona-se de uma maneira diferente ao nosso contexto cultural atual.

Tendo em vista nosso objetivo central, bem como o referencial teórico que abordamos na primeira parte deste trabalho, elaboramos algumas questões específicas que nos auxiliarão na resposta ao nosso problema de pesquisa.

Assim, a primeira pergunta que convém ser analisada é se a organização do pensamento de diferentes sujeitos diante de uma determinada situação varia de acordo com a crença de cada sujeito. Desta maneira, elaboramos a seguinte questão:

- a) *Em que medida os modelos organizadores do pensamento que as pessoas aplicam em temáticas de sexualidade são influenciados pelas diferentes crenças religiosas?*

A segunda questão relacionada ao nosso problema de pesquisa visa verificar a influência das crenças na elaboração dos modelos organizadores, analisando de que forma um mesmo sujeito organiza seu pensamento diante de diferentes questões relativas à sexualidade. Deste modo, buscaremos analisar:

b) De que maneira a crença religiosa de uma pessoa influencia a organização de seu pensamento sobre temáticas de sexualidade?

A terceira questão que norteará nossa investigação tem o intuito de identificar possíveis variações na forma como as diferentes crenças religiosas influenciam a organização do pensamento humano. Assim sendo:

c) As diferentes crenças religiosas influenciam da mesma maneira a organização do pensamento dos sujeitos diante de temáticas de sexualidade?

Entendemos que os resultados da presente pesquisa podem contribuir para a melhor compreensão dos processos relativos ao pensamento humano, tendo em vista um referencial teórico que permite integrar os diferentes aspectos da vida do sujeito psicológico.

Metodologia da Pesquisa

O instrumento que optamos por utilizar para a realização da presente pesquisa foi um questionário escrito, constituído de 7 questões, divididas em dois blocos.

No primeiro bloco, os sujeitos foram levados a responder abertamente acerca de seus pensamentos, sentimentos e ações diante de conflitos relativos ao tema da sexualidade. A partir das respostas dadas a estas questões, será possível identificar os modelos organizadores utilizados pelos sujeitos e até que ponto a religião pode influenciar os elementos abstraídos, significados atribuídos e implicações estabelecidas. As questões apresentadas estão a seguir:

Idade:

Sexo:

1) Na sua opinião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?

2) Se você soubesse que seu(sua) filho(a) de 16 anos vem tendo relações sexuais, como você se sentiria e o que faria?

3) Por acaso, você encontra, em meio aos pertences de seu(sua) filho(a) de 16 anos, um preservativo. Fale sobre seus pensamentos e sentimentos.

4) Como você agiria ao saber que seu(sua) filho(a) de 11 anos vem tendo, na escola, aulas sobre métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis?

O segundo bloco do questionário leva em conta explicitamente a religião do sujeito entrevistado. Nesta etapa, os mesmos sujeitos responderam a respeito do posicionamento de sua religião diante dos mesmos temas envolvidos na primeira parte do questionário. Com este conjunto de questões, o intuito é verificar os modelos organizadores utilizados pelos sujeitos em suas respostas, procurando identificar em que medida as crenças religiosas relacionam-se aos elementos, significados e implicações dos modelos elaborados. A partir disso, será possível realizar, também, um paralelo entre a forma como o mesmo sujeito organiza seu pensamento ao responder questões relativas à sexualidade humana quando da referência explícita ou não à sua religião. A seguir, estão as questões utilizadas:

Qual a sua religião?

5) Para sua religião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?

6) Qual o posicionamento de sua religião com relação ao uso de métodos contraceptivos?

7) Como sua religião encara o relacionamento sexual entre adolescentes de 16 anos?

Para evitar que as respostas dadas fossem influenciadas pelo conteúdo das questões seguintes, o questionário foi aplicado sem que o sujeito tivesse acesso

às perguntas posteriores. Deste modo, as questões foram entregues uma de cada vez, sendo que cada sujeito só recebia a segunda pergunta, por exemplo, depois de responder à primeira, a terceira depois de responder à segunda, e assim sucessivamente.

Com este procedimento, ao responderem às questões, os sujeitos não puderam entrar em contato com todas elas ao mesmo tempo, já que no segundo bloco, quando solicitamos a postura própria da religião à qual o sujeito se vincula, estamos induzindo, através do próprio contexto, que as respostas contenham em si a referência às crenças e princípios religiosos. Isso já não acontece no caso do primeiro bloco de questões (1 a 4), que solicita a opinião pessoal dos sujeitos, pois não há referência direta à religião.

Os dados da pesquisa foram coletados durante o ano de 2004, junto a sujeitos de 3 religiões distintas (Católica, Adventista e Espírita), além de um grupo de estudantes universitários sem se levar em conta a religião. A intenção, ao entrevistarmos também o grupo de universitários, foi a de considerar um grupo no qual, por sua composição, a influência religiosa fosse a menor possível.

Um detalhe importante na metodologia utilizada é que os questionários foram aplicados aos quatro grupos separadamente, e cada um dos grupos foi entrevistado em seu próprio espaço religioso, sendo que, no caso dos estudantes universitários, realizou-se no espaço da própria Universidade. Desta forma, buscamos garantir que cada um dos sujeitos entrevistados estivesse em contato com o espaço e o grupo social que o caracteriza como membro Católico, Adventista, Espírita ou universitário.

Com esta estratégia, asseguramos, para os sujeitos de todos os grupos, as mesmas condições com relação ao contexto social no momento da entrevista, considerando as possíveis influências que este pode vir a exercer no pensamento dos sujeitos. Além disso, partimos do pressuposto, explicitado em nosso quadro teórico, de que as crenças estão relacionadas ao meio social e cultural no qual o indivíduo se insere, e assim pensamos que a organização do pensamento pode receber influências das crenças religiosas que sejam implicitamente referenciadas a partir do momento em que o sujeito é entrevistado em seu próprio espaço, junto

ao seu grupo. Em outras palavras, a idéia era que, no momento da entrevista, as possíveis influências exercidas pelas crenças religiosas no pensamento humano fossem reforçadas pelo fato de os sujeitos estarem em contato com o grupo ao qual pertenciam. Por outro lado, no caso dos estudantes, buscamos minimizar esta influência, uma vez que o meio no qual o sujeito se encontrava não fazia qualquer referência à sua religião.

Atendendo aos objetivos da presente pesquisa explicitados anteriormente, através dos dados obtidos, será possível identificar e estabelecer relações entre os modelos organizadores utilizados por sujeitos de religiões diferentes, no intuito de analisar em que medida os elementos relativos às crenças religiosas estão presentes na organização do pensamento de sujeitos levando-se em conta crenças diferentes.

Além disso, o questionário possibilita verificarmos, para cada sujeito, as relações entre suas respostas pessoais, sem referência direta à religião (questões 1 a 4) e aquelas explicitamente permeadas pelo conteúdo religioso (questões 5 a 7), identificando, assim, as possíveis mudanças nos modelos organizadores utilizados diante das diferentes situações apresentadas.

No intuito de responder às perguntas de nossa pesquisa, após a coleta de dados junto aos sujeitos, optamos por apresentar neste trabalho a análise das questões de número 1 e 5: Questão 01: “Na sua opinião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?” e Questão 05: “Para sua religião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”. Julgamos que tais questões proporcionaram dados bastante significativos, e permitirão uma análise consistente que atenda de maneira clara aos objetivos de nossa investigação. Assim sendo, vejamos:

a) Em que medida os modelos organizadores do pensamento que as pessoas aplicam em temáticas de sexualidade são influenciados pelas diferentes crenças religiosas?

Para responder a esta pergunta, analisaremos os dados relativos a ambas as questões, buscando verificar, a partir das respostas dos sujeitos dentro das diferentes religiões, se e em que medida há influência das crenças religiosas nos modelos organizadores elaborados diante das situações apresentadas.

b) De que maneira a crença religiosa de uma pessoa influencia a organização de seu pensamento sobre temáticas de sexualidade?

Para responder a esta pergunta, optamos por comparar os dados provenientes das questões 01 e 05 em uma análise de nível intrapessoal, avaliando de que forma as crenças religiosas podem vir a influenciar a organização do pensamento de um mesmo sujeito. Ao comparar as respostas dadas pelos sujeitos nas duas questões apresentadas, buscaremos verificar até que ponto o mesmo sujeito altera ou mantém seu raciocínio diante de temáticas de sexualidade.

c) As diferentes crenças religiosas influenciam da mesma maneira a organização do pensamento dos sujeitos diante de temáticas de sexualidade?

Para atender a esta pergunta, analisaremos as relações entre a distribuição dos modelos organizadores aplicados dentro de cada grupo religioso, verificando em que medida as crenças vinculadas a cada uma das religiões influenciam a organização do pensamento dos grupos entrevistados.

Amostra

A amostra da pesquisa incluiu sujeitos adultos, entre 20 e 40 anos de idade, pertencentes a 4 grupos distintos. Nos três primeiros grupos, a variável considerada foi a religião, a seguir: Católicos, Adventistas e Espíritas. Os grupos religiosos foram constituídos por sujeitos que freqüentavam regularmente os

rituais e cultos religiosos, o que nos assegurava de que os mesmos tivessem constante contato com a cultura de sua religião e, conseqüentemente, maior probabilidade de terem internalizado as crenças vinculadas à sua doutrina religiosa.

O quarto grupo teve a intenção de constituir-se enquanto um grupo de referência, que, portanto, reunisse sujeitos sem que houvesse relação explícita com qualquer religião, e, inclusive, que a probabilidade de vínculo religioso fosse a menor possível. Nossa opção, assim, foi compor este quarto grupo por estudantes universitários, do curso de Ciências Sociais, por considerarmos que a universidade pública constitui-se em um espaço “neutro”, em termos de cultura religiosa, pois agrega sujeitos das mais diversas religiões em torno de um objetivo bastante distanciado dos cultos e rituais religiosos.

Pensando que as crenças estão vinculadas ao meio cultural e social ao qual se relaciona o indivíduo, nosso objetivo, ao buscarmos o quarto grupo a ser entrevistado, era o de garantir que, no contexto e espaço da entrevista, a referência a qualquer tipo de religião fosse mínima, senão nula, a não ser através das crenças pessoais interiorizadas por cada sujeito entrevistado. Em contrapartida, nos grupos religiosos, buscamos reunir sujeitos que se identificassem com uma mesma cultura religiosa, possibilitando dados que demonstrassem até que ponto as crenças, enquanto aspectos vinculados a esta cultura, influenciariam as respostas dadas pelos sujeitos.

Assim, ao todo, foram entrevistados 100 sujeitos adultos, 25 de cada grupo considerado.

Capítulo VI

Apresentação dos Modelos Organizadores do Pensamento e Resultados

Neste capítulo, passaremos à apresentação dos resultados de nossa investigação. Assim, analisaremos os dados obtidos à luz das considerações colocadas em nosso quadro teórico, as quais versam sobre relações entre crenças pessoais e cultura (Capítulo II), e também sobre o funcionamento psíquico do sujeito e de como as crenças relacionam-se a esta dinâmica (Capítulo III). Nossa preocupação será a de atender ao problema da pesquisa, colocado anteriormente no plano da investigação, respondendo a cada uma das perguntas levantadas, as quais guiarão a estrutura da análise dos dados obtidos.

Assim, o presente capítulo está dividido basicamente em duas partes. Tendo em vista que um dos princípios que rege teórica e metodologicamente nossa investigação encontra-se na Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (Moreno et al, 1999), partiremos, em um primeiro momento, para a apresentação dos modelos organizadores utilizados pelos sujeitos em suas respostas às duas questões que serão analisadas (*Questão 01*: “Na sua opinião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?” e *Questão 05*: “Para sua religião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”). Neste sentido, descreveremos primeiramente os modelos organizadores encontrados, para, em seguida, apresentarmos, ao final de cada questão, uma tabela contendo a distribuição dos modelos aplicados pelos sujeitos.

Na segunda parte deste capítulo, analisaremos os dados obtidos a fim de responder aos três questionamentos que norteiam nosso trabalho de investigação. Assim, nossa intenção será a de apresentar e discutir os resultados mais significativos referentes a cada uma das perguntas levantadas anteriormente.

Com este percurso, esperamos poder responder de maneira clara aos objetivos estabelecidos em nossa pesquisa, facilitando a análise dos dados obtidos e a compreensão do leitor ou leitora.

Antes de darmos início, porém, à nossa análise e apresentação dos dados, convém explicitarmos mais uma vez nosso intuito com o presente trabalho. Embora tratemos aqui de diferentes religiões e crenças religiosas, nossa investigação não se propõe a fazer nenhuma análise de natureza moral. Nosso objetivo não é emitir nenhum juízo de valor sobre as respostas dos sujeitos ou sobre as crenças subjacentes às diferentes religiões com as quais iremos trabalhar, e sim verificar de que forma tais crenças religiosas podem influenciar o raciocínio desses sujeitos, implicando mudanças ou tendências na organização do pensamento dos diferentes indivíduos e grupos, diante de situações relacionadas à sexualidade. Nosso objetivo, de fato, é um trabalho de Psicologia, que busca compreender o funcionamento psicológico do ser humano.

1. Apresentação dos Modelos Organizadores do Pensamento

A partir de agora, apresentaremos os modelos organizadores que puderam ser identificados nas respostas dos sujeitos que participaram da investigação, pertencentes aos quatro grupos entrevistados: Religiões Católica, Adventista e Espírita e um grupo de estudantes.

Retomando a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (Moreno et al, 1999), vemos que os modelos organizadores são elaborados pelos sujeitos em seu contato com o mundo, e correspondem à representação que o sujeito faz das situações, fenômenos e objetos ao seu redor, através da qual este é capaz de orientar suas ações e pensamentos. Assim, um modelo organizador é construído com base tanto em aspectos estruturais internos ao sujeito quanto em aspectos externos, quais sejam, os conteúdos presentes na realidade.

Um modelo organizador, de acordo com as autoras desta teoria, consiste na articulação entre os *elementos* que o sujeito abstrai da realidade, dos

significados a eles atribuídos e das *implicações* estabelecidas a partir de tais elementos e significados.

Assim sendo, os modelos organizadores que embasaram as respostas dos sujeitos entrevistados na presente investigação serão apresentados e descritos através de tabelas, evidenciando os *elementos abstraídos*, os *significados atribuídos* e as *implicações estabelecidas* pelos sujeitos que aplicaram determinado raciocínio. Para auxiliar na compreensão de cada modelo organizador, transcreveremos também algumas das respostas dadas pelos sujeitos.

Iniciaremos pelos modelos organizadores encontrados nas respostas à Questão 01 e, em seguida, à Questão 05. Ao final da descrição dos modelos de cada uma das questões, exibiremos uma tabela apresentando a quantidade de sujeitos que utilizaram cada um dos modelos organizadores encontrados, considerando a amostra como um todo.

1.1. Modelos Organizadores do Pensamento relativos à Questão 01

1.1.1. Descrição dos Modelos Organizadores

Questão 01: “Na sua opinião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”

Com esta pergunta, nosso objetivo foi identificar os modelos organizadores que os sujeitos utilizam ao definirem, de acordo com sua opinião pessoal, qual o papel da relação sexual no relacionamento de um casal.

A partir das respostas que obtivemos, encontramos cinco modelos organizadores diferentes, sendo que, em alguns deles, pudemos encontrar também a divisão em sub-modelos. Discorreremos todos eles adiante.

a) MODELO 1:

Os sujeitos que aplicaram este modelo basearam suas respostas em princípios religiosos tradicionais, associando ao papel da relação sexual elementos e significados claramente relacionados à religião.

Ao encararmos este modelo como sendo pautado pelos princípios religiosos tradicionais, estamos partindo da discussão apresentada no Capítulo IV acerca dos diferentes significados atribuídos à sexualidade na História. Assim, consideramos que nosso contexto cultural atual recebe – e vem recebendo, no decorrer da História – uma influência bastante intensa do pensamento cristão, mais especificamente vinculado ao Catolicismo.

Diante desta perspectiva, por princípios religiosos tradicionais entendemos aqueles que, no decorrer da História, através da forte influência que a Igreja Católica exerceu durante os últimos séculos, foram difundidos por este pensamento cristão e passaram a fazer parte de nossa herança cultural ocidental. Tratando das idéias relativas à sexualidade, encontramos a prática sexual vinculada ao amor, ao matrimônio e à procriação (cf. pág. 91-92). Tais idéias perpetuam-se até hoje, influenciando a concepção tradicional de sexualidade de nossa cultura.

Desta forma, retornando aos sujeitos que compuseram nossa investigação cujas respostas estavam embasadas nos princípios deste primeiro modelo organizador, o papel da relação sexual aparece, de alguma maneira, vinculado a elementos religiosos tradicionais, seja desempenhando uma função centrada na procriação, seja adquirindo sentido a partir do matrimônio, ou mesmo enquanto meio de manifestação da bênção de Deus ao casal.

Dentre as respostas fundamentadas neste modelo, pudemos identificar a existência de 3 sub-modelos decorrentes dos diferentes elementos que são abstraídos pelos sujeitos ao descreverem sua compreensão do papel da relação sexual. Vejamos cada um deles:

➤ Sub-modelo 1A:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Relação sexual	Criação de Deus; permite o amor e união do casal
Deus	Criador da relação sexual
Relacionamento do casal	Abençoado e santificado por Deus através da relação sexual
Implicações: A relação sexual é importante ao casal, pois é criação de Deus e abençoa o relacionamento.	

Para os sujeitos que se utilizaram deste sub-modelo, a relação sexual é significada como sendo criação de Deus, permitindo o amor e a união do casal. O elemento *Deus* é abstraído pelos sujeitos como sendo o criador da relação sexual, enquanto que o *relacionamento do casal* é abençoado, santificado por Deus através da relação sexual.

O raciocínio utilizado neste sub-modelo incorpora elementos tradicionalmente associados à religião para explicar o papel da relação sexual, e parte da premissa religiosa de que Deus é o criador do Universo: “*No princípio, Deus criou o céu e a terra.*” (“*Bíblia Sagrada*”, Gênesis 1,1). De acordo com esta postura, portanto, foi Deus quem criou o homem, a mulher e todos os aspectos que permeiam este relacionamento, incluindo a relação sexual: “*E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher. E Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sejam fecundos, multipliquem-se, encham e submetam a terra.’*” (“*Bíblia Sagrada*”, Gênesis 1, 27-28a).

As respostas reproduzidas a seguir, próprias deste sub-modelo, ilustram a forma como os sujeitos organizaram seu pensamento:

“Na minha opinião, a relação sexual é um dos carinhos de Deus para com um casal. É momento único, de explosão do Amor de Deus pelo casal e para a humanidade. Seu papel é gerar frutos de Amor, uma vez que um casal, pelo enlace do matrimônio, deve guardar, revelar e comunicar o Amor.”

“A relação sexual tem a função de unir e fecundar mais a união existente entre homem e a mulher. Creio que, como algo deixado por Deus para nós, é algo santo e não deve ser visto como objetivo final em um relacionamento, mas algo que ajudará a fecundar e santificar a união entre homem e mulher.”

“Fundamental. Foi criada por Deus para que o casal fosse uma só carne e pudesse gozar de uma intimidade única, que fosse só deles, que eles pudessem gozar de amor e união e que assim fossem abençoados por Deus em todos os aspectos do casamento.”

➤ Sub-modelo 1B:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	Fundamental e importante para o relacionamento do casal.
Casamento	Condição para a relação sexual
Implicações: A relação sexual é fundamental e importante para o relacionamento de um casal, mas só deve ocorrer após o casamento.	

Os sujeitos que aplicaram este sub-modelo consideram que a relação sexual desempenha um papel fundamental no relacionamento do casal. Ao abstraírem o *casamento* como um elemento significativo na construção de suas respostas, tomando-o como uma condição para a relação sexual, os sujeitos que compõem este sub-modelo afirmam que a relação sexual é fundamental e importante para o relacionamento de um casal, mas que deve ser realizada apenas após o matrimônio.

Este raciocínio incorpora princípios religiosos tradicionais, pois, de acordo com os mesmos, o casamento é encarado como uma bênção de Deus e, por este motivo, condiciona a iniciação sexual do casal. A importância do matrimônio no relacionamento de um casal, bem como seu significado enquanto bênção de Deus, podem ser encontrados, por exemplo, nas seguintes passagens bíblicas: *“Por isso, um homem deixa seu pai e sua mãe, e se une à sua mulher, e eles dois se tornam uma só carne.”* (“*Bíblia Sagrada*”, Gênesis 2, 24); *“Portanto eles já não são dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus uniu, o homem não deve*

separar.” (“Bíblia Sagrada”, Mateus 19, 6); “Que todos respeitem o matrimônio e não desonrem o leito nupcial, pois Deus julgará os libertinos e adúlteros.” (“Bíblia Sagrada”, Hebreus 13,4)

Para melhor ilustrar o sub-modelo que acabamos de descrever, colocamos a seguir a transcrição de algumas respostas:

“Fundamental, quando sendo marido e mulher.”

“O sexo tem que existir amor e fidelidade para relacionar e tem que se casar primeiro.”

“É um momento de intimidade do casal (casado) que completa o relacionamento.”

“No casal este relacionamento é importante para que o casal se una, ou seja, é um fato gerador de unidade e amor, por isto o ato sexual deve ser uma realidade apenas para os casais casados, pois caso contrário se torna um ato meramente carnal, sem amadurecimento, que somente o relacionamento diário do casal produz.”

➤ Sub-modelo 1C:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	Procriação e união do casal
União do casal e procriação	Depende da relação sexual
Implicações: A relação sexual tem o objetivo de unir o casal e permitir a procriação.	

Neste sub-modelo, o *papel da relação sexual* é abstraído e significado como sendo para procriação e união do casal e estes elementos, por sua vez, dependem da relação sexual.

Este sub-modelo aparece assim fundamentado em princípios religiosos tradicionais, a partir dos quais um dos papéis fundamentais da relação sexual assenta-se na função de procriação. Como podemos verificar a partir do que nos

traz a Bíblia: “E Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sejam fecundos, multipliquem-se, encham e submetam a terra’” (“Bíblia Sagrada”, Gênesis 1,28).

Apresentamos, a seguir, alguns exemplos deste sub-modelo:

“A relação sexual possui dois sentidos: unitivo: fortalecer a união do casal, onde um se doa ao outro. Procriativo: gerar a descendência do casal. Os dois aspectos possuem igual importância.”

“Procriação, além da fortificação da união a dois”

“Interação do casal, relacionamento profundo um com o outro e procriação.”

b) MODELO 2:

O que caracteriza o segundo modelo organizador que encontramos nas respostas dos sujeitos entrevistados é o sentido que adquire o papel da relação sexual como um fator que tem o poder de definir a continuidade ou não do relacionamento entre o casal. Vejamos:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	Define o relacionamento do casal
Relacionamento do casal	Depende da relação sexual
Implicações: A relação sexual define o relacionamento do casal	

Na opinião dos sujeitos que utilizaram este modelo organizador, o *papel da relação sexual* é central, responsável pela concretização ou destruição do relacionamento entre o casal, ou seja, se a relação sexual satisfaz o casal, conseqüentemente o relacionamento será duradouro, estável e benéfico para ambos. Por outro lado, segundo este raciocínio, caso a relação sexual seja um aspecto negativo, o relacionamento do casal não perdurará muito tempo, será destruído. As respostas a seguir evidenciam o que acabamos de colocar:

“Essencial. O relacionamento sexual é capaz de consolidar ou destruir um casal. Depende da forma e momento como é levado a efeito.”

“A relação sexual é que vai definir se o homem e a mulher vão ficar juntos por muito tempo ou não. Se for uma relação que satisfaça ambas as partes, provavelmente todas as outras esferas do relacionamento estarão em equilíbrio.”

“Fundamental. A relação do homem com a mulher depende da harmonia e prazer da relação sexual.”

c) MODELO 3:

No Modelo 3 encontramos nas respostas dos sujeitos a união, aproximação e intimidade do casal como elementos significativos, associados à relação sexual. Dentro deste modelo, identificamos a existência de 2 sub-modelos, caracterizados a seguir:

➤ Sub-modelo 3A:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Relação sexual	Proporciona prazer
Amor, união e prazer	Obtidos através da relação sexual
Implicações: A relação sexual proporciona prazer e traz também união e amor ao casal.	

Neste sub-modelo, os sujeitos atribuem como significado da *relação sexual* o prazer por ela proporcionado. Além disso, os elementos *amor, união e prazer* são abstraídos e significados como sendo obtidos através da relação sexual, embora nem todas as respostas necessariamente contemplem ao mesmo tempo todos estes elementos. Desta forma, para os sujeitos que compõem este sub-modelo, a relação sexual, ao mesmo tempo em que proporciona prazer ao casal, está também relacionada à união e amor entre ambos.

Para ilustrar este modelo, transcrevemos as respostas a seguir, dadas pelos sujeitos entrevistados:

“É de total importância, uma vez que na relação sexual há uma grande conexão entre as pessoas, além de ser bom demais.”

“A relação sexual desenvolve um papel fundamental, é algo que integra ambos em um momento maravilhoso, que é o orgasmo. Creio que a relação é algo que mistura o sentimento de amor (ou afeição) e o tesão. Pois quem tem uma relação não faz sexo por fazer, e sim por um sentido e esses são os porquês: amor e tesão.”

➤ Sub-modelo 3B:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	É o que une e aproxima o casal
União e aproximação do casal	Obtidos através da relação sexual
Implicações: A relação sexual é o que une, aproxima e torna o casal mais íntimo.	

Para os sujeitos que organizaram suas respostas de acordo com este sub-modelo, o raciocínio utilizado para explicar o papel da relação sexual centrou-se apenas na união do casal. Neste caso, os sujeitos consideram que o *papel da relação sexual* é intensificar a união e aproximação entre os membros do casal, tornando-os mais íntimos um do outro. Os exemplos abaixo deixam claro como tais sujeitos organizam o pensamento:

“Tem o papel de mantê-los unidos e mais íntimos um do outro.”

“É mais um ‘laço’ que une as duas pessoas, que serve para um conhecer melhor ao outro.”

“A relação sexual representa a conexão entre o casal. É o momento da cumplicidade, do auge da intimidade do casal.”

d) MODELO 4:

Para os sujeitos que aplicaram este modelo, a relação sexual é vista como fator complementar da relação entre o casal. Encontramos, neste grupo de respostas, a existência de 2 sub-modelos, apresentados a seguir.

➤ Sub-modelo 4A:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Relação sexual	Complemento no relacionamento do casal
Bom relacionamento	Depende da relação sexual e de outros fatores
Implicações: O papel da relação sexual é de complementar a relação.	

Os sujeitos que aplicaram este sub-modelo em suas respostas elegeram como elemento significativo a *relação sexual* como fator de complemento do relacionamento entre o casal. Assim, o raciocínio utilizado neste sub-modelo considera a existência de outros fatores permeando o relacionamento do casal, de forma que o papel da relação sexual, por si só, não garante um bom relacionamento. Os exemplos a seguir ilustram o que acabamos de colocar:

“É o complemento de uma relação. É como tempero de uma comida”

“Penso que o relacionamento sexual é muito importante, mas não é tudo. É um complemento de uma série de fatores, que juntos, criam uma harmonia de um casal.”

➤ Sub-modelo 4B:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	Complemento no relacionamento entre o casal
Sentimentos	Fundamental para o relacionamento
Bom relacionamento	Depende da relação sexual e sentimentos (amor, respeito, cumplicidade)
Implicações: O papel da relação sexual é de complementar a relação, a qual deve envolver também sentimentos como o amor, respeito, cumplicidade.	

Neste sub-modelo, há um elemento que não havia sido abstraído pelos sujeitos do sub-modelo anterior: os *sentimentos*. Enquanto o *papel da relação sexual* permanece associado à idéia de complementaridade do relacionamento, o *bom relacionamento* passa a ser significado como dependente da relação sexual e dos sentimentos (amor, respeito, cumplicidade). Assim, os *sentimentos* são vistos como fator fundamental para o relacionamento do casal.

Desta maneira, os sujeitos que aplicaram este sub-modelo em suas respostas consideram que o papel da relação sexual é de complementar o relacionamento do casal, mas que este, por sua vez, deve estar baseado também em sentimentos como amor, respeito, cumplicidade. Vejamos nas respostas a seguir:

“Importante como complemento, dentro de uma história de amor, busca. Não vejo o sexo apenas como penetração, mas sim como algo que completa uma relação.”

“Creio que deva ser um complemento. Pois acho que o relacionamento entre ambos deva ser embasado principalmente na relação de carinho, afeto, ternura, amor e compreensão.”

e) MODELO 5:

Neste último modelo que identificamos, a partir das respostas à questão analisada, os sujeitos colocam que a relação sexual pode ser valorada de diferentes maneiras, uma perspectiva que leva em conta diferentes pontos de vista e que, até então, nos modelos anteriormente apresentados, não foi considerada. Vejamos:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Relação sexual	É valorada de diferentes maneiras.
Relacionamento do casal	Influencia no valor atribuído à relação sexual
Implicações: O papel da relação sexual varia em função do tipo de relacionamento entre o casal.	

Para os sujeitos que aplicaram este modelo, a *relação sexual* pode ser valorada de diferentes maneiras, e o *relacionamento do casal* é visto como um fator que influencia o valor atribuído à relação sexual. De acordo com este modelo, o papel da relação sexual não é um só para todos, mas varia em função do tipo de relacionamento estabelecido entre o casal. As respostas reproduzidas a seguir evidenciam essa postura:

“Não é fundamental, mas é uma conseqüência de tudo o que existe entre o casal, no caso de um relacionamento duradouro, mas existem aqueles relacionamentos onde o sexo é o ‘fim’, ou seja, o objetivo para se estar com a pessoa e, nesse caso, ele se torna fundamental para o bem estar do casal.”

“A relação sexual, ao que me parece, tem um papel de relativa importância na relação entre homem e mulher. Muito embora um relacionamento de natureza amorosa não se consubstancie meramente na prática sexual, o relacionamento sem esta prática torna-se um bocado frustrante. Evidente que se considerarmos relacionamento como uma expressão em sentido amplo surgem situações em que o sexo é dispensável ou mesmo um problema.”

1.1.2. Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados

Exibimos a seguir uma tabela contendo a distribuição do total de sujeitos (100, considerando os quatro grupos entrevistados) nos modelos organizadores encontrados, a partir das respostas a esta primeira questão. Assim, na Tabela 1 abaixo, temos a quantidade³ de sujeitos que se utilizaram de cada um dos modelos organizadores (de 1 ao 5, incluindo os sub-modelos) em suas respostas. Vejamos:

Tabela 1: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na Questão 01

	Modelo 1				Modelo 2	Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5	Total
	1A	1B	1C	Σ	Σ	3A	3B	Σ	4A	4B	Σ	Σ	
Distribuição dos modelos	13	10	14	37	8	4	20	24	11	13	24	7	100

A partir da tabela acima, podemos verificar que:

- 37% dos sujeitos entrevistados organizaram suas respostas de acordo com o Modelo 1, ou seja, consideraram que o papel da relação sexual está relacionado a princípios religiosos tradicionais (criação de Deus, procriação, casamento). Embora esta porcentagem represente menos da metade dos sujeitos entrevistados, é preciso salientar que foi o modelo organizador mais utilizado pela amostra. Analisando a distribuição nos sub-modelos, encontramos que 13 dos sujeitos que aplicaram o Modelo 1 (13% do total) encaram a relação sexual como criação e bênção de Deus (sub-modelo 1A). Já o sub-modelo 1B, segundo o qual a relação sexual aparece associada ao casamento, foi aplicado por 10 sujeitos (10%), enquanto 14% aplicaram o sub-modelo 1C, alegando que o papel da relação sexual é permitir a procriação e união do casal.

³ Neste caso, como o total de sujeitos entrevistados é 100, a quantidade de sujeitos corresponde também à porcentagem.

- O Modelo 2, no qual a relação sexual é vista como fator fundamental, que define o relacionamento do casal, foi aplicado por apenas 8% dos sujeitos entrevistados. Neste modelo, não encontramos sub-modelos.
- 24% dos sujeitos entrevistados aplicaram o Modelo 3, considerando que o papel da relação sexual é o de unir um casal. Dentre esses sujeitos, 4 aplicaram o sub-modelo 3A, de acordo com o qual a relação sexual proporciona prazer, e através dela obtém-se também a união e o amor entre o casal. Entretanto, a maioria dos sujeitos que aplicou o Modelo 3 (20 dos 24 sujeitos ou 83,3%) afirmou que o papel da relação sexual é o de aumentar a intimidade, promover a união e aproximação do casal, raciocínio empregado no sub-modelo 3B.
- Assim como o Modelo 3, o Modelo 4 – no qual o papel da relação sexual é o de complementar um relacionamento – foi aplicado por 24% do total de sujeitos. Deste total, 11 deles aplicaram o sub-modelo 4A, segundo o qual a relação sexual é vista como um complemento do relacionamento entre o casal. Para estes sujeitos, o bom relacionamento depende da relação sexual e também de outros fatores. Já 13 sujeitos (13% do total) aplicaram o sub-modelo 4B, defendendo que o bom relacionamento do casal depende da relação sexual e também de sentimentos, como o amor, o respeito e a cumplicidade.
- No Modelo Organizador 5, segundo o qual a relação sexual é valorada de diferentes formas, de acordo com o tipo de relacionamento entre o casal, encontramos apenas 7 sujeitos.

Apresentados estes dados, passaremos à descrição dos modelos organizadores encontrados nas respostas dos sujeitos à Questão 05.

1.2. Modelos Organizadores do Pensamento relativos à Questão 05

1.2.1. Descrição dos Modelos Organizadores

Questão 05: “Para sua religião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”

Iremos apresentar agora os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na elaboração de suas respostas à Questão 05, cujo objetivo é o de possibilitar a identificação do raciocínio utilizado pelos sujeitos ao definirem qual o papel da relação sexual no relacionamento de um casal, de acordo com a postura de sua religião.

Diferente do que ocorre na Questão 01, que apresentamos anteriormente, na Questão 05, o sujeito é levado explicitamente a embasar a resposta em sua própria religião (*“Para sua religião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”*). Com isso, conforme já colocamos em capítulo anterior, nosso objetivo foi o de verificar de que forma os sujeitos organizam seu pensamento diante de uma mesma temática de sexualidade apresentada de formas diferentes.

As respostas dadas pelos sujeitos foram agrupadas de acordo com os elementos abstraídos, significados e implicações estabelecidas, de maneira que pudemos identificar cinco diferentes modelos organizadores que foram utilizados. Alguns dos modelos organizadores encontrados são bastante semelhantes àqueles identificados na Questão 01, de modo que os apresentaremos de maneira bastante sucinta.

a) MODELO 1:

O Modelo 1 encontrado a partir das respostas dos sujeitos à Questão 05 é semelhante ao Modelo 1 da primeira questão. Aqui, o raciocínio dos sujeitos

aparece fundamentado em princípios religiosos tradicionais, associando ao papel da relação sexual significados vinculados ao casamento, a Deus e à procriação. De forma análoga à Questão 01, identificamos, na composição deste modelo, 3 diferentes sub-modelos, descritos a seguir.

➤ Sub-modelo 1A:

Neste sub-modelo, a *relação sexual* é encarada como criação de Deus, que permite ao casal o amor, a união e a felicidade.

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Relação sexual	Criação de Deus; permite o amor, união e felicidade do casal
Deus	Criador da relação sexual
Relacionamento do casal	Abençoado e santificado por Deus através da relação sexual
Implicações: Deus é criador da relação sexual e através dela traz ao casal união, felicidade e/ou amor.	

Alguns exemplos de respostas:

“Uma coisa deixada por Deus, muito bonito e que nos faz muito feliz.”

“Muito importante. Ela é uma das bases para a felicidade conjugal, pois foi estabelecida por Deus como meio de relacionamento sentimental e espiritual entre duas pessoas que se amam.”

“Essa resposta já foi dada na pergunta 1. Tudo o que Deus nos deu deve ser usado de forma regrada para que seja abençoado por Ele. E o sexo principalmente. Hoje, tudo pode, tudo é certo, tudo é livre. Na palavra de Deus está escrito ‘tudo é permitido ao homem, mas nem tudo o convém’.”

➤ Sub-modelo 1B:

O sub-modelo 1B caracteriza-se pela referência ao *casamento*, como condição para o relacionamento sexual. Vejamos:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	Importante para o relacionamento do casal
Casamento	Condição para a relação sexual
Implicações: A relação sexual é importante para o relacionamento de um casal, mas só pode ser efetivada após o casamento.	

Alguns exemplos de respostas:

“Essencial quando casados.”

“O relacionamento sexual na vida de um homem e uma mulher é muito importante se forem casados.”

“Um ato de amor que se concretiza no casamento ou melhor, após o casamento, é uma entrega especial de um homem e uma mulher.”

“Semelhante à pergunta um: é importante, porém deve ser realizada após o casamento.”

➤ Sub-modelo 1C:

Para os sujeitos que aplicaram este modelo, o papel da relação sexual é, além da procriação, também a união do casal:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	Procriação e união do casal
União do casal e procriação	Depende da relação sexual
Implicações: A relação sexual tem o objetivo de unir o casal e permitir a procriação.	

Alguns exemplos de respostas:

“Aspecto unitivo - unir o casal / procriativo - gerar e formar filhos para Deus.”

“Procriação, acima de tudo. Complemento físico e emocional para o fortalecimento da união.”

“O papel visa a união do casal e a geração dos filhos, por isto ela não aceita métodos artificiais de anticoncepcionais.”

b) MODELO 2:

O elemento abstraído por este grupo de sujeitos, e que caracteriza o segundo modelo organizador encontrado, é a *responsabilidade*, associada à relação sexual:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Relação sexual	Exige responsabilidade, traz conseqüências.
Responsabilidade	Importante para a relação sexual, para assumir as conseqüências.
Implicações: A relação sexual deve ser feita com responsabilidade pois traz conseqüências.	

O elemento *relação sexual* é significado como um ato que exige responsabilidade, pois, de acordo com os sujeitos que utilizaram este modelo, é preciso estar preparado para se assumir as possíveis conseqüências provenientes desta relação. Abaixo, temos alguns exemplos deste modelo, nas respostas transcritas a seguir:

“Na minha concepção a relação sexual com responsabilidade é algo positivo.”

“Eu não acredito em nenhuma religião, mas até os doze anos fui criada na cultura católica. Bom não sei, minha mãe sempre disse que sexo não era pecado, que o mais importante era amar a pessoa e ter responsabilidade para assumir o ato.”

“Trocas afetivas de carinho com responsabilidade para ambos e com a maturidade para assumir principalmente as conseqüências.”

“Um momento sublime, se feito com amor. Um momento que tem suas conseqüências se feito com amor OU sem amor.”

c) MODELO 3:

No terceiro modelo encontrado, os sujeitos organizaram suas respostas em torno do papel da relação sexual enquanto fator que une e aproxima o casal. Este modelo corresponde ao sub-modelo 3B da Questão 01, como podemos ver a seguir:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	É o que une e aproxima o casal
União e aproximação do casal	Obtidos através da relação sexual
Implicações: A relação sexual é o que une, aproxima e torna o casal mais íntimo.	

Alguns exemplos de respostas:

“É o ponto máximo entre a união de duas pessoas, uma coisa que deveria permanecer entre essas duas e não ter experiências com outros, pois isso com certeza prejudica o relacionamento, deixa marcas, cicatrizes, sempre para prejudicar a atual união.”

“O espiritismo entende que o sexo é uma ferramenta de união espiritual, já que a troca de fluidos durante o ato é enorme. O casal deve ter relações sexuais a partir do momento em que decidem formar uma família, já tendo tido uma longa data de namoro e estando certos sobre o matrimônio.”

d) MODELO 4:

Os sujeitos que organizaram suas respostas de acordo com o quarto modelo encontrado, consideram que a relação sexual não deve ser tudo em um

relacionamento, mas é importante à medida que sejam considerados também outros fatores. Este modelo organizador é semelhante ao sub-modelo 4B, encontrado nas respostas à Questão 01. Vejamos:

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Relação sexual	Não é tudo em um relacionamento, mas um complemento.
Sentimentos	Fundamental para o relacionamento
Bom relacionamento	Depende da relação sexual e sentimentos (amor, respeito)
Implicações: A relação sexual não deve ser o ponto central em um relacionamento. Seu papel é de complementar a relação, a qual deve envolver também sentimentos como o amor e respeito.	

Alguns exemplos de respostas:

“Nada acontece por acaso. As afinidades das pessoas vêm de outras vidas. Eu como espírita, penso que tem que ter amor, não só sexo. É importante para mim a relação sexual, mas não é tudo e sim, continuação da escala da vida.”

“O papel da relação sexual no cristianismo é importante quando o casal já está comprometido e se ama, aí o sexo vem para completar a união.”

e) MODELO 5:

No último modelo organizador que encontramos, a postura religiosa é vista pelos sujeitos como insuficiente para explicar o papel da relação sexual no relacionamento de um casal.

Elementos abstraídos	Significados atribuídos
Papel da relação sexual	Restrito, se visto sob a ótica da religião
Postura da religião	Antiquada, ortodoxa, limitada
Implicações: A postura religiosa prega idéias antiquadas, ortodoxas e limitadas no que diz respeito ao papel da relação sexual.	

Para o grupo de sujeitos que organizou suas respostas de acordo com este modelo organizador, o *papel da relação sexual*, se visto sob a ótica da religião, fica restrito. Isso acontece porque a *postura da religião* é encarada por estes sujeitos como antiquada, ortodoxa e limitada. Assim, embora este raciocínio leve em conta a postura religiosa, o sujeito a considera no sentido de apontar suas limitações.

As respostas que reproduzimos a seguir ilustram como pensaram os sujeitos neste modelo:

“Para minha religião o papel do relacionamento sexual deve ser colocado em prática após o matrimônio. Mas acho esta mentalidade um pouco antiquada.”

“Não sou assim praticante fervorosa, então não sei dizer com certeza, mas acho que isso é algo para se pensar só depois do casamento, para se multiplicar... É engraçado que se pregue algo assim nos dias de hoje, mas definitivamente, no que se diz respeito a educação sexual, a minha religião não acrescenta em nada...”

“Com relação a este assunto, minha religião prega uma postura ortodoxa que condena as relações sexuais antes do casamento. Seu papel é para procriação.”

1.2.2. Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados

A tabela a seguir contém a distribuição dos sujeitos nos modelos organizadores encontrados a partir das respostas à Questão 05. Vejamos:

Tabela 2: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na Questão 05

	Modelo 1				Mod. 2	Mod. 3	Mod. 4	Mod. 5	S/ resp.	Total
	1A	1B	1C	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	
Distribuição dos modelos	13	22	26	61	12	7	7	6	7	100

Diante destes dados, podemos dizer que:

- O Modelo 1 encontrado corresponde ao raciocínio empregado por 61% dos sujeitos. Este modelo, de acordo com o qual o papel da relação sexual está embasado em princípios religiosos tradicionais, foi o único na Questão 05 em cuja composição pudemos verificar a existência de sub-modelos, 3 no total. No sub-modelo 1A, segundo o qual a relação sexual é criação e bênção de Deus ao casal, encontramos 13 sujeitos (13% do total). Já o sub-modelo 1B, no qual a relação sexual aparece associada ao casamento, foi aplicado por 22 sujeitos (22%). Os demais, 26 sujeitos (26%), aplicaram o sub-modelo 1C, afirmando que a relação sexual permite a procriação e união do casal.
- 12 sujeitos (12%) empregaram o raciocínio de que a relação sexual traz conseqüências e exige responsabilidade, pensamento próprio do Modelo 2.
- Apenas 7 sujeitos (7%) aplicaram o Modelo 3, considerando que a relação sexual permite a união do casal.
- O Modelo 4, assim como o anterior, foi aplicado por apenas 7 sujeitos (7%). De acordo com este modelo, a relação sexual não é tudo, e deve ser vista como fator que complementa o relacionamento do casal.
- No Modelo 5 encontramos apenas 6 sujeitos (6%), os quais consideraram que a postura religiosa é antiquada, ortodoxa e limitada para explicar o papel da relação sexual.
- Na Questão 05 encontramos 7 sujeitos que não responderam, por afirmarem que não acreditavam ou seguiam nenhuma religião.

2. Análise das perguntas da pesquisa

Após apresentarmos e descrevermos todos os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos de nossa investigação em suas respostas às questões 01 e 05, realizaremos a partir de agora, nesta segunda parte do presente capítulo, a análise dos dados obtidos, com o propósito de respondermos de maneira clara às perguntas que compuseram a problematização de nossa pesquisa.

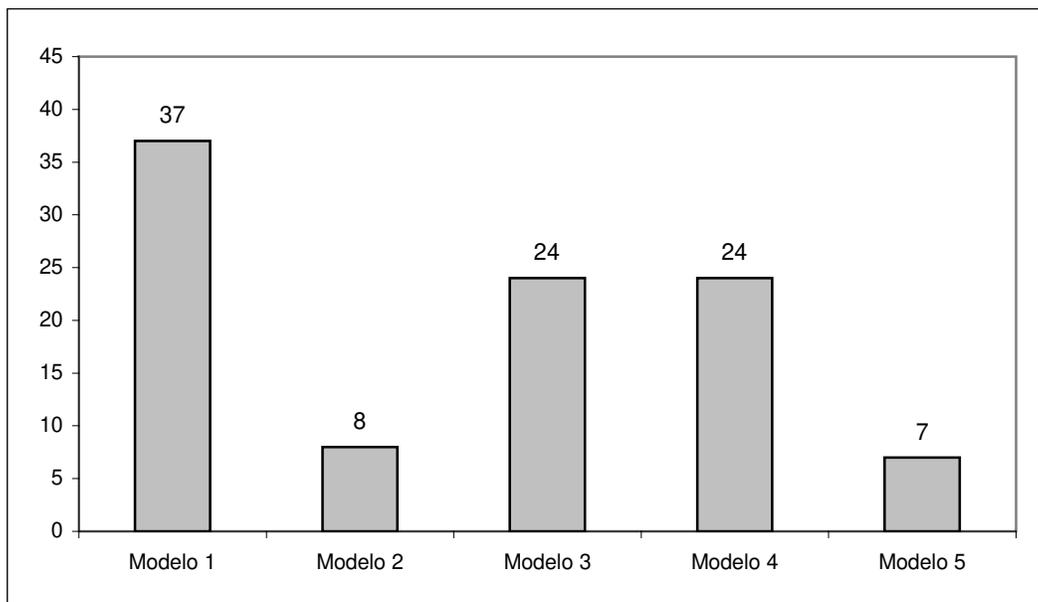
2.1. Em que medida os modelos organizadores do pensamento que as pessoas aplicam em temáticas de sexualidade são influenciados pelas diferentes crenças religiosas?

Para respondermos à pergunta acima, isto é, para verificarmos as possíveis influências das crenças nos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos da investigação, optamos por dividir o presente item em duas diferentes partes, analisando em princípio, os dados apenas da Questão 01 para, em seguida, enfocarmos os resultados da Questão 05.

2.1.1. Análise dos resultados da Questão 01

Iniciemos a análise da primeira questão considerando a totalidade da amostra. A seguir, apresentamos um gráfico contendo a quantidade de sujeitos que aplicou cada um dos modelos organizadores que encontramos a partir das respostas dos sujeitos.

Gráfico 1: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na Questão 01



Analisando o gráfico acima e retomando os modelos organizadores descritos na primeira parte deste capítulo, teremos que:

Modelo 1: relação sexual fundamentada em princípios religiosos tradicionais – 37 sujeitos (37%);

Modelo 2: relação sexual define o relacionamento do casal – 8 sujeitos (8%);

Modelo 3: relação sexual une e aproxima o casal – 24 sujeitos (24%);

Modelo 4: relação sexual como complemento do relacionamento – 24 sujeitos (24%);

Modelo 5: relação sexual valorada de diferentes formas – 7 sujeitos (7%).

Assim, o gráfico demonstra que o modelo organizador mais aplicado pelos sujeitos na Questão 01 foi o Modelo 1 (37% do total). Pensamos que, embora essa porcentagem corresponda a menos da metade dos sujeitos – já que os 63% restantes aplicaram os Modelos 2, 3, 4 e 5, onde os princípios religiosos tradicionais não são citados – este é um dado significativo para o estudo do papel das crenças e da cultura na organização do pensamento, pois na questão

apresentada (*Questão 01: “Na sua opinião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”*) não havia qualquer referência explícita à religião.

Entretanto, para que possamos aprofundar tal discussão, e uma vez que nosso objetivo é justamente investigar as possíveis influências que as crenças religiosas podem exercer na organização do pensamento, pensamos ser antes necessário considerar nossos dados diante das diferentes crenças dos sujeitos, ou seja, levando em conta os diferentes grupos entrevistados (Religiões Católica, Adventista e Espírita, e grupo de estudantes).

A Tabela 3 abaixo apresenta a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na Questão 01, dentro dos diferentes grupos entrevistados.

Tabela 3: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos dos diferentes grupos entrevistados na Questão 01

Modelos Grupos	Modelo 1				Modelo 2	Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5	Total
	1A	1B	1C	Σ	Σ	3A	3B	Σ	4A	4B	Σ	Σ	
Católicos	8	3	7	18	0	0	3	3	0	4	4	0	25
Adventistas	5	6	1	12	3	0	5	5	4	0	4	1	25
Espíritas	0	1	6	7	0	0	7	7	6	5	11	0	25
Estudantes	0	0	0	0	5	4	5	9	1	4	5	6	25
Total	13	10	14	37	8	4	20	24	11	13	24	7	100

A tabela acima demonstra que:

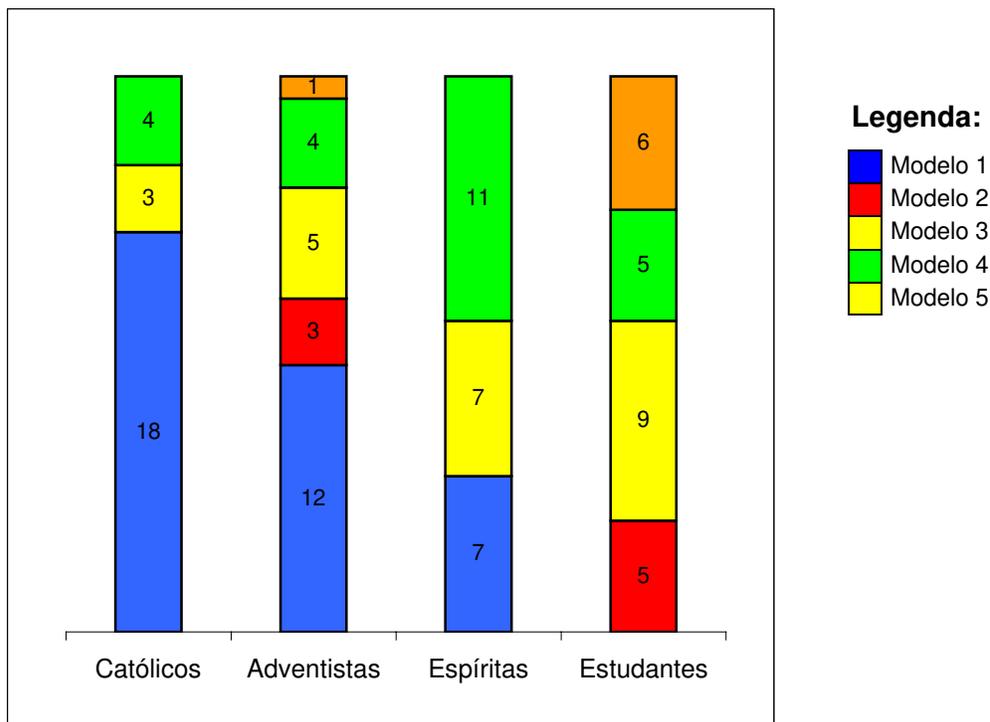
- Dos 37 sujeitos que aplicaram o Modelo 1 em suas respostas, 18 deles (48,6%) pertenciam ao grupo católico, 12 (32,4%) ao grupo adventista e 7 (19%) ao grupo espírita. Nenhum dos sujeitos do grupo de estudantes utilizou o raciocínio de que o papel da relação sexual fundamenta-se em princípios religiosos tradicionais, característica própria do Modelo 1.
- O Modelo 2, de acordo com o qual a relação sexual é vista como fundamental e define o relacionamento do casal, foi aplicado por 3 sujeitos do grupo

adventista e 5 sujeitos do grupo de estudantes. Não houve nenhum sujeito dos grupos católico e espírita que utilizou este raciocínio.

- Dos 24 sujeitos que consideraram que a relação sexual tem o papel de unir o casal, raciocínio empregado no Modelo 3, apenas 3 deles (12,5%) pertenciam ao grupo católico. Dentre os demais encontramos 5 sujeitos (20,8%) do grupo adventista, 7 (29,2%) do grupo espírita e 9 (37,5%) do grupo de estudantes.
- Dentre os 24 sujeitos que aplicaram o Modelo 4, afirmando que o papel da relação sexual é de complementar o relacionamento do casal, a maior parte (11 sujeitos, representando 45,8%) pertencia ao grupo espírita. Já com relação aos demais grupos, podemos verificar que 4 deles (16,7%) eram católicos, 4 (16,7%) adventistas e 5 (20,8%) pertencentes ao grupo de estudantes.
- No Modelo 5, raciocínio no qual o papel da relação sexual é valorado de diferentes formas, encontramos apenas 7 sujeitos do total entrevistado, dentre os quais 6 deles pertenciam ao grupo de estudantes e apenas 1 ao grupo adventista.

Para complementar os dados da Tabela 3 e facilitar a compreensão dos resultados obtidos, bem como nossa análise, apresentaremos a distribuição das respostas à Questão 01 nos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos dentro dos 4 grupos entrevistados. No gráfico a seguir, cada uma das barras corresponde a um dos grupos de sujeitos que compuseram a investigação, enquanto os modelos organizadores aplicados são representados pelas cores diferentes:

Gráfico 2: Distribuição dos modelos organizadores aplicados nos diferentes grupos entrevistados na Questão 01



Uma leitura cuidadosa destes dados permite-nos verificar que:

- A maioria dos sujeitos do grupo católico (18 sujeitos ou 72%) aplicou o Modelo 1, associando ao papel da relação sexual os princípios religiosos tradicionais. Dentre os restantes, 3 deles afirmaram que a relação sexual une o casal, e 4 deles consideraram a relação sexual como complementar ao relacionamento do casal.
- O grupo adventista é o único no qual são contemplados todos os 5 modelos organizadores encontrados. Entretanto, a grande parte dos sujeitos (12 deles ou 48%) aplicou o Modelo 1.
- Dentre os 25 sujeitos do grupo espírita, 11 deles (44%) aplicaram o Modelo 4, no qual a relação sexual é vista como complemento. Do restante, 7 sujeitos

aplicaram o Modelo 3 (união) e 7 deles o Modelo 1 (princípios religiosos tradicionais).

- No grupo de estudantes não houve nenhum sujeito que aplicou o Modelo 1 (relação sexual pautada em princípios religiosos tradicionais). Quanto à distribuição dos demais modelos, 5 sujeitos aplicaram o Modelo 2; 9 deles o Modelo 3; 5 utilizaram o Modelo 4 e 6 sujeitos organizaram suas respostas em torno do Modelo 5.

A distribuição dos modelos organizadores aplicados pelo grupo católico reflete uma grande influência dos princípios desta religião embasando as respostas dos sujeitos, uma vez que 18 deles (72%) aplicaram em suas respostas o raciocínio do Modelo 1, fundamentado em elementos como Deus, casamento e procriação. Conforme vimos no Capítulo IV, estes elementos estão fortemente relacionados ao Catolicismo, no que diz respeito ao tema da sexualidade, de forma que podemos afirmar que, dentro deste grupo, grande foi a influência das crenças religiosas na organização do pensamento dos sujeitos.

No grupo adventista, embora os sujeitos estejam distribuídos em todos os modelos organizadores encontrados, também é possível notar uma quantidade significativa de sujeitos (12 deles ou 48%) aplicando o Modelo 1. Esta quantidade corresponde a menos da metade deste grupo, mas já evidencia uma influência das crenças religiosas na organização do pensamento dos sujeitos ao responderem à Questão 01, uma vez que, ao abordar o tema da sexualidade, a doutrina adventista o faz através dos princípios religiosos tradicionais, sobretudo colocando o casamento como condição para o ato sexual.

Dentre os espíritas, a utilização do Modelo 1 foi bem menor do que nos demais grupos religiosos, correspondendo a 7 sujeitos (28%). Conforme posto anteriormente, quando abordamos os significados associados à sexualidade dentro do Espiritismo, esta doutrina agrega princípios diferentes dos tradicionais, o que, do nosso ponto de vista, contribuiu para que os sujeitos deste grupo

recorressem a outros modelos organizadores, diferentes do Modelo 1, para fundamentar suas respostas à primeira questão.

Em contrapartida, ao analisarmos o grupo de estudantes, não houve nenhum sujeito que aplicou o Modelo 1. Pensamos que este é um aspecto que precisa ser ressaltado, pois a parcela de sujeitos que declarou “não ter religião” correspondia a menos da metade deste grupo. Na realidade, 16 deles (64%) declararam crer em alguma religião (Católica, Cristã, Batista, Espírita), e, ainda assim, em nenhuma das respostas à Questão 01 encontramos qualquer referência aos princípios religiosos tradicionais.

Considerando os objetivos de nossa investigação, os dados aqui analisados levam-nos a tecer algumas considerações importantes. Como descrito ao longo de nossa metodologia de pesquisa, os diferentes grupos foram entrevistados em seu próprio espaço religioso, e, no caso dos estudantes, em espaço público, da própria Universidade. Assim, partimos do princípio de que as crenças estão relacionadas ao grupo ao qual o sujeito se vincula, influenciando o modo de ser, pensar e agir deste grupo (Macedo, 1989; Krüger, 1993). Desta maneira, nossa intenção foi a de garantir que cada sujeito estivesse em contato com os demais membros e também com o meio que os caracterizava como católicos, adventistas, espíritas ou universitários. Com esta estratégia podemos dizer que, enquanto a influência das crenças religiosas no grupo universitário era a mínima possível, nos demais grupos tais crenças estavam de uma certa forma referenciadas, ainda que implicitamente.

Diante desta perspectiva, ao colocarmos os sujeitos junto ao seu grupo e espaço religioso, isto é, próximo à sua “cultura religiosa”, pensamos estar contribuindo para que suas crenças religiosas, enquanto fator vinculado a uma dimensão sociocultural e atuante na dinâmica do sujeito psicológico (Araújo, 1999; 2003; 2004), passem a influenciar mais fortemente, naquele contexto, as respostas dos sujeitos entrevistados.

Sendo assim, quando analisamos a influência das crenças religiosas nos modelos organizadores aplicados por cada grupo de sujeitos, nossos dados revelam que tal influência de fato existe, mesmo quando as crenças religiosas não

estão claramente mencionadas. Este fato demonstra que, para representar e explicar as situações e fenômenos ao seu redor, os sujeitos efetivamente incorporam, nos modelos organizadores elaborados, elementos provenientes da cultura – representados no presente estudo pelas crenças religiosas.

Em nosso caso, é preciso apenas ressaltar que a influência das crenças religiosas na organização do pensamento dos sujeitos diante da Questão 01 não se fez com a mesma intensidade se compararmos os diferentes grupos entrevistados. Basta atentarmos, por exemplo, à quantidade de sujeitos que aplicaram o Modelo 1 em suas respostas dentro dos 3 grupos religiosos: enquanto no grupo católico essa quantidade corresponde a 72% dos sujeitos, no grupo adventista a porcentagem cai para 48% e, dentre os espíritas, equivale a 28%. Este aspecto, contudo, será melhor analisado posteriormente.

Os resultados obtidos também sugerem que as crenças estão de fato relacionadas ao meio cultural e social do qual o sujeito participa, pois a influência que exercem na organização do pensamento parece ser significativamente maior quando o sujeito encontra-se em seu meio e junto ao seu grupo religioso.

Isso ajuda a explicar – quando comparamos os sujeitos dos grupos religiosos e aqueles do grupo de estudantes que declararam possuir alguma religião – o motivo pelo qual sujeitos de uma mesma religião, situados em grupos distintamente constituídos, passam a aplicar raciocínios diferentes. Ou seja, é possível que os mesmos sujeitos, pertencentes aos grupos religiosos, caso fossem entrevistados em um espaço diferenciado, ou mesmo individualmente, apresentassem respostas organizadas em torno de um outro tipo de raciocínio.

Antes de avançarmos, entretanto, algumas considerações precisam ser feitas a respeito das comparações que fazemos entre os grupos religiosos e o grupo de estudantes. Em primeiro lugar, é preciso dizer que a quantidade de sujeitos do sexo masculino e feminino não foi a mesma dentro de cada um dos grupos entrevistados. Enquanto que nos grupos católico e adventista esta distribuição aparece de maneira mais equilibrada (sendo 13 mulheres e 12 homens católicos, e 14 mulheres e 11 homens adventistas), nos grupos dos espíritas e dos estudantes, há uma quantidade mais significativa de sujeitos do

sexo feminino (17 mulheres e 8 homens espíritas, e 18 mulheres e 7 homens no grupo de estudantes).

Um segundo ponto importante a se considerar diz respeito ao vínculo que cada um dos sujeitos (ou grupo de sujeitos) estabelecia para com sua religião. Psicologicamente, este vínculo está relacionado à forma como os aspectos culturais, mais especificamente as crenças, são apreendidos pelos sujeitos, e foi abordado anteriormente no Capítulo II, quando discutimos acerca da definição de crenças e também da relação entre o indivíduo e a cultura (Krüger, 1993; Martins & Branco, 2001; Morin, 2002b).

Neste sentido, levando em conta as relações entre o indivíduo e a cultura, as crenças – enquanto aspecto cultural – são internalizadas pelo sujeito através de um processo de transmissão bidirecional da cultura (Martins & Branco, 2001; Valsiner, 2003), sob a influência de diversos fatores, como aqueles relacionados à *motivação* (Krüger, 1993; Martins & Branco, 2001) investida pelo sujeito neste processo de internalização e também na conservação da crença.

Assim sendo, tomando por base os grupos religiosos, fomos em busca de sujeitos que de fato mantinham constante contato com sua cultura religiosa, com as crenças e rituais a ela vinculados, à medida que procuramos formar os grupos por pessoas que freqüentavam os espaços religiosos. Isto já não ocorreu com os estudantes, de forma que não temos garantia de que o sujeito que declarou vincular-se a alguma religião tenha, em sua individualidade, o mesmo vínculo com suas crenças religiosas, a mesma *motivação* a elas relacionada.

Por fim, um importante fator que devemos levar em consideração ao mencionarmos os estudantes diz respeito à média de idade da amostra, dentro de cada grupo. Por ser constituído de estudantes universitários, pelas razões já destacadas anteriormente, verificamos, no grupo de estudantes, uma média de idade um pouco mais baixa do que nos demais grupos. Enquanto que, dentre os três grupos religiosos, há uma pequena variação na média de idade dos sujeitos entrevistados (católicos: 29,4 anos; adventistas: 28,3 anos; espíritas: 30,9 anos), o grupo de estudantes compõe-se primordialmente por sujeitos entre 20 e 30 anos

(21 dos 25 entrevistados, ou 84%), conferindo a este grupo uma média de idade mais baixa: 24,9 anos.

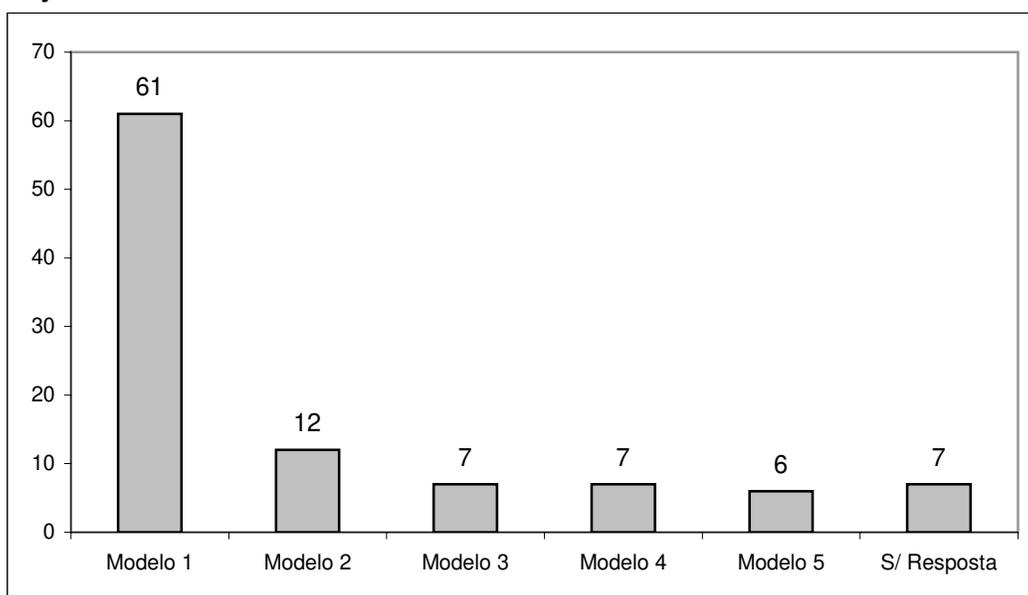
Pensando que o contexto cultural – que certamente se modifica no decorrer dos anos, e igualmente nas diferentes fases da vida de um indivíduo – constitui-se enquanto uma variável de bastante relevância em nosso estudo, a diferença de idade que verificamos faz com que todas as observações comparativas entre o grupo de estudantes e os demais grupos sejam feitas não antes de uma certa dose de reserva.

Realizadas todas estas considerações e dando agora continuidade à análise dos dados da presente pesquisa, passaremos aos resultados da Questão 05.

2.1.2. Análise dos resultados da Questão 05

O Gráfico 3, exposto abaixo, apresenta a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos em suas respostas à Questão 05, considerando a totalidade da amostra:

Gráfico 3: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na Questão 05



Os modelos organizadores encontrados nas respostas a esta questão, bem como a frequência dos sujeitos em cada um deles, estão abaixo relacionados:

Modelo 1: relação sexual fundamentada em princípios religiosos tradicionais – 61 sujeitos (61%);

Modelo 2: relação sexual exige responsabilidade – 12 sujeitos (12%);

Modelo 3: relação sexual une e aproxima o casal – 7 sujeitos (7%);

Modelo 4: relação sexual como complemento do relacionamento – 7 sujeitos (7%);

Modelo 5: postura religiosa insuficiente para explicar papel da relação sexual – 6 sujeitos (6%);

Sem resposta: 7 sujeitos (7%).

Os dados apresentados permitem afirmar que na Questão 05, a partir da qual os sujeitos foram levados a pensar no papel da relação sexual embasados por suas crenças religiosas, 61% dos sujeitos utilizaram em suas respostas elementos que remetem a princípios religiosos tradicionais, como Deus, casamento, procriação. O restante (39%) ficou distribuído quase que igualmente nos outros quatro modelos encontrados, além do pequeno grupo de sujeitos que não respondeu à questão.

Podemos perceber, assim sendo, uma grande disparidade entre a quantidade de sujeitos que aplicou o Modelo 1 e a quantidade de sujeitos que aplicou os demais modelos utilizados nas respostas à Questão 05. De fato, podemos dizer que esta diferença deve-se à própria natureza da questão (*Questão 05: “Para sua religião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”*), a qual levava explicitamente os sujeitos a elaborarem a resposta a partir da postura religiosa.

Entretanto, acreditamos que uma análise mais atenta dos resultados, observando-se as relações entre os modelos organizadores aplicados e os diferentes grupos entrevistados, certamente nos trará mais elementos para

aprofundamos em nossas investigações, a fim de atendermos aos objetivos de nossa pesquisa.

Assim sendo, apresentamos a seguir uma tabela contendo a distribuição dos modelos organizadores aplicados na Questão 05 pelos sujeitos dos diferentes grupos que compõem nossa investigação.

Tabela 4: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos dos diferentes grupos entrevistados na Questão 05

Modelos Grupos	Modelo 1				Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	S/ resp.	Total
	1A	1B	1C	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	
Católicos	9	4	10	23	0	1	1	0	0	25
Adventistas	3	15	4	22	0	3	0	0	0	25
Espíritas	0	1	8	9	10	2	4	0	0	25
Estudantes	1	2	4	7	2	1	2	6	7	25
Total	13	22	26	61	12	7	7	6	7	100

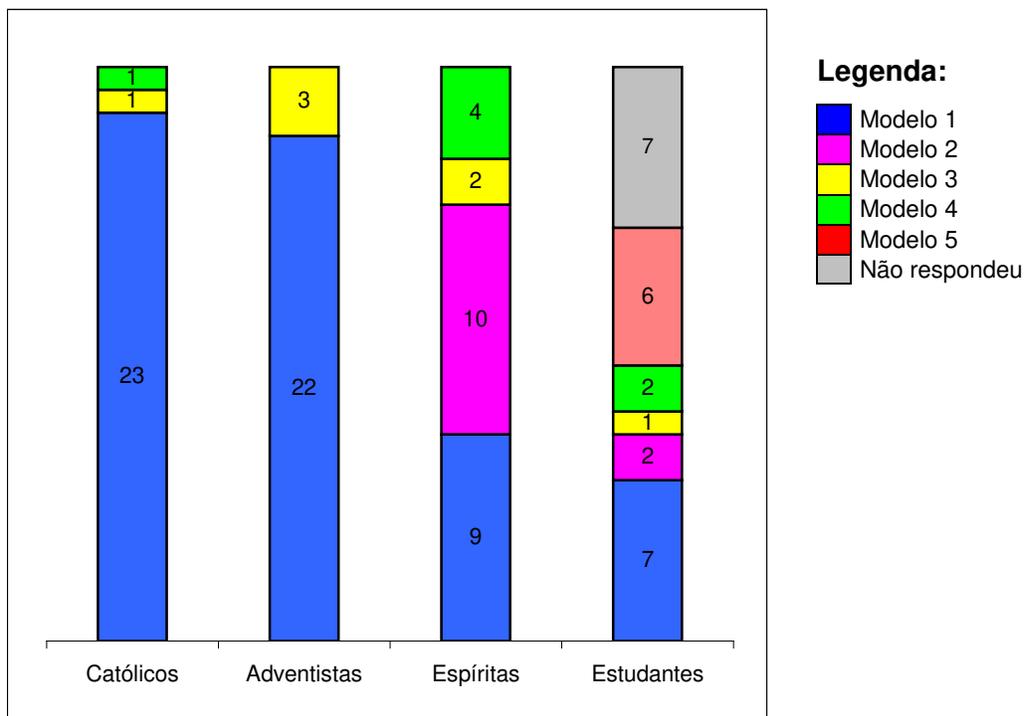
Ao observarmos a tabela que acabamos de apresentar, verificamos que:

- Dos 61 sujeitos que aplicaram o Modelo 1, no qual a relação sexual é encarada a partir de princípios religiosos tradicionais, 23 deles (37,7%) pertenciam ao grupo católico, 22 (36,1%) ao grupo adventista, 9 (14,7%) ao grupo espírita e 7 (11,5%) sujeitos do grupo de estudantes. Assim, vemos que, neste modelo, há uma grande parcela de sujeitos dos grupos católico e adventista, enquanto que a quantidade de sujeitos do grupo espírita e do grupo de estudantes é bem menor.
- Dentre os 12 sujeitos que consideraram que a relação sexual exige responsabilidade, raciocínio empregado no Modelo 2, encontramos 10 deles (83,3%) no grupo espírita e apenas 2 (16,7%) no grupo de estudantes. Este modelo não foi aplicado por sujeitos dos grupos católico e adventista.

- Na distribuição do Modelo 3, de acordo com o qual a relação sexual é fator de união e aproximação do casal, encontramos sujeitos de todos os grupos entrevistados. Entretanto, apenas 7 sujeitos do total de entrevistados utilizaram-se deste raciocínio, sendo 1 católico, 3 adventistas, 2 espíritas e 1 estudante.
- No Modelo 4 a relação sexual é vista como um complemento do relacionamento entre o casal, e foi aplicado por 7 sujeitos. Deste total, apenas 1 pertencia ao grupo católico, 4 ao grupo espírita e 2 ao grupo de estudantes. Não houve nenhum sujeito do grupo adventista que utilizou este raciocínio.
- O Modelo 5 foi aplicado apenas por sujeitos do grupo de estudantes. De acordo com este modelo, o papel da relação sexual fica restrito se visto apenas sob a ótica da postura religiosa, a qual é tida como ortodoxa e antiquada.
- Os 7 sujeitos que não responderam à Questão 05, por alegarem não seguir nenhuma religião, pertenciam ao grupo de estudantes.

Organizando os dados apresentados na Tabela 4 em um gráfico, com o propósito de verificarmos a distribuição dos modelos organizadores aplicados na Questão 05 dentro dos quatro grupos entrevistados, obtemos o Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4: Distribuição dos modelos organizadores aplicados nos diferentes grupos entrevistados na Questão 05



Em síntese, podemos dizer que:

- Quase a totalidade do grupo católico (23 sujeitos, ou 92%) fundamentou suas respostas em princípios religiosos tradicionais, aplicando o Modelo 1. Apenas 2 sujeitos utilizaram modelos diferentes: um deles (4%) aplicou o Modelo 3 (relação sexual enquanto fator de união do casal) e o outro (4%) empregou o raciocínio do Modelo 4 (relação sexual como complemento do relacionamento).
- A grande maioria do grupo de adventistas (22 sujeitos, ou 88%), assim como os católicos, aplicou o Modelo 1. O restante, 3 sujeitos (12%), utilizou o Modelo 3 (relação sexual desempenhando o papel de unir e aproximar o casal).
- Dos 25 sujeitos do grupo de espíritas, encontramos 9 deles (36%) embasando suas respostas em princípios religiosos tradicionais, com o Modelo 1. Já outros 10 sujeitos (40%) aplicaram o Modelo 2, que considera que a relação sexual

exige

responsabilidade. Apenas 2 (8%) seguiram o raciocínio do Modelo 3 e os 4 restantes (16%) aplicaram o Modelo 4.

- No grupo de estudantes verificamos contemplados todos os modelos organizadores encontrados nas respostas à Questão 05. Dos 25 sujeitos, 7 (28%) basearam suas respostas no Modelo 1; 2 (8%) no Modelo 2; 1 (4%) no Modelo 3; 2 (8%) no Modelo 4; 6 (24%) no Modelo 5 e o restante (7 sujeitos, ou 28%) não respondeu à questão.

Considerando os três grupos religiosos entrevistados, podemos verificar uma forte presença das crenças religiosas nos elementos que embasam a maior parte das respostas dos sujeitos à Questão 05. No caso dos católicos e dos adventistas, isso fica claro ao verificarmos que a grande maioria dos sujeitos aplicou o Modelo 1, fundamentado em princípios religiosos tradicionais (Deus, casamento, procriação). Conforme vimos anteriormente, isto é de fato coerente com a forma como estas religiões abordam a questão da sexualidade.

No grupo espírita, encontramos 9 sujeitos aplicando o Modelo 1 e 10 deles utilizando o raciocínio do Modelo 2. Este último modelo associa à relação sexual a necessidade de *responsabilidade*, e tal elemento remete-nos aos princípios da doutrina Espírita. De acordo com o que colocamos no Capítulo IV a respeito do Espiritismo, a relação sexual é encarada, nesta religião, como um ato de grande importância, que traz conseqüências e que exige sobretudo responsabilidade do casal envolvido (Toledo, 2003; Xavier, 1986). Assim, podemos afirmar que os sujeitos do grupo espírita que aplicaram o raciocínio do Modelo 2 – assim como aqueles que aplicaram o Modelo 1 – organizaram suas respostas alicerçados por suas crenças religiosas.

Diante de tais dados, verificamos na Questão 05 uma grande influência das crenças nos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos entrevistados. Como dito há pouco, esta era de fato uma das intenções de tal questão, que solicitava do sujeito a postura própria de sua religião na construção de sua resposta: “*Para sua*

religião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”.

No caso do grupo de estudantes, podemos identificar uma parcela de 7 sujeitos (28%) que utilizou o Modelo 1, embasando suas respostas em princípios religiosos tradicionais. Em contrapartida, verificamos também que 6 deles (24%) aplicaram o Modelo 5, presente apenas no grupo de estudantes, de acordo com o qual a postura religiosa é encarada como antiquada para explicar o papel da relação sexual no relacionamento de um casal. Neste último caso, embora na amostra da investigação tais sujeitos pertencessem ao grupo de estudantes, 5 dos 6 que aplicaram este Modelo 5 declararam vincular-se à religião Católica. Neste sentido, julgamos que exista também uma influência das crenças religiosas na organização do pensamento dos sujeitos que aplicaram o Modelo 5, mas que ocorre em uma direção diferente daquela presente no Modelo 1.

Pensamos que as considerações de Martins & Branco (2001), às quais recorreremos em capítulo anterior ao abordarmos as relações entre os aspectos da cultura e o indivíduo, ajudam-nos a compreender este fato. Os autores partem do princípio de que a cultura influencia o indivíduo, orientando suas expectativas e comportamentos, à medida que este, ao entrar em contato com os diferentes aspectos culturais, passa a internalizá-los. Entretanto, *“Em função de aspectos motivacionais próprios, o indivíduo pode se opor de forma mais ou menos intensa às orientações apontadas pelas sugestões sociais, dando origem à singularidade de sua constituição subjetiva (...).”* (Martins & Branco, 2001).

Isto significa que nem todos os aspectos culturais são internalizados por todos os sujeitos da mesma maneira, uma vez que o processo de internalização é mediado por aspectos subjetivos, e que a cultura não imprime sua marca no indivíduo de forma unilateral e determinada. Essas colocações são coerentes com o que encontramos em nossos dados, pois uma mesma “cultura religiosa” deu origem a crenças diferentes, orientando o pensamento dos sujeitos entrevistados em direções praticamente opostas.

Concluindo, desta forma, a análise da primeira pergunta que compõe nossa investigação, temos que os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos diante de temáticas de sexualidade refletem sem dúvida a influência exercida pelas crenças religiosas, mesmo dentro de um contexto em que a referência a tais crenças esteja implícita.

Isto nos faz concluir que os sujeitos de fato incorporam elementos vinculados às suas crenças na forma de pensar e de se posicionar diante das situações cotidianas, o que indica que, de uma maneira geral, os aspectos culturais são internalizados pelos indivíduos a ponto de influenciarem a organização de seu pensamento.

Entretanto, nossos dados demonstram que as crenças podem não ser incorporadas da mesma maneira por todos os indivíduos da sociedade, pois, como vimos, os elementos relativos a uma mesma cultura religiosa implicaram raciocínios bastante diferentes (representados em nosso caso pelos Modelos 1 e 5 da Questão 05). Assim sendo, na relação entre o indivíduo e a cultura, outros aspectos subjetivos (ex: sentimentos, valores, conhecimentos e até mesmo outras crenças, vinculados ao sujeito) parecem atuar na forma como os sujeitos incorporam os elementos culturais, de modo que a influência que estes exercem no pensamento relaciona-se também ao processo de internalização de tais elementos pelo indivíduo.

Os resultados anunciam também que a organização do pensamento pode variar de acordo com o contexto social, isto é, de acordo com o meio e o grupo no qual o sujeito se encontra, uma vez que a influência das crenças parece ter sido mais acentuada no caso dos sujeitos que se encontravam em seu meio e junto a seu grupo religioso.

2.2. De que maneira a crença religiosa de uma pessoa influencia a organização de seu pensamento sobre temáticas de sexualidade?

Nossa intenção agora será a de atender à segunda pergunta de nosso problema de pesquisa, investigando em que medida as crenças religiosas

influenciam a organização do pensamento de um sujeito, levando-o a manter ou alterar seu raciocínio diante de temáticas de sexualidade.

Para responder a tal pergunta, analisaremos os modelos organizadores aplicados nas questões 01 e 05 apresentadas, comparando as respostas dadas por um mesmo sujeito às duas questões e verificando se e de que forma a organização de seu pensamento se modifica.

A fim de facilitar a compreensão da análise deste item, optamos por apresentá-la em duas etapas. Na primeira etapa, compararemos a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos, analisando como um todo os resultados das duas questões consideradas e buscando estabelecer as relações entre elas.

Mais adiante, partiremos propriamente para uma análise de nível intrapessoal, no intuito de demonstrar as variações e constâncias no raciocínio utilizado por um mesmo sujeito diante das duas questões, e de que forma tais dados relacionam-se às crenças religiosas.

2.2.1. Análise dos resultados das duas questões consideradas

Para verificarmos de que maneira a crença de uma pessoa influencia seu raciocínio diante de temáticas de sexualidade, avaliaremos agora os resultados referentes ao total das duas questões consideradas (questões 01 e 05). Nosso objetivo aqui será estabelecer as relações entre os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos de nossa amostra, verificando, de uma maneira geral, se há ou não variações na distribuição dos modelos organizadores encontrados nas duas questões.

Tais questões eram bastante semelhantes, uma vez que ambas versavam sobre o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher. A diferença entre elas residia no fato de que a primeira levava em conta a opinião do próprio sujeito (*Questão 01: “Na sua opinião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”*), enquanto a outra considerava a postura da religião (ou grupo) à qual este se vincula (*Questão 05:*

“Para sua religião, qual o papel da relação sexual no relacionamento entre um homem e uma mulher?”).

Embora diferentes, pudemos encontrar algumas semelhanças nos princípios que caracterizavam os modelos organizadores de ambas. Assim, estabelecendo as correspondências e divergências entre os modelos organizadores das questões 01 e 05, e a fim de possibilitar uma análise comparativa entre as mesmas, podemos dizer que:

- O Modelo 1 encontrado na Questão 01 é análogo ao Modelo 1 encontrado na Questão 05, pois ambos consistem em considerar o papel da relação sexual fundamentado em princípios religiosos tradicionais. Assim, podemos dizer que os sujeitos que responderam a ambas as questões de acordo com o Modelo 1, mantiveram uma coerência de raciocínio em suas respostas.
- O Modelo 3 da Questão 01 possui o mesmo princípio do Modelo 3 da Questão 05. De acordo com este raciocínio, a relação sexual tem o papel de unir e aproximar o casal, de modo que os sujeitos que aplicaram o Modelo 3 em ambas as respostas dadas, mantiveram a coerência do raciocínio utilizado.
- O Modelo 4 da Questão 01 é semelhante ao Modelo 4 da Questão 05, pois em ambos a relação sexual é considerada como um fator que complementa a relação do casal, não sendo tudo em um relacionamento. Os sujeitos que responderam a ambas as questões de acordo com o Modelo 4, portanto, mantiveram o mesmo raciocínio em suas respostas.
- O Modelo 2 da Questão 01 e o Modelo 2 da Questão 05 são diferentes entre si. No primeiro caso, a relação sexual é vista como fator que vai definir o relacionamento do casal, enquanto que na Questão 05 o Modelo 2 corresponde ao raciocínio que associa à relação sexual a necessidade de responsabilidade.

- O Modelo 5 da Questão 01 não corresponde ao raciocínio que embasa o Modelo 5 da Questão 05. Enquanto um deles encara a relação sexual como sendo valorada de diferentes formas, o outro considera que a postura religiosa é insuficiente para explicar o papel da relação sexual.

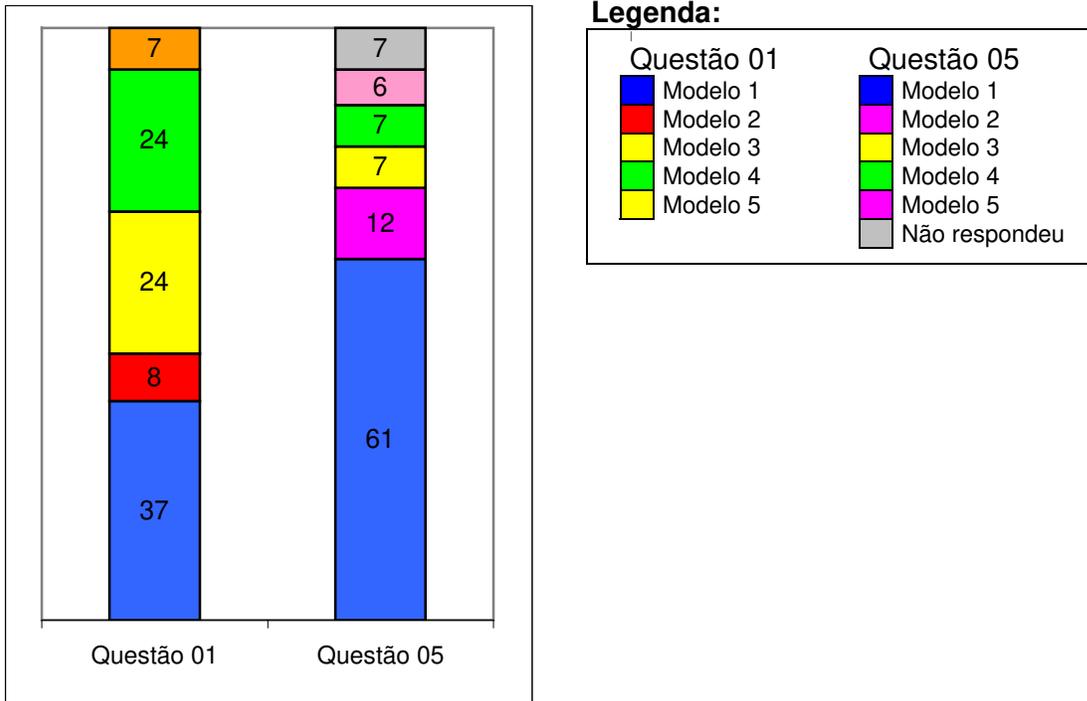
Diante disso, comparando-se os modelos organizadores encontrados nas questões 01 e 05, temos que os raciocínios que embasam os Modelos 1, 3 e 4 da primeira questão correspondem respectivamente aos Modelos 1, 3 e 4 da Questão 05, enquanto que os Modelos 2 e 5 de ambas as questões são diferentes entre si.

Estabelecidas as semelhanças e diferenças entre os modelos organizadores encontrados em nossa investigação, podemos agora comparar as respostas dadas pelos sujeitos nas duas questões consideradas. Inicialmente, consideraremos a amostra como um todo, ou seja, o total dos 100 sujeitos entrevistados. Em seguida, analisaremos os resultados obtidos levando-se em conta os diferentes grupos entrevistados.

2.2.1.1. Comparação sobre o total da amostra

No gráfico a seguir, encontramos a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos nas duas questões consideradas, o que nos possibilita comparar o tipo de raciocínio utilizado pela amostra entrevistada, bem como a frequência com que o fizeram. Cada uma das barras do gráfico corresponde a uma das questões analisadas, e os modelos organizadores foram representados por cores diferentes, sendo que, como mostra a legenda, os modelos análogos entre si foram representados pela mesma cor.

Gráfico 5: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos nas questões 01 e 05



No gráfico acima, podemos verificar que:

- Em cada uma das questões consideradas, encontramos as respostas dos sujeitos categorizadas em 5 modelos organizadores diferentes, sendo que, entre as questões 01 e 05, 3 deles repetem-se (caso dos modelos 1, 3 e 4 da Questão 01, que correspondem respectivamente aos modelos 1, 3 e 4 da Questão 05).

- Na passagem da Questão 01 para a Questão 05, a utilização do Modelo 1, fundamentado em princípios religiosos tradicionais aumentou de 37 para 61 sujeitos.
- Na Questão 01, 24 sujeitos organizaram suas respostas de acordo com o raciocínio do Modelo 3 (relação sexual trazendo união ao casal), enquanto que na Questão 05 este número cai para 7 sujeitos. O mesmo ocorre com o Modelo 4 (relação sexual vista como complemento do relacionamento).

Enfocando em princípio a Questão 05, notamos que a maioria dos sujeitos embasa suas respostas em princípios religiosos tradicionais (61 sujeitos aplicando o Modelo 1). Isso sem levarmos em conta os sujeitos do grupo espírita que aplicaram o Modelo 2 desta questão, cujo princípio, como discutido anteriormente, é coerente àqueles pregados pelo Espiritismo. Já ao se posicionarem diante da Questão 01, apenas uma parcela de 37 sujeitos fez alusão aos elementos religiosos tradicionais. Esta quantidade representa menos de 50% da amostra, mas evidencia, por um lado, que efetivamente as crenças religiosas influenciam a organização do pensamento dos sujeitos. Isso porque, se na Questão 05 os sujeitos foram levados, pela própria pergunta, a embasarem suas respostas na postura de sua religião, na primeira questão aqueles que assim o fizeram foram certamente influenciados por suas crenças, já que a religião em si não estava referenciada na pergunta realizada.

Por outro lado, a distribuição dos modelos organizadores aplicados na Questão 01 demonstra que a maioria dos sujeitos, ao darem sua opinião pessoal, não recorre explicitamente a elementos religiosos, o que nos leva a considerar que a influência das crenças na organização do pensamento não é determinante e não se dá com a mesma intensidade em contextos diferentes.

Ademais, ao compararmos a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos nas questões 01 e 05, o que fica evidente é que, embora alguns dos modelos organizadores encontrados tenham sido semelhantes entre si,

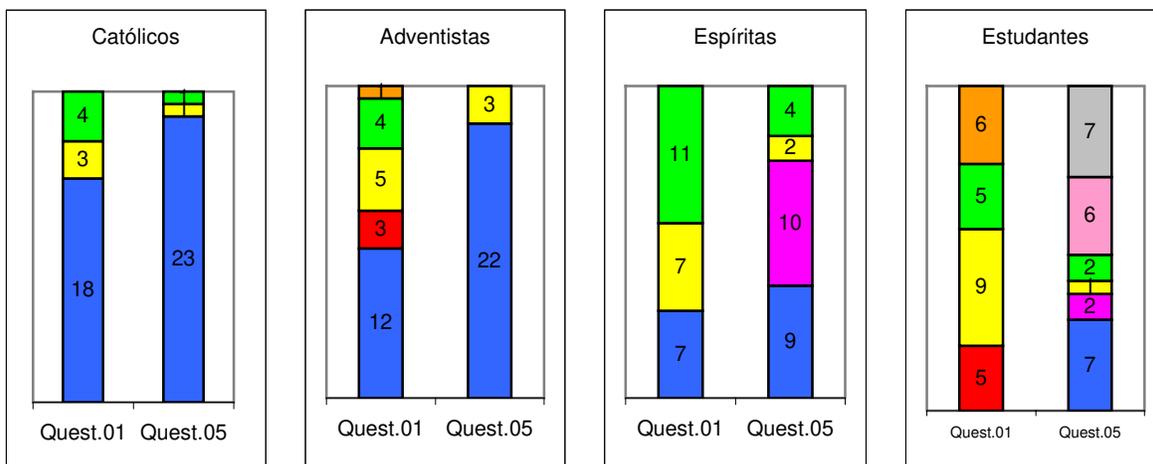
de uma maneira geral, a organização do pensamento da amostra entrevistada reflete uma grande mudança de raciocínio diante das situações apresentadas.

Ao mesmo tempo, se considerarmos a grande quantidade de sujeitos, 100 no total, bem como a diversidade de crenças religiosas às quais estes se vinculam, é interessante notar que as respostas dadas por toda a amostra em cada uma das questões puderam ser categorizadas em apenas cinco modelos organizadores diferentes. Contudo, antes de avançarmos mais nestas discussões, vejamos a análise do total das duas questões consideradas dentro dos diferentes grupos entrevistados.

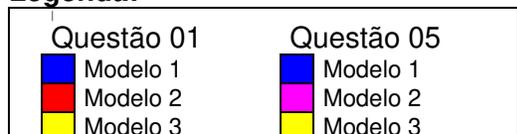
2.2.1.2. Comparação dentro dos diferentes grupos entrevistados

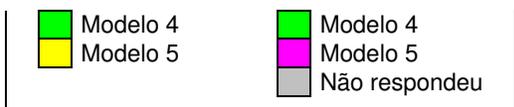
O Gráfico 6 a seguir é semelhante ao anterior, representando a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos nas questões 01 e 05, porém leva em conta os 4 grupos entrevistados em nossa investigação: católicos, adventistas, espíritas e estudantes.

Gráfico 6: Comparação entre a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos dos diferentes grupos nas questões 01 e 05.



Legenda:





Observemos atentamente os dados apresentados:

- Encontramos, na composição do grupo católico, tanto na Questão 01 quanto na Questão 05, uma grande quantidade de sujeitos que utilizou o Modelo 1, fazendo referência a elementos religiosos tradicionais. Ao observarmos o gráfico, notamos pouca alteração na distribuição das categorias de modelos aplicados em ambas as questões, o que nos leva a considerar que este é o grupo em que houve a menor variação dos sujeitos no tipo de raciocínio utilizado ao responderem às questões. Ou seja, é no grupo de católicos que encontramos, ao que parece, a maior porcentagem de sujeitos que se mantêm com o mesmo raciocínio nas questões 01 e 05. Este dado será melhor analisado e poderá ser confirmado mais adiante, quando discutiremos a variação intrapessoal dos modelos organizadores aplicados.
- No grupo de adventistas, podemos perceber que a quantidade de sujeitos que aplica o Modelo 1 na Questão 05 (22 sujeitos ou 88%) é quase o dobro de sujeitos que o fazem na Questão 01 (12 sujeitos ou 48%).
- Nas respostas do grupo espírita, encontramos pouca variação entre a quantidade de sujeitos que aplicam o Modelo 1 nas questões 01 e 05: de 7 para 9 sujeitos. Em contrapartida, é apenas na Questão 05 que os sujeitos passam a associar ao papel da relação sexual a necessidade da responsabilidade (Modelo 2 da Questão 05, aplicado por 10 sujeitos, e cujo raciocínio é coerente com a doutrina espírita).
- A análise das duas barras que correspondem à distribuição dos modelos organizadores aplicados pelo grupo de estudantes nas questões 01 e 05 faz-nos concluir que poucas são as semelhanças na composição das mesmas. Os únicos raciocínios que se mantêm são aqueles que associam ao papel da

relação sexual a união e o complemento (respectivamente os Modelos 3 e 4, em ambas as questões) e, ainda assim, na passagem da Questão 01 para a 05, há uma diminuição considerável dos sujeitos que os aplicam. Sendo assim, podemos verificar que as respostas dadas pelos integrantes do grupo de estudantes refletem uma grande multiplicidade de raciocínios empregados.

A comparação dos resultados obtidos nas questões 01 e 05 dentro dos quatro grupos entrevistados evidencia que, enquanto no grupo católico a distribuição de modelos organizadores apresenta pouca variação, nos demais grupos o que parece prevalecer é a mudança de raciocínio. Entretanto, pensamos que o próximo item, no qual analisaremos a variação intrapessoal dos modelos organizadores aplicados, proporcionará dados mais detalhados para que possamos prosseguir com nossa análise acerca da influência das crenças religiosas na organização do pensamento de um sujeito diante de temáticas de sexualidade.

2.2.2. Variação intrapessoal dos modelos organizadores aplicados

Na segunda parte da análise deste item, passaremos à apresentação dos dados relativos à variação intrapessoal dos modelos organizadores aplicados, isto é, verificaremos a frequência de sujeitos que mantiveram ou alteraram seu raciocínio ao responderem às questões 01 e 05.

2.2.2.1. Análise sobre o total da amostra

A Tabela 5, a seguir, considera a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos nas duas questões consideradas. Lembremos que, como já demonstrado no item anterior, os modelos 1, 3 e 4 encontrados na Questão 01 eram respectivamente análogos aos modelos 1, 3 e 4 da Questão 05, ao passo que os modelos 2 e 5 de ambas as questões baseavam-se em raciocínios diferentes entre si. Desta forma, na tabela abaixo, as frequências representadas

em vermelho correspondem aos sujeitos que mantiveram a coerência do raciocínio, ou seja, aplicaram modelos análogos em suas respostas às questões 01 e 05. Já as freqüências em azul representam os sujeitos que não responderam à Questão 05, por alegarem não possuir religião. Vejamos:

Tabela 5: Distribuição dos modelos organizadores utilizados nas questões 01 e 05

Questão 01	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	TOTAL
Questão 05						
Modelo 1	32	4	12	9	4	61
Modelo 2	1	0	4	7	0	12
Modelo 3	2	0	4	1	0	7
Modelo 4	2	2	0	3	0	7
Modelo 5	0	2	1	2	1	6
Não respondeu	0	0	3	2	2	7
TOTAL	37	8	24	24	7	100

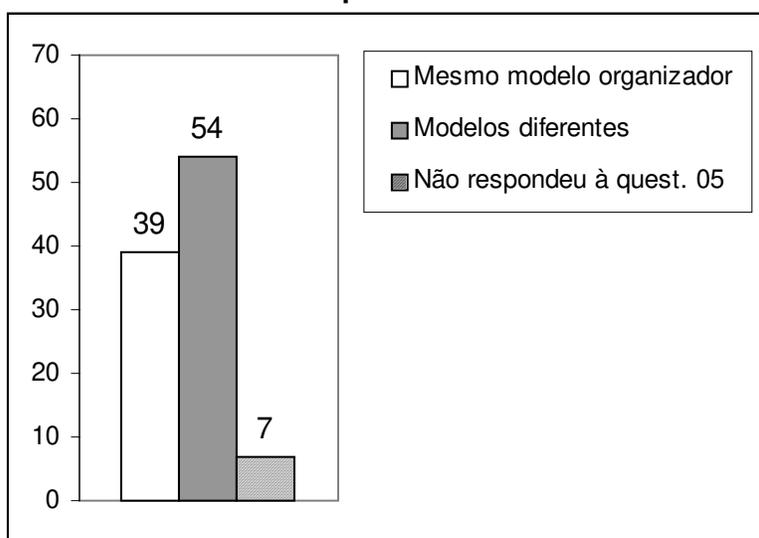
A leitura atenta da Tabela 5 permite-nos afirmar que:

- Representados em vermelho, encontramos 39 sujeitos (39%) que mantiveram, nas respostas às questões 01 e 05, o mesmo modelo organizador. Deste total, 32 deles o fizeram através do Modelo 1 (relação sexual vista através de princípios religiosos tradicionais), 4 permaneceram no Modelo 3 (relação sexual enquanto forma de união do casal) e 3 deles mantiveram, nas duas questões, o raciocínio próprio do Modelo 4 (relação sexual como complemento do relacionamento).
- 7 sujeitos (7%), representados pela cor azul, não responderam à Questão 05, afirmando não possuírem nenhuma religião. Na resposta à Questão 01, 3 deles aplicaram o Modelo 3, 2 sujeitos aplicaram o Modelo 4 e outros 2 sujeitos haviam aplicado o Modelo 5.
- Ao responderem às questões 01 e 05, o restante da amostra – que totaliza 54 sujeitos, ou 54% – alterou de alguma forma seu raciocínio. Dentre este total,

destacam-se, pela freqüência, 3 diferentes grupos: 12 sujeitos que aplicaram o Modelo 3 na Questão 01 e o Modelo 1 na Questão 05; 9 sujeitos que responderam de acordo com o Modelo 4 na Questão 01 e passaram a aplicar o Modelo 1 na Questão 05; e 7 sujeitos que aplicaram o Modelo 4 na primeira questão e o Modelo 2 na Questão 05.

Os dados da Tabela 5 podem ser sistematizados no gráfico a seguir:

Gráfico 7: Distribuição dos sujeitos que aplicaram o mesmo modelo organizador e modelos diferentes nas questões 01 e 05.



Nossos dados revelam que, analisando o total da amostra, embora 39 sujeitos tenham mantido o mesmo raciocínio nas duas questões apresentadas, a maioria dos sujeitos entrevistados (54%) alterou a forma como organizou seu pensamento diante das questões sobre sexualidade.

Considerando que a Questão 05 solicitava do sujeito a postura própria de sua religião – portanto, pautada em suas crenças religiosas –, e que a Questão 01 requisitava a opinião pessoal, temos que o fato de um sujeito ter mantido o mesmo raciocínio em ambas as respostas indica que as crenças religiosas influenciaram seu pensamento já na primeira questão. Assim, a coerência de raciocínio entre as respostas dadas às duas questões, que tratavam do mesmo conteúdo de

sexualidade, demonstra que as crenças religiosas influenciaram da mesma maneira a organização do pensamento dos sujeitos diante de ambas as questões.

Entretanto, conforme colocado, o que vemos em nossos dados é que a maior parte dos sujeitos modificou o raciocínio ao responderem primeiramente à Questão 01 e depois à 05. Dentre as mudanças nos modelos organizadores aplicados, comentaremos aqui 3 delas, que, a partir da observação dos dados da Tabela 5, fazem-se significativas à nossa análise, tanto pela frequência com que ocorreram quanto pela combinação de modelos aplicados. Vejamos:

12 sujeitos que aplicaram o Modelo 3 na Questão 01 e o Modelo 1 na Questão 05:

estes sujeitos, ao explicitarem sua opinião pessoal (Questão 01), afirmaram que a relação sexual tem o papel de unir um casal. Já quando questionados acerca da postura de sua religião (Questão 05), citaram, em suas respostas, elementos religiosos tradicionais, como Deus, casamento e procriação.

9 sujeitos que aplicaram o Modelo 4 na Questão 01 e o Modelo 1 na Questão 05:

estes sujeitos consideraram, em sua opinião pessoal (Questão 01), que a relação sexual complementa o relacionamento de um casal. Ao pensarem na postura de sua religião (Questão 05), passaram a fazer alusão a elementos religiosos tradicionais.

7 sujeitos que aplicaram o Modelo 4 na Questão 01 e o Modelo 2 na Questão 05:

na primeira questão, este grupo de sujeitos afirmou que a relação sexual atua como complemento de um relacionamento, ao passo que, na Questão 05, fizeram referência à responsabilidade como elemento necessário para o relacionamento sexual. Tal raciocínio, conforme já colocamos em discussão anterior, é coerente com o que prega o Espiritismo e, embora não estejamos analisando aqui os diferentes grupos entrevistados, é importante dizer que todos os sujeitos que aplicaram esta combinação pertenciam ao grupo de espíritas.

Os três blocos aqui evidenciados representam as variações de modelos mais utilizadas pelos sujeitos que alteraram seu raciocínio diante das questões 01 e 05. Totalizando em conjunto 28 sujeitos (28%), estas três combinações de modelos aplicados fazem parte de uma parcela de sujeitos que passaram a citar os elementos e significados relacionados às suas crenças religiosas apenas quando a religião esteve explicitamente presente na questão apresentada, ou seja, no caso da Questão 05. Ao responderem à primeira questão, portanto, tais sujeitos apóiam-se em elementos que não fazem alusão explícita à religião para explicarem sua opinião pessoal sobre o papel da relação sexual.

Isso nos mostra que, de uma maneira geral, diante de temáticas de sexualidade, as crenças religiosas não influenciaram da mesma maneira o pensamento do sujeito a ponto de este manter seu raciocínio nas duas questões apresentadas. Muitos dos sujeitos passaram a aplicar modelos que explicitam elementos religiosos apenas nas respostas à Questão 05, levados pelo contexto da própria pergunta realizada, que solicitava a postura da religião.

Estes dados, em nossa opinião, anunciam um enfraquecimento de nossa hipótese de que as crenças influenciam a organização do pensamento humano. Embora tal influência exista, os resultados que obtivemos sugerem a incidência de outros fatores, que atuam simultaneamente no funcionamento do sujeito. Dentre tais fatores, levando em conta o conteúdo que aqui abordamos (a sexualidade), podemos citar, por exemplo, os valores do sujeito, suas experiências pessoais e os sentimentos a elas relacionados, a influência do contexto familiar, a própria relação com a religião, e outros. Tudo isso, do nosso ponto de vista, pode ter contribuído para diminuir o grau de influência das crenças religiosas no posicionamento dos sujeitos entrevistados diante das temáticas de sexualidade, levando os mesmos, de uma maneira geral, a alterarem seu raciocínio.

Isso parece ser coerente com a perspectiva de complexidade e com nossa compreensão de funcionamento do sujeito psicológico, abordada no Capítulo III, segundo a qual encaramos o sujeito em sua totalidade, e seu funcionamento como

resultado da dinâmica entre diferentes dimensões que o constituem: cognitiva, afetiva, biológica e sociocultural.

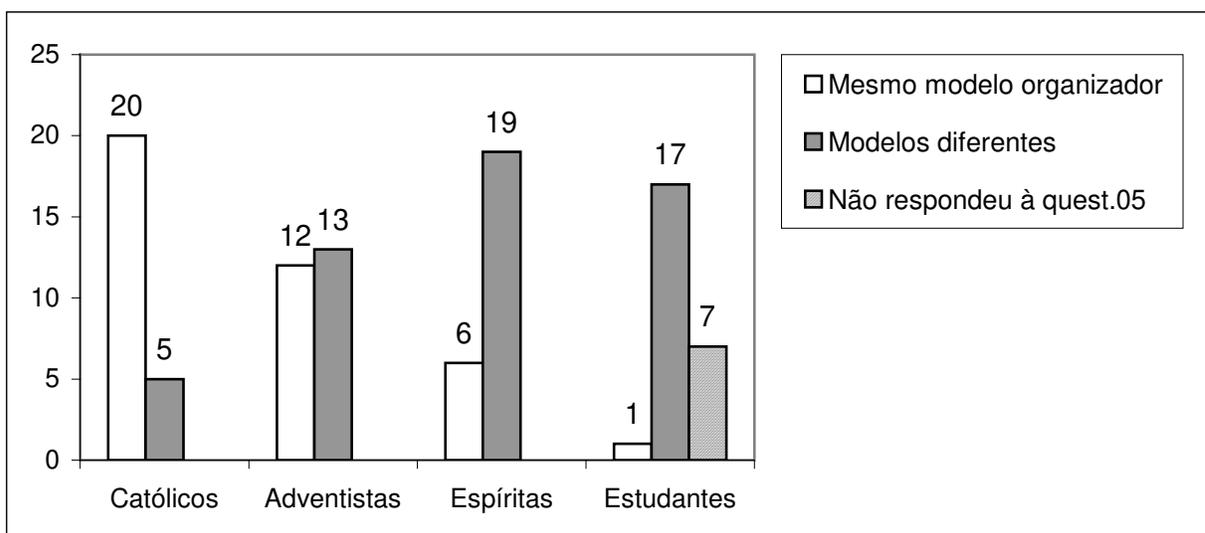
Conforme apresentamos, à luz de autores como Araújo (1999; 2003; 2004) e Morin (2002a), o ser humano deve ser encarado como um *sistema*, composto por diferentes partes (as quatro dimensões citadas) que se *inter-relacionam*, e dotado de uma certa *organização*, a qual, segundo Morin (2002a), envolve não apenas a ordem, mas simultaneamente a não-determinação e a incerteza. Assim temos que o funcionamento psíquico envolve um certo grau de regularidade, de previsibilidade, mas abarca, ao mesmo tempo, o inesperado, o aleatório, as não-regularidades.

Portanto, para explicarmos os dados da presente pesquisa, partimos do princípio de que a influência exercida pelas crenças na organização do pensamento humano, embora reflita uma certa regularidade, não pode ser vista como certa e previsível. Outros fatores, como os que citamos há pouco, influenciam, simultaneamente às crenças, o funcionamento psíquico e a organização do pensamento. Ou seja, se queremos considerar a influência das crenças na organização do pensamento dos sujeitos, temos de fazê-lo levando em conta que esta não é determinante na elaboração do raciocínio dos seres humanos, e que tal influência, a qual pode variar de acordo com os diferentes contextos, ocorre em meio a uma infinidade de outros fatores, conduzindo, em conjunto, os pensamentos, sentimentos e ações de um mesmo sujeito.

2.2.2.2. Análise dentro dos diferentes grupos entrevistados

A seguir, o Gráfico 8 contém a frequência de sujeitos que mantiveram ou alteraram o modelo organizador aplicado nas respostas às questões 01 e 05, dentro dos diferentes grupos entrevistados:

Gráfico 8: Distribuição, por grupo entrevistado, dos sujeitos que aplicaram o mesmo modelo organizador e modelos diferentes nas questões 01 e 05.



No gráfico que acabamos de apresentar observamos que:

- Dentre os católicos, 20 sujeitos (80%) mantiveram o mesmo modelo organizador ao responderem às duas questões apresentadas.
- No grupo de adventistas, este número cai para 12 sujeitos, e passa a representar menos da metade do grupo considerado (48%).

- No caso do grupo espírita, apenas 6 sujeitos (24%) mantiveram o mesmo modelo organizador em suas respostas a ambas as questões.
- Dentre os estudantes, apenas 1 sujeito (4%) manteve-se coerente nas duas respostas dadas, enquanto que 17 deles (68%) mudaram o modelo organizador utilizado e o restante (7 sujeitos, ou 28%) não respondeu à Questão 05, por alegar não possuir nenhuma religião.

O Gráfico 8 – o qual contém a quantidade de sujeitos, por grupo entrevistado, que mantiveram ou alteraram seu raciocínio diante das questões 01 e 05 – reflete grandes diferenças na distribuição dos quatro grupos que compõem nossa investigação.

Assim sendo, no grupo católico, há uma grande disparidade entre a maioria dos sujeitos que mantiveram a coerência nas duas respostas (80%) e aqueles que alteraram seu raciocínio (20%). Nos adventistas, esta distribuição aparece de forma mais equilibrada sendo que, no entanto, a maioria da amostra (52%) é constituída de sujeitos que aplicaram modelos organizadores diferentes nas duas questões. No grupo de espíritas, temos novamente a disparidade na distribuição, mas neste caso a maioria dos sujeitos (76%) corresponde àqueles que alteraram seu raciocínio. Quanto aos estudantes, apenas 4% mantiveram o mesmo raciocínio, contra 68% que alteraram a organização do pensamento e mais 28% que não responderam à Questão 05.

Fica claro, com isso, que, dentro de cada uma das três religiões consideradas, a relação entre a quantidade de sujeitos que mantiveram e aqueles que alteraram o raciocínio diante das questões 01 e 05 foi substancialmente diferente. Deste modo, podemos inferir que as crenças religiosas influenciaram de forma diferenciada os sujeitos em cada um dos grupos. Discutiremos mais a respeito deste ponto no próximo item.

Se enfocarmos agora o grupo de estudantes, veremos que apenas 1 sujeito manteve a coerência em seu raciocínio. Lembremos que, a partir da metodologia utilizada em nossa pesquisa, o grupo de estudantes foi constituído para

representar, em nossa amostra, um grupo “neutro” em termos de religião, e os sujeitos foram entrevistados no espaço da Universidade, de forma que a influência das crenças religiosas no contexto da entrevista fosse a mínima possível. Nossa leitura é de que esta estratégia pode ter contribuído para que estes sujeitos apresentassem menor conservação do raciocínio aplicado diante das questões 01 e 05, o que nos conduz mais uma vez à suposição de que o contexto social e cultural ao qual pertence o indivíduo – e que está vinculado às crenças pessoais – efetivamente influencia a organização do pensamento humano.

Enfim, para sintetizar a análise de natureza intrapessoal que fazemos levando-se em conta os diferentes grupos entrevistados, interessa salientar que é apenas no grupo católico que encontramos a maioria dos sujeitos mantendo seu raciocínio diante das questões apresentadas. Nos demais grupos, a quantidade de sujeitos que alterou a organização do pensamento, isto é, aplicou modelos organizadores com princípios diferentes entre si ao responderem à Questão 01 e depois à Questão 05, foi sempre maior do que a quantidade de sujeitos que manteve o raciocínio nas duas respostas.

Diante disso tudo, finalizando a análise da segunda pergunta que compõe nossa investigação, temos que, em um mesmo sujeito, as crenças religiosas exerceram, em certo grau, uma influência nas respostas dadas às questões apresentadas, levando-o a manter o mesmo raciocínio. Entretanto, esta *não* foi a regra geral, pois os sujeitos da amostra, em sua maioria, aplicaram raciocínios diferentes ao responderem sobre o papel da relação sexual, primeiramente segundo sua opinião pessoal e em seguida sob a postura de sua religião. Sendo assim, notamos que uma parte dos sujeitos recorreu a elementos religiosos apenas quando a religião esteve explicitamente presente no contexto (caso da Questão 05).

Além disso, podemos dizer, a partir de nossos dados, que as crenças religiosas – enquanto aspecto vinculado à cultura – embora influenciem a organização do pensamento, não são suficientes para definir, por si só, a forma de pensar de um grupo de indivíduos, uma vez que, no funcionamento psíquico e

mental do ser humano, a influência das crenças acaba sendo atenuada em meio a outros fatores. Apenas para destacar alguns deles, podemos citar, por exemplo, os valores do sujeito, a influência do contexto familiar, sua relação com a religião, os sentimentos vinculados a experiências pessoais.

Nas discussões acerca da relação entre a cultura e o indivíduo, os dados da investigação sugerem, uma vez mais, que a cultura, internalizada pelos sujeitos, embora influencie a individualidade de cada membro da sociedade, não anula os demais aspectos subjetivos que se manifestam na dinâmica do funcionamento psíquico. Ao mesmo tempo, os resultados obtidos denotam que tal funcionamento deve ser entendido a partir de uma visão de complexidade, a qual, ao considerar as diferentes variáveis que podem atuar no pensamento humano de forma não previsível, ajuda a explicar a tendência à mudança no raciocínio dos sujeitos, verificada em nossa amostra.

Por outro lado, os dados demonstraram também que cada uma das três religiões aqui consideradas influenciou de forma diferente a organização do pensamento, levando em conta as variações intrapessoais diante das questões analisadas. Este fato anuncia que o grau de influência exercida pelas crenças na organização do pensamento de um sujeito pode também estar, de alguma maneira, relacionado à própria natureza da crença. Isso será melhor abordado no próximo item desta análise.

2.3. As diferentes crenças religiosas influenciam da mesma maneira a organização do pensamento dos sujeitos diante de temáticas de sexualidade?

Para atender a esta terceira e última pergunta de nossa pesquisa, realizaremos uma análise comparando os resultados relativos às questões 01 e 05 dentro dos três grupos religiosos entrevistados: católicos, adventistas e espíritas.

Os dados que nos auxiliam na busca pela resposta a este questionamento foram apresentados ao longo de toda a análise efetuada até agora, de modo que faremos referência a eles, sem a necessidade de expô-los na íntegra novamente.

Para iniciar, apenas retomaremos os dados mais significativos para a análise da pergunta, referentes a cada uma das três religiões consideradas.

Católicos: Neste grupo, encontramos nas respostas dos sujeitos uma forte influência das crenças religiosas nos modelos organizadores aplicados, tanto na Questão 01 (72%) quanto na Questão 05 (92%). Como consequência, a maior parte dos sujeitos manteve o mesmo raciocínio em ambas as questões consideradas; assim, enquanto que apenas 20% dos sujeitos aplicaram modelos organizadores diferentes ao se posicionarem diante de temáticas de sexualidade nas questões 01 e 05, a maioria (80%) fez uso do mesmo modelo organizador nas duas respostas. O grupo de católicos foi, assim, o único em que a quantidade de sujeitos que mantém o raciocínio nas questões analisadas foi maior do que aqueles que alteraram de alguma forma a organização do pensamento.

Adventistas: No grupo referente à religião Adventista, a quantidade de sujeitos que respondeu à Questão 01 fazendo referência a elementos explicitamente religiosos (12 sujeitos, ou 48%) é quase a metade daqueles que assim fizeram diante da Questão 05 (22 sujeitos, ou 88%). Apesar disso, é possível dizer que há uma influência considerável das crenças religiosas na organização do pensamento dos adventistas. Quanto à distribuição dos sujeitos que mantiveram ou alteraram seu raciocínio diante das questões 01 e 05, é possível perceber neste grupo um grande equilíbrio: 48% aplicaram o mesmo modelo organizador nas duas respostas, enquanto que 52% utilizaram raciocínios diferentes.

Espíritas: Neste grupo, identificamos pouca influência das crenças religiosas nas respostas dos sujeitos à Questão 01: apenas 7 deles, ou 28%. Já na Questão 05, o quadro se transforma, e essa quantidade passa a

corresponder a 76% dos sujeitos, que aplicaram os Modelos 1 (princípios religiosos tradicionais) ou 2 (relação sexual exige responsabilidade). Dentre os grupos religiosos, é junto aos espíritas que encontramos a menor quantidade de sujeitos que mantiveram o mesmo raciocínio ao responderem às questões 01 e 05 (6 sujeitos, ou 24%). A maioria, 19 deles, aplicou modelos organizadores diferentes ao responderem a ambas as questões, implicando uma grande mudança de raciocínio no grupo como um todo.

Como vemos a partir do que acabamos de colocar, a influência das crenças religiosas no pensamento dos sujeitos de cada uma das três religiões consideradas deu-se de forma diferenciada, e isso pode ser claramente confirmado se observarmos as distribuições apresentadas nos Gráficos 6 (pág. 156) e 8 (pág. 164) colocados anteriormente neste capítulo. Embora os modelos organizadores aplicados por toda a amostra tenham sido os mesmos, a distribuição dos sujeitos dentro de cada uma das religiões aqui discutidas ao responderem às questões 01 e 05 foi bastante desigual, e reflete o fato de que as crenças religiosas diferentes não influenciaram da mesma maneira – e com a mesma intensidade – a organização do pensamento dos sujeitos.

Diante disso, há alguns fatores, pensamos, que devem ser considerados na compreensão de nossos resultados. O primeiro deles diz respeito aos elementos religiosos vinculados ao nosso contexto cultural. Como já colocamos anteriormente, nossa cultura foi, no decorrer da História, influenciada pelos elementos religiosos vinculados ao Catolicismo. Com relação ao tema da sexualidade, tais elementos são, de certa forma, também os mesmos pregados pela Igreja Adventista: a relação sexual enquanto criação e bênção de Deus ao casal; o matrimônio como condição para realização do ato sexual; o sexo com o objetivo de procriação. Como tais elementos não se fazem presentes de maneira tão intensa quando enfocamos o Espiritismo, não podemos deixar de considerar a possível influência de nosso contexto cultural no pensamento dos sujeitos, reforçando ainda mais o pensamento religioso dos católicos e dos adventistas, o

que não ocorre no caso dos espíritas. Este pode ser um dos motivos que fizeram com que, por um lado, o grupo católico refletisse uma grande quantidade de sujeitos mantendo o mesmo raciocínio, influenciados por suas crenças e, por outro lado, os sujeitos do grupo espírita apresentassem uma menor influência dos elementos religiosos ao responderem ao questionário.

Além disso, também é preciso colocar que o Espiritismo parte do princípio de que o ser humano é livre para pensar e agir, mas que deve estar preparado para assumir as conseqüências de seus atos. A religião Espírita é, em sua essência, aberta ao diálogo, ao respeito às diferentes crenças, ao estudo e à busca de esclarecimentos, pois prega a liberdade com responsabilidade. Portanto, não se constitui como uma religião que se fecha em seus dogmas, o que, do nosso ponto de vista, confere, aos espíritas, princípios e crenças menos rígidos do que aqueles que encontramos no Catolicismo ou mesmo na religião Adventista.

Este fato conduz-nos a um outro ponto, relacionado a uma dimensão mais subjetiva do ser humano: o vínculo estabelecido pelos sujeitos para com suas crenças. Este vínculo, de acordo com o que já foi abordado anteriormente, está relacionado à forma como as crenças são internalizadas e conservadas pelos sujeitos. Assim, podemos dizer que quanto maior o vínculo do sujeito com suas crenças religiosas, quanto mais estas crenças estão enraizadas em sua individualidade, maior a coerência que este tende a manter na organização do pensamento diante das situações da vida cotidiana (Frijda & Mesquita, 2000; Krüger, 1993). Talvez este seja um dos fatores que levou o grupo católico a apresentar uma grande quantidade de sujeitos que conservaram o mesmo raciocínio diante das duas questões apresentadas.

Acerca deste último ponto, pensamos que um dos caminhos que nos permite aprofundar neste tipo de discussão esteja nos estudos sobre as relações entre as crenças e a afetividade, tema que abordamos de maneira bastante sucinta em nosso quadro teórico (cf. pág. 74) e que, na presente pesquisa está referenciado pelos trabalhos de Frijda, Manstead & Bem (*“Emotions and Beliefs” / “Emoções e Crenças”*, 2000). Contudo, acreditamos ser este um ponto que

merece um estudo mais cuidadoso, e devemos reconhecer que nossos dados não nos permitem realizar, na presente pesquisa, este tipo de aprofundamento.

Para concluirmos a análise da última pergunta que compõe nossa pesquisa, podemos dizer, a partir de nossos dados, que as diferentes crenças religiosas não influenciaram da mesma forma o pensamento dos sujeitos diante de temáticas de sexualidade. Cada um dos grupos religiosos aqui entrevistados configurou perfis diferentes, tanto se levarmos em conta a distribuição dos modelos organizadores aplicados quanto se considerarmos a frequência de sujeitos que alteraram ou aplicaram o mesmo raciocínio em suas respostas às duas questões analisadas.

Diante disso, levantamos alguns fatores que podem estar relacionados a estas diferenças, e que dizem respeito à forma como cada uma das crenças relaciona-se ao nosso contexto cultural, e também à força com a qual tais crenças religiosas são subjetivamente aceitas e conservadas pelos sujeitos, dentro de cada um dos grupos.

Levando-se em conta o primeiro ponto, temos que o grau de influência das crenças religiosas na organização do pensamento dos sujeitos parece ter sido maior nos grupos em que o conteúdo de tais crenças fazia-se coerente com as idéias difundidas em nosso contexto cultural – caso principalmente dos sujeitos pertencentes à religião Católica, como vimos.

Com relação ao segundo fator que destacamos, é preciso dizer que quanto maior o vínculo estabelecido pelo sujeito ou grupo para com determinada crença, maior a influência que esta parece exercer na organização de seu pensamento.

Estes dados levam-nos a considerar que nem todos os aspectos culturais internalizados pelos sujeitos acabam por influenciar da mesma maneira, e em todos os contextos, sua forma de ser, pensar e atuar no mundo. No caso especificamente das crenças, podemos verificar que aspectos relativos ao conteúdo de tais crenças e o vínculo ou *motivação* (Krüger, 1993; Martins & Branco, 2001) a elas relacionados são alguns dos fatores que podem interferir no grau de influência das crenças no raciocínio dos sujeitos. Ou seja, crenças

diferentes influenciam de formas diferentes a organização do pensamento humano.

Capítulo VII

Considerações finais

Nosso trabalho de pesquisa teve como objetivo investigar as relações entre as crenças religiosas e a organização do pensamento de sujeitos diante de situações que envolviam questões relacionadas ao tema da sexualidade.

Como um trabalho de Psicologia, que se propôs a estudar e compreender o funcionamento psíquico e a organização do pensamento humano, a presente investigação partiu de um referencial epistemológico construtivista e interacionista, e das idéias de complexidade, as quais buscam encarar o mundo a partir da multidimensionalidade inerente aos fenômenos e objetos do conhecimento, considerando os princípios de incerteza, não-regularidade e aleatoriedade, tanto quanto a certeza e a regularidade.

O primeiro capítulo de nosso trabalho trata das colocações de Edgar Morin a respeito do pensamento humano e das incertezas do conhecimento. Para a construção de nossas considerações finais, retomaremos aqui algumas destas colocações, juntamente a outros pressupostos sobre os quais construímos nossa investigação, com o objetivo de encerrarmos o trabalho levantando algumas discussões, conclusões e novos questionamentos resultantes do estudo que fizemos.

Pontos de partida

“Los filósofos del siglo XVIII tenían, en nombre de la razón, una visión muy poco racional acerca de lo que eran los mitos y la religión. Creían que la religión y los dioses habían sido inventados por los clérigos para burlar a la gente. No se daban cuenta de la profundidad y de la realidad de la fuerza religiosa y mitológica en el ser humano.”
(Morin, 1997, p.103)

Foi com o trecho acima que iniciamos nosso trabalho, visando tecer reflexões acerca do pensamento humano e das relações entre a racionalidade e a esfera mitológica, religiosa e imaginária do ser humano. Diante disso, partimos do trabalho de Morin (1999, 2002b) para evidenciar algumas idéias que embasam a investigação desenvolvida.

Vimos que, ao tratar do funcionamento da mente humana, Morin considera a existência de dois tipos de pensamento, sendo um deles o *pensamento racional*, ligado à lógica, ao cálculo e à razão, enquanto que o outro, o *pensamento mítico*, relaciona-se a um âmbito mitológico, do imaginário, das analogias e dos símbolos. Segundo o autor, o raciocínio humano acontece a partir da articulação destes dois tipos de pensamento, que não podem ser vistos separadamente, de forma que a esfera imaginária – dos mitos, religiões, *crenças* – adquire para o ser humano tanta importância quanto a esfera do pensamento racional.

Diante de tal constatação, Morin coloca que o conhecimento é uma reconstrução do real pelo ser humano e não é completo, nem pode ser encarado como uma cópia exata do mundo objetivo, além do que é sempre permeado por “erros e ilusões”. Tudo isso leva o autor a ressaltar que o conhecimento humano não se encerra na razão e na lógica-matemática, e deve ser sempre considerado dentro de seus limites e incertezas.

Foi a partir desta premissa que nos propusemos a estudar as relações entre as crenças pessoais e o pensamento humano. Considerando, desta forma, que tanto o pensamento quanto a construção do conhecimento são permeados não apenas por processos relativos à racionalidade e à lógica, mas também por fatores de outra natureza, fomos em busca de investigar em que medida as crenças – enquanto construção cultural, proveniente do imaginário, da “esfera mitológica” – podem vir a influenciar a organização do pensamento. Ao optarmos por estudar as crenças, elegemos assim um elemento relativo à cultura, a fim de investigar até que ponto essa dimensão cultural, que se incorpora ao indivíduo a partir de seu contato com diferentes grupos e com a sociedade, exerce influências no pensamento dos sujeitos.

Nesta perspectiva, partimos em busca de referenciais que nos ajudassem a compreender os processos do raciocínio humano em uma perspectiva que abarcasse a complexidade da atividade mental, abrindo espaço para a esfera do imaginário e do cultural na organização do pensamento. Antes, porém, era necessário abordar o que efetivamente entendíamos por crenças, o que nos conduziu às discussões acerca das relações entre o sujeito e a cultura, e a forma através da qual os aspectos culturais são internalizados pelos seres humanos em sociedade.

Foi neste sentido que nos pautamos principalmente nos trabalhos de Krüger (1993) e Frijda, Manstead e Bem (2000) para definirmos as crenças. Diante disso, consideramos as crenças como sendo premissas que estabelecem relações entre objetos e atributos do mundo externo e que passam a fazer parte da representação que o sujeito tem da realidade, mesmo não apresentando total coerência e correspondência para com o mundo que o cerca. As crenças, conforme vimos, são difundidas pelos grupos e pela sociedade através da cultura, e são internalizadas pelo sujeito, passando a fazer parte de sua individualidade, através de um processo no qual a transmissão da cultura não ocorre de forma unilateral mas, antes, é permeada por aspectos subjetivos inerentes ao sujeito (Martins & Branco, 2001; Morin, 2002b).

Para delinear, por outro lado, nossa compreensão de funcionamento do sujeito psíquico, de maneira coerente com nossos pressupostos epistemológicos, tomamos como uma das bases as idéias de Araújo (1999; 2003; 2004) e o trabalho de Morin (1994, 1997, 2002a). A partir deste referencial, entendemos que o sujeito psicológico seja constituído por diferentes dimensões, quais sejam: cognitiva, afetiva, biológica e sociocultural. O funcionamento psíquico, assim, dá-se a partir da interação que ocorre das quatro dimensões entre si e com o mundo externo ao sujeito, influenciando igualmente a forma de ser, pensar, agir, sentir do ser humano. Tal funcionamento envolve um certo grau de regularidade e previsibilidade, porém abarca também os princípios de aleatoriedade e incerteza, de modo que o comportamento do sujeito não pode ser encarado como certo e determinado.

Dentro deste contexto, associamos as crenças pessoais à dimensão sociocultural do sujeito, pelo forte vínculo encontrado entre crenças e cultura, e nossa hipótese partiu do princípio de que, assim como a dimensão cognitiva, os diferentes aspectos socioculturais – representados em nossa pesquisa pelas crenças –, ao serem internalizados pelo sujeito e passarem a atuar no seu funcionamento psicológico, deveriam igualmente influenciar a organização do pensamento humano.

Um segundo pressuposto que nos auxiliou na compreensão do funcionamento do sujeito, este mais relacionado aos processos de organização do pensamento e construção do conhecimento humano, foi a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (Moreno et al, 1999). De acordo com as autoras desta teoria, os seres humanos elaboram modelos para representar a realidade, os quais são constituídos pelos elementos que o sujeito seleciona de determinada situação ou fenômeno, bem como dos significados que lhes atribui e das implicações que estabelece a partir de ambos. Nesta perspectiva, o funcionamento mental é visto como resultado da articulação entre os aspectos internos ao sujeito com os conteúdos presentes na realidade, o que faz com que os modelos organizadores elaborados sejam (re)construções subjetivas do mundo real, influenciados pelo contexto, e considerem não apenas os elementos relativos à cognição, mas também, igualmente, a toda a esfera afetiva, biológica e sociocultural.

Estas foram as idéias que guiaram a construção de nossa investigação, bem como a análise dos dados obtidos. A seguir, apresentaremos algumas discussões advindas dos resultados que pudemos encontrar, levando em conta o objetivo central de nosso trabalho.

Crenças e modelos organizadores

Os modelos organizadores aplicados diante de situações da vida cotidiana estão de alguma forma relacionados às crenças do sujeito? Em que medida as crenças influenciam a organização do pensamento?

O questionamento acima representa o problema central de nossa pesquisa, e optamos por respondê-lo através do estudo das relações entre as crenças religiosas e o posicionamento dos sujeitos diante de temáticas de sexualidade.

Conforme já colocamos, o intuito de nossa investigação, em uma perspectiva mais ampla, foi discutir até que ponto os aspectos culturais (aqui representados pelas crenças) que são internalizados pelos sujeitos, passam a influenciar a organização de seu pensamento.

Os resultados obtidos demonstraram que efetivamente os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos, ao se posicionarem diante de temáticas de sexualidade, tiveram associados a seus elementos, significados e implicações, aspectos e conteúdos relativos às crenças religiosas, mesmo quando estas não estavam explicitamente presentes no contexto.

Como exemplo do que acabamos de colocar, dentre os modelos organizadores encontrados a partir das respostas da amostra entrevistada, podemos citar o Modelo 1 da Questão 01, que, por sua vez, correspondia ao Modelo 1 da Questão 05. Nestes casos, o raciocínio empregado pelos sujeitos fundamentava-se em *princípios religiosos tradicionais* para explicar o papel da relação sexual no relacionamento de um casal, citando elementos como Deus, procriação e casamento, de maneira coerente com alguns dos pressupostos encontrados nas religiões com as quais trabalhamos. Na primeira questão, que não fazia referência explícita a princípios religiosos, tal raciocínio foi aplicado por 37% dos sujeitos, correspondendo a 18 católicos, 12 adventistas e 7 espíritas. Já na Questão 05, que solicitava do sujeito a postura de sua religião, 61% de nossa amostra aplicou o Modelo 1, sendo 23 católicos, 22 adventistas, 9 espíritas e 7 estudantes.

Diante da ocorrência destes dados, podemos afirmar que os seres humanos incorporam elementos vinculados às suas crenças na forma de pensar e de posicionar-se frente às situações cotidianas, o que indica que, de uma maneira geral, os aspectos culturais, internalizados pelos indivíduos em sua relação com os grupos e com a sociedade, podem influenciar a própria organização de seu pensamento. Tal fato, portanto, confirma, em parte, nossa hipótese central, de que as crenças influenciam a organização do pensamento humano.

Assim sendo, como já propôs Morin, é possível dizer que as crenças e a cultura – que se relacionam, como vimos, ao “pensamento mítico”, da criação, do imaginário e das analogias – são aspectos de fato tão importantes para o ser humano quanto a esfera do “pensamento racional”, já consagrado e exaltado desde a Modernidade, com as idéias Iluministas e o pensamento cartesiano.

Nesse sentido, consideramos que nossos resultados contribuem com uma perspectiva recente, dentro dos estudos da Psicologia, que busca compreender os processos do pensamento humano para além dos aspectos cognitivos inerentes ao sujeito⁴.

Entretanto, o que chama a atenção em nosso trabalho é o fato de que, mais do que as regularidades, encontramos as mudanças, as variações, tanto na forma com a qual os sujeitos organizaram seu pensamento quanto no grau de influência exercida pelas crenças religiosas nos modelos organizadores identificados. Sendo assim, em busca de compreender as relações entre as crenças e a organização do pensamento, acabamos por deparar-nos com um número maior de hipóteses e de novos questionamentos do que propriamente respostas e/ou considerações conclusivas.

A seguir, discutiremos rapidamente cada uma das não-regularidades que identificamos diante de nossos dados, as quais vêm, do nosso ponto de vista,

⁴ Além da própria Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (Moreno et al, 1999), podemos citar, também, os trabalhos de Damásio (1996; 2000), Arantes (2000a), que têm o objetivo de aprofundar os estudos referentes às relações entre a afetividade e a cognição, demonstrando de que forma os aspectos afetivos atuam intensamente no pensamento humano.

confirmar a complexidade dos processos que envolvem o pensamento humano e as relações entre o sujeito e a cultura:

- Uma mesma situação apresentada aos sujeitos da pesquisa deu origem a raciocínios diversos, de modo que encontramos, em cada uma das questões analisadas (Questão 01 e 05), *cinco* modelos organizadores diferentes, dentre os quais, nem todos haviam sido elaborados levando em conta aspectos relativos a crenças religiosas. Tal fato pode ser explicado pela própria Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento e demonstra que a elaboração dos modelos organizadores passa pela interpretação do sujeito, que (re)organiza internamente a realidade objetiva a partir de tudo o que, estando ou não presente no contexto considerado, considera significativo.
- Uma mesma “cultura religiosa” deu origem a raciocínios diversos. Mais especificamente, vimos que diferentes indivíduos que se declararam Católicos incorporaram, nos modelos organizadores aplicados, elementos relativos a esta religião, integrando, contudo, raciocínios orientados em direções opostas. Foi o que aconteceu quando pudemos comparar os Modelos 1 e 5 da Questão 05: o Modelo 1 fundamentava-se em princípios religiosos tradicionais para explicar o papel da relação sexual; já o Modelo 5 considerava que a postura religiosa era insuficiente para explicar tal papel. Em nossos dados, verificamos que 23 sujeitos do grupo católico (92%) aplicaram o Modelo 1 em suas respostas à Questão 05. Por outro lado, o Modelo 5 foi aplicado por 6 sujeitos do grupo de estudantes, sendo que, deste total, 5 deles afirmaram ser Católicos. Assim, diferentes sujeitos de uma mesma religião, ao responderem à mesma questão, fundamentados em suas crenças religiosas, partiram para direções completamente diferentes. Estes dados deixam claro que a internalização dos elementos da cultura ocorre de forma não-linear, e em meio a outros processos subjetivos (ex: valores, estruturas cognitivas, sentimentos, representações sociais) que podem levar o sujeito a aceitar ou contestar, de forma mais ou menos intensa, aquilo que lhe é sugerido pela cultura (Martins &

Branco, 2001). Desta maneira, a organização do pensamento do sujeito não necessariamente é determinada por aquilo que é veiculado pela cultura da sociedade ou grupo do qual este participa.

- Diante de temáticas de sexualidade apresentadas de formas diferentes, a tendência dos sujeitos foi de alterar seu raciocínio, isto é, de uma maneira geral, os sujeitos entrevistados aplicaram modelos organizadores diferentes ao responderem às questões apresentadas. Resgatando os dados encontrados, temos que, ao compararmos as respostas dadas pelos sujeitos às questões 01 e 05, 39% mantiveram o mesmo tipo de raciocínio – isto é, aplicaram modelos organizadores análogos nas duas respostas –, ao passo que a maioria, 54%, aplicou raciocínios diferentes. Este dado fez-nos considerar que a influência das crenças na organização do pensamento, no caso dos sujeitos que participaram de nossa investigação, não foi tão intensa a ponto de garantir uma coerência no pensamento dos mesmos. O que fica evidente, portanto, é que a influência das crenças religiosas no pensamento não foi determinante, e isso, por sua vez, conduz-nos para o fato de que os modelos organizadores elaborados pelos sujeitos diante de situações semelhantes podem variar de acordo com o contexto, influenciados por outros fatores como os sentimentos, os valores, as experiências anteriores do sujeito, apenas para citar algumas hipóteses.
- Pudemos verificar variações no grau de influência das crenças no pensamento dos sujeitos, de acordo com os diferentes contextos sociais e também com o conteúdo da própria crença. Assim foi que, no caso dos sujeitos que estavam em contato com seu grupo e espaço religioso, a influência das crenças no pensamento parece ter sido mais acentuada. Isso fica claro quando observamos, por exemplo, que, ao contrário do que encontramos nos grupos religiosos, nenhum dos sujeitos do grupo de estudantes (entrevistados no espaço da Universidade) fez referência às suas crenças religiosas ao responderem à Questão 01; dentro deste grupo, entretanto, mais da metade

dos sujeitos declarou pertencer a alguma religião. Ao mesmo tempo, as diferentes crenças religiosas com as quais trabalhamos influenciaram de formas e em níveis diferentes o pensamento dos sujeitos entrevistados. Basta verificarmos, dentro de cada grupo religioso, a quantidade de sujeitos que, influenciados por suas crenças religiosas, aplicaram o mesmo raciocínio ao responderem às questões 01 e 05: enquanto que, no grupo católico, 80% dos sujeitos manteve a coerência, nos grupos adventista e espírita, esta porcentagem corresponde a 48% e 24%, respectivamente. Assim, consideramos que a influência exercida pelas crenças na organização do pensamento humano pode ser mais ou menos acentuada, a depender de seu conteúdo e da maneira com a qual o sujeito relaciona-se ao grupo cultural do qual participa.

A partir dos pontos aqui discutidos, podemos afirmar que os resultados obtidos com a pesquisa que aqui se coloca, embora confirmem nossa hipótese inicial, também nos trazem indícios para considerar que as relações entre as crenças – e por extensão os aspectos culturais – e o pensamento humano são permeadas por uma série de outros fatores que atuam simultaneamente durante a organização do raciocínio, isto é, na elaboração dos modelos organizadores. Tais fatores podem ser de ordem inter e intrapsíquica, sendo que, neste último caso, podem estar relacionados, supomos, às diferentes dimensões constituintes do sujeito psicológico: afetiva (através da atuação de sentimentos e valores); biológica (com o próprio funcionamento cerebral); cognitiva (influenciada pelos esquemas de ação e estruturas cognitivas) e até mesmo outros aspectos da própria dimensão sociocultural (influência da linguagem e representações sociais).

Para finalizar, devemos ter em vista que nosso trabalho centrou-se apenas nas possíveis influências exercidas pelas crenças religiosas no pensamento humano, e que há outros aspectos também relacionados à cultura (contexto familiar, linguagem, crenças de outra natureza) que, julgamos, certamente exercem sua parcela de influência na organização do pensamento dos sujeitos.

Considerações finais: cultura e sujeito

Chegando ao fim de todo o trabalho realizado, pensamos ser conveniente encerrarmos as discussões que aqui sistematizamos com algumas considerações que se fazem importantes diante do estudo feito e dos resultados obtidos.

Não nos resta dúvida de que o funcionamento psíquico e mental do ser humano deve ser compreendido a partir de uma perspectiva de complexidade. Pensamos, assim, que nossos resultados vêm por confirmar ainda mais a necessidade de considerarmos que os processos do pensamento humano, diante da infinidade de variáveis que nele atuam, só podem ser de fato compreendidos quando consideramos que as não-regularidades existem tanto quanto as regularidades, que as possibilidades não são necessariamente previsíveis, que aquilo que influencia não determina.

Não quisemos aqui, portanto, delinear um caminho único, com teorias acabadas e que se pretendem absolutas. Pensamos que novos estudos, que tenham como ponto de partida uma perspectiva ampla, encarando o ser humano em sua totalidade e complexidade, podem esclarecer ainda mais nossa compreensão da realidade humana e de suas relações com o mundo.

Ao mesmo tempo, na intenção de estudar as influências das crenças na organização do pensamento, pensamos que a pesquisa trouxe também contribuições para a discussão acerca das relações entre o sujeito e a cultura, ao modo com o qual os elementos culturais são internalizados pelos sujeitos e até que ponto estes mesmos elementos passam a ser incorporados à forma de pensar do ser humano.

E, neste sentido, os resultados de nossa pesquisa apontam para o fato de que os aspectos culturais, criações humanas que têm sua origem na vida social dos indivíduos, exercem uma parcela de influência, orientando o modo de pensar dos sujeitos e sua atuação no mundo e que, no pensamento humano, tais aspectos adquirem tanta importância quanto outros, de ordem cognitiva ou afetiva, por exemplo.

Por outro lado, essa mesma cultura não pode ser vista como determinante na constituição da individualidade do ser humano, uma vez que, como discutido, as crenças (em especial as religiosas) não foram suficientes para orientar por si só a organização do pensamento diante das questões cotidianas, em direção à homogeneidade e constância dos raciocínios aplicados pelos sujeitos, já que atuam em meio a outros fatores subjetivos.

Desta forma, estamos inclinados a considerar que a cultura, ao ser internalizada, através de aspectos como as crenças (que aqui elegemos para nosso estudo), passa a fazer parte da dinâmica do funcionamento psíquico e mental do ser humano, mas não anula os demais fatores que influenciam este processo, tanto vinculados à própria dimensão sociocultural, como às demais dimensões do ser humano: afetiva, biológica e cognitiva.

Isso parece ser coerente com as perspectivas que consideram a relação entre a cultura e o indivíduo, bem como o processo de internalização desta pelo sujeito, de uma maneira não unilateral, e que foram apresentadas ao longo do presente trabalho no Capítulo II, através das idéias de Morin (2002b; 2002c), Martins & Branco (2001) e também Vygotsky (1998). Assim, ao ser incorporada à individualidade do sujeito, os aspectos culturais passam, antes, pela subjetividade de cada ser humano, de forma que a internalização não representa simplesmente a reprodução dos elementos da cultura no indivíduo.

Diante disso, ressaltamos que, em nossa opinião, qualquer estudo que tenha como objetivo compreender o funcionamento mental e psíquico do ser humano e sua atuação no mundo deve fazê-lo sempre levando em conta as influências exercidas pelo contexto cultural nesta dinâmica. Isto é, o ser humano não pode ser desvinculado da cultura e da sociedade às quais se vincula. Ademais, acreditamos que estudos futuros sobre as relações entre o funcionamento mental e a influência da cultura podem contribuir para uma compreensão ainda maior destes processos.

Bibliografia

ARANHA, Maria Lúcia A. & MARTINS, Maria Helena P. (1993). **Filosofando: Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna.

ARANTES, Valéria A. (2000a). **Estados de ânimo e os modelos organizadores do pensamento: um estudo exploratório sobre a resolução de conflitos morais**. Tese de Doutorado. Barcelona: Facultat de Psicologia – Universitat de Barcelona.

_____. (2000b). Cognição, afetividade e moralidade. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.26, n.2, p.137-153, jul-dez.

ARANTES, Valéria A. (org.) (2003). **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus.

ARAÚJO, Ulisses F. (1999). **Conto de Escola: a vergonha como um regulador moral**. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. da Unicamp.

_____. (2002). **A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências**. São Paulo: Moderna.

_____. (2003). A dimensão afetiva na psique humana e a educação em valores. In: ARANTES, Valéria A. (org.) **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus.

_____. (2004). **Um estudo sobre as relações entre juízo e representação das ações morais na perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento**. Projeto de Pesquisa de Pós-doutorado apresentado à FAPESP.

ARBIB, M & HESSE, Mary. (1986). **The construction of reality**. New York, USA: Cambridge University Press.

ARRUDA, Angela. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, nov. 2002, no.117, p.127-147. ISSN 0100-1574.

ASSMAR, Eveline Maria Leal. (2000). A Psicologia Social e o estudo da justiça em diferentes níveis de análise. **Psicol. Reflex. Crit.**, vol.13, no.3, p.497-506. ISSN 0102-7972.

BEM, Daryl J. (1970). **Beliefs, Attitudes, and Human Affairs**. Belmont, Calif.: Brooks/Cole.

_____. (s/d). **Introduction to Beliefs, Attitudes, and Ideologies**
[http://www.psych.cornell.edu/courses/Psych489/Introduction to Beliefs & .html](http://www.psych.cornell.edu/courses/Psych489/Introduction%20to%20Beliefs%20&%20Ideologies.html) (acesso em 09/07/2004)

BERGER, Peter. (1986). **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes.

CAMARGO, Ana Maria & RIBEIRO, Cláudia. (1999) **Sexualidade(s) e Infância(s)**. São Paulo: Moderna.

DAMÁSIO, António. (1996). **O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2000). **O mistério da consciência**. São Paulo: Companhia das Letras.

EAGLY & CHAIKEN. (1993). **The Psychology of Attitudes**. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich.

FERRATER MORA, José. (1998). **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes.

FORGAS, J. (2000). Feeling is believing? The role of processing strategies in mediating affective influences on beliefs. In: FRIJDA, N., MANSTEAD, A. & BEM, S. (orgs.). **Emotions and beliefs: how feelings influence thoughts**. Cambridge: Cambridge University Press, p.108-143.

FOUCAULT, Michel (1988). **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.

FRIJDA, N., MANSTEAD, A. & BEM, S. (orgs.) (2000). **Emotions and beliefs: how feelings influence thoughts**. Cambridge: Cambridge University Press.

- FRIJDA, N., MANSTEAD, A. & BEM, S. (2000). The influence of emotions on beliefs. In: FRIJDA, N., MANSTEAD, A. & BEM, S. (orgs.). **Emotions and beliefs: how feelings influence thoughts**. Cambridge: Cambridge University Press, p.1-9.
- FRIJDA, N. & MESQUITA, B. (2000). Beliefs through emotions. In: FRIJDA, N., MANSTEAD, A. & BEM, S. (orgs.). **Emotions and beliefs: how feelings influence thoughts**. Cambridge: Cambridge University Press, p.45-77.
- KRÜGER, Helmuth. (1993). Crenças e sistemas de crenças. Arquivos brasileiros de psicologia. **Revista do Instituto de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. n. 1 e 2 , jan./jun. 1993. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- LEGRAND, Gerard. (1983). **Dicionário de Filosofia**. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- MACEDO, Carmen Cinira. (1989). **Imagem do eterno: religiões no Brasil**. São Paulo: Moderna.
- MARTINS, Lincoln Coimbra e BRANCO, Angela Uchôa. (2001). Desenvolvimento moral: considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, maio/ago. 2001, vol.17, no.2, p.169-176. ISSN 0102-3772.
- MARTINS, Silvia M. Panattoni. (2003) **Juízo e ação moral: Um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP. Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- MORENO, Montserrat et al. (1999). **Conhecimento e Mudança: os modelos organizadores na construção do conhecimento**. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. da Unicamp.
- MORIN, Edgar. (1994). Epistemologia da Complexidade. In: SHNITMAN, D. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**.
- _____. (1997). El paradigma de complejidad. In: **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa.

- _____. (1999). **O Método 3: O conhecimento do conhecimento**. 2a edição. Porto Alegre: Sulina.
- _____. (2002a). **O Método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina.
- _____. (2002b). **O Método 5: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina.
- _____. (2002c). **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 5ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco.
- MOSCOVICI, Serge. (1978). **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
- NAJMANOVICH, Denise. (2001). **O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A.
- ROKEACH, Milton. (1968). **Beliefs, attitudes and values: a theory of organization and change**. San Francisco, California: Jossey Bass, Inc.
- SASTRE, Genoveva & MORENO, Montserrat. (2003). **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional**. São Paulo: Moderna.
- SCHEIBE, Karl E. (1970). **Beliefs and values**. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- SOUZA, Leonardo L. (2003). **Modelos organizadores na resolução de conflitos morais: um estudo com adolescentes autores de infração**. Tese de Mestrado. Assis, SP: Faculdade de Ciências de Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – UNESP.
- SPINK, Mary Jane P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, jul./set. 1993, vol.9, no.3, p.300-308. ISSN 0102-311X.
- VALSINER, Jaan. (2003). Culture and its Transfer: Ways of Creating General Knowledge Through the Study of Cultural Particulars. In W. J. Lonner, D. L. Dinnel, S. A. Hayes, & D. N. Sattler (Eds.), **Online Readings in Psychology and Culture** (Unit 2, Chapter 12), (<http://www.wvu.edu/~culture>), Center for

Cross-Cultural Research, Western Washington University, Bellingham, Washington USA (acesso em 20/09/2004).

VYGOTSKY, Lev S. (1993). **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1998). **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia Específica referente às Religiões

Bíblia Sagrada.

Catecismo da Igreja Católica. (1999). 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

ABIB, Pe. Jonas. (1996). **Homem e Mulher em sintonia**. Cachoeira Paulista, SP: Sistema Canção Nova de Comunicação.

AQUINO, Felipe R. Q. (1994). **Sereis uma só carne**. 5ª edição. Campinas, SP: Raboni.

COLE, William G. (1967). **Sexo e Amor Na Bíblia**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S. A.

KARDEC, Allan. (2002/1857). **O Livro dos Espíritos**. 140ª edição. Araras, SP: Instituto de Difusão Espírita.

MEIRA, Valéria Peixoto. (2002). **Exercendo uma sexualidade plena**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira.

TOLEDO, Laylla. (2003). Sexualidade na Adolescência. In: **Revista Cristã de Espiritismo**, Ano 2 – nº 12, p. 12-15.

WHITE Jerry. (1990). **Honestidade, Moralidade e Consciência**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações.

WITTSCHIEBE, Charles E. (2001). **Os dois lados do sexo**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira.

XAVIER, Francisco C. (1986) **Vida e Sexo**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira.

XAVIER, Francisco C.; VIEIRA, Waldo. (1963). **Sexo e Destino**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira.